

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GABRIEL DANTAS DA CRUZ KELLY

**A GUERRA DAS REDAÇÕES: AS DISPUTAS POLÍTICAS NA PRIMEIRA
REPÚBLICA E SUAS MANIFESTAÇÕES NA GRANDE IMPRENSA CARIOCA**

NITERÓI

2023

GABRIEL DANTAS DA CRUZ KELLY

**A GUERRA DAS REDAÇÕES: AS DISPUTAS POLÍTICAS NA PRIMEIRA
REPÚBLICA E SUAS MANIFESTAÇÕES NA GRANDE IMPRENSA CARIOCA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do grau de mestre em História Social.

ORIENTADOR:

PROF. DR. RENATO SOARES COUTINHO

NITERÓI

2023

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

K29g Kelly, Gabriel Dantas da Cruz
A guerra das redações : as disputas políticas na Primeira República e suas manifestações na grande imprensa carioca / Gabriel Dantas da Cruz Kelly. - 2023.
135 f.

Orientador: Renato Soares Coutinho.
Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de História, Niterói, 2023.

1. Primeira República. 2. Rio de Janeiro. 3. Grande imprensa. 4. Revolta da Vacina. 5. Produção intelectual. I. Coutinho, Renato Soares, orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de História. III. Título.

CDD - XXX

GABRIEL DANTAS DA CRUZ KELLY

**A GUERRA DAS REDAÇÕES: AS DISPUTAS POLÍTICAS NA PRIMEIRA
REPÚBLICA E SUAS MANIFESTAÇÕES NA GRANDE IMPRENSA CARIOCA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do grau de mestre em História Social.

Aprovada em: ____ de _____ de 2023.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Renato Soares Coutinho – Universidade Federal Fluminense (orientador)

Profa. Dra. Karoline Carula – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Jayme Lúcio Fernandes Ribeiro – Instituto Federal do Rio de Janeiro

NITERÓI

2023

AGRADECIMENTOS

Gostaria, primeiramente, de agradecer à minha família e aos meus amigos, bem como aos colegas pós-graduandos do PPGH, pelo suporte material e emocional.

Agradeço também ao meu orientador Renato Soares Coutinho, pelo trabalho impecável que realizou comigo nestes 2 anos de pesquisas.

Por fim, agradeço às professoras Laura Maciel e Karoline Carula pela participação em minha banca de qualificação, tendo em vista a grande contribuição que tiveram para o melhoramento do meu trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar como as disputas políticas da Primeira República brasileira (1889-1930) se manifestavam na grande imprensa do Rio de Janeiro, em particular nos jornais *O Paiz* e *Correio da Manhã*. A perspectiva historiográfica que embasa este trabalho entende que a Primeira República não foi um período marcado pela estabilidade institucional trazida por supostos instrumentos de controle como a política dos governadores e a política do café com leite, mas sim uma época em que as disputas políticas entre os grupos dominantes eram constantes e existiam, em diversos setores da sociedade como a imprensa, embates entre diferentes projetos de país a serem implementados no Brasil. Partindo dessa premissa, a dissertação analisa as condições materiais da grande imprensa carioca em princípios do século XX, avalia o posicionamento dos jornais em questão acerca do processo de modernização excludente que se desenrolava nas reformas urbanas ocorridas no Rio de Janeiro durante o período e expõe as redes de sociabilidade que conectavam importantes dirigentes do *Paiz* e do *Correio da Manhã* aos círculos do poder. Por fim, analisa a cobertura jornalística que ambos os jornais fizeram da Revolta da Vacina, ocorrida em novembro de 1904, a qual é considerada como baliza temporal para investigar as manifestações das disputas políticas na grande imprensa. É possível concluir que estes dois jornais representavam, na imprensa carioca, projetos políticos antagônicos em disputa durante a Primeira República: *O Paiz* defendia, em sua cobertura, um projeto político liberal, elitista e excludente; ao passo que o *Correio da Manhã* defendia um projeto político autoritário, baseado na tutela dos governantes sobre as classes populares. As grandes diferenças entre estes projetos políticos faziam com que cada jornal retratasse o povo carioca de maneiras diferentes em suas páginas.

Palavras-chave: Primeira República; Rio de Janeiro; Grande imprensa; Disputas políticas.

ABSTRACT

This master thesis seeks to investigate how the political disputes which happened during the Brazilian First Republic (1889-1930) appeared in Rio de Janeiro's mainstream media, particularly in the newspapers *O Paiz* and *Correio da Manhã*. This work is based in the historiographic perspective which denies the supposed political stability of the First Republic, supposedly made possible by political instruments of control such as the "política dos governadores" ("governors policy") and the "política do café com leite" ("coffee and milk policy"). Instead of accepting this vision, the perspective of this thesis assumes that the First Republic was a historical era in Brazil in which the political disputes among the ruling classes were common and there were clashes between different political projects to the country in different parts of society, such as the media. Based on this perspective, this thesis analyzes the material conditions of Rio de Janeiro 1900's mainstream media, investigates what the newspapers wrote about the urban reforms that took place in the city during that time and reveals the connections between *O Paiz* and *Correio da Manhã*'s owners and the political establishment. Also, this work analyzes the news coverage which *O Paiz* and *Correio da Manhã* made about the Vaccine Revolt that happened in November 1904, since this event is used as a time frame to investigate the political disputes in the mainstream media. It is possible to conclude that these two newspapers represented, in Rio de Janeiro's media, antagonistic political projects: while *O Paiz* defended a liberal, elitist and excludent political project, *Correio da Manhã* defended an authoritarian political project which was based on the government's guardianship over the popular classes. The great differences between those political projects resulted in different visions of each newspaper about Rio de Janeiro's popular classes.

Keywords: Brazilian First Republic; Rio de Janeiro; Mainstream media; Political disputes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. CAPÍTULO 1. AS DISPUTAS POLÍTICAS DA PRIMEIRA REPÚBLICA E SEUS REFLEXOS NA IMPRENSA CARIOCA	14
1.1. A Primeira República para além de uma rotina de cartas marcadas	14
1.1.1. Projetos em disputa: as instituições políticas no alvorecer do Brasil Republicano	15
1.1.2. Campos Sales e a memória da estabilidade política da Primeira República	17
1.1.3. A instabilidade é a regra do jogo	23
1.2. A grande imprensa do Rio de Janeiro na aurora do século XX: os jornais cariocas de grande circulação em pleno processo de transição para um modelo empresarial ..	27
1.2.1. O processo de transição rumo a uma realidade empresarial.....	29
1.2.2. Os principais jornais da grande imprensa carioca.....	35
1.2.3. As relações entre a grande imprensa da cidade do Rio de Janeiro e a política institucional na Primeira República	40
1.2.4. A imprensa carioca e a defesa do progresso: ponto de consenso ou dissenso?	45
1.3. Tensões e disputas republicanas nas páginas dos grandes jornais cariocas	52
2. CAPÍTULO 2. O PAIZ, O CORREIO DA MANHÃ E O MUNDO DA POLÍTICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA	55
2.1. Duas fontes históricas privilegiadas	55
2.2. Os “cabeças” do <i>Correio da Manhã</i> e do <i>O Paiz</i> e a política institucional	56
2.2.1. O jornalismo como trampolim para o poder.....	56
2.2.2. João Lage e Dunshee de Abranches: as ligações com as oligarquias dominantes..	60
2.2.3. Edmundo Bittencourt: o “mandachuva” do <i>Correio da Manhã</i>	66
2.3. A aliança entre Edmundo Bittencourt e os adeptos do projeto paternalista-autoritário	70
2.3.1. Os adeptos do projeto paternalista-autoritário na Revolta da Vacina e sua aliança com as camadas populares do Rio de Janeiro	70
2.3.2. Lauro Sodré e Edmundo Bittencourt: uma poderosa aliança contra as oligarquias	77
2.4. Política institucional e grande imprensa: mundos conectados	82
3. CAPÍTULO 3. A REVOLTA DA VACINA NAS PÁGINAS DO <i>CORREIO DA MANHÃ</i> E DO <i>PAIZ</i>	85
3.1. Antes da revolta, os debates acalorados: reformas urbanas e vacinação	87
3.2. A cobertura da Revolta da Vacina no <i>Correio da Manhã</i> e no <i>Paiz</i>	102

3.2.1. Os significados da Revolta da Vacina para cada jornal	110
3.3. As disputas políticas na grande imprensa carioca	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
FONTES PRIMÁRIAS	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132

INTRODUÇÃO

A imprensa carioca era parte ativa da sociedade. Naqueles anos iniciais do século XX, a palavra impressa se destacava como importante fonte de informação. Embora o número de alfabetizados fosse pequeno, as informações, notícias e assuntos diversos circulavam pela cidade.¹

A Primeira República brasileira nasceu em 1889 a partir de um movimento liderado por militares. Em 1894, com a eleição de Prudente de Moraes para a presidência, a máquina pública do novo regime passou a ser dominada por civis ligados principalmente às grandes propriedades rurais. Sabe-se, contudo, que o panorama social brasileiro vigente nos últimos tempos do Império pouco foi alterado. O país tinha uma grande massa de trabalhadores livres no campo e nas cidades, muitos dos quais eram analfabetos; e o poder era exercido pelos poucos indivíduos do sexo masculino que pertenciam às elites econômicas.

O senso comum a respeito da Primeira República, no entanto, ainda contempla noções ultrapassadas e generalizantes sobre o período, muitas das quais foram difundidas por décadas pela historiografia nacional e pelo ensino de História nas escolas. Muitas pessoas ainda chamam o período de “República Velha”, utilizando o nome dado ao regime por aqueles que eram críticos a ele e o derrubaram em 1930. Os muitos momentos históricos que o país vivenciou nos últimos 12 anos do século XIX e nos primeiros 30 anos do século XX ainda são, muitas vezes, reduzidos a um grande “toma lá dá cá” protagonizado pelas oligarquias cafeeiras, que por meio de supostos mecanismos de controle institucional (política dos governadores, política do café com leite) teriam conseguido manter um ambiente de absoluta estabilidade política e social no país.

O ponto de partida desta dissertação é justamente questionar a visão de que a Primeira República teria sido um período histórico isento de conflitos entre as camadas dominantes. Meu objetivo é demonstrar que os primeiros 40 anos da história republicana brasileira foram recheados de disputas políticas em todos os setores da sociedade.

A disputa política central que será trabalhada ao longo dos três capítulos deste trabalho diz respeito ao embate entre diferentes projetos de nação que se queria implementar no país: de modo geral, as oligarquias latifundiárias que governaram o Brasil a partir de 1894 eram adeptas de um liberalismo excludente que desejava modernizar e embelezar os grandes centros urbanos ao mesmo tempo em que expulsava as massas trabalhadoras para seus

¹ RIBEIRO, Jayme Fernandes. “Morra a polícia! Abaixo a vacina”: a imprensa carioca e a revolta contra a vacinação obrigatória. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O Rio de Janeiro nos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1889-1930)*. Rio de Janeiro: 7 letras: FAPERJ, 2017. p. 86.

subúrbios. Na oposição aos governos oligárquicos e ao projeto liberal e excludente, existiam grupos ligados principalmente ao militarismo e adeptos de um projeto de país antiliberal, que defendia a construção de um Estado forte, paternalista e autoritário, bem como a tutela das classes trabalhadoras por parte dos dirigentes.

O trabalho, portanto, pretende investigar as disputas entre diferentes projetos de República que existiam no Brasil entre o final do século XIX e o início do século XX. Mas em qual campo desejo investigar essa disputa? Seria possível talvez estudá-la em vários locais: nas ruas, no Congresso Nacional, nos sindicatos e associações de trabalhadores, etc. Contudo, optei por dar continuidade ao meu trabalho de pesquisa com a imprensa, iniciado durante a graduação, e trabalhar como essas disputas em torno de distintos projetos de país se manifestavam na grande imprensa do Rio de Janeiro.

Conforme o trecho transcrito no princípio desta introdução, a palavra impressa era uma importante fonte de informação no Rio de Janeiro de princípios do século XX. O alto índice de analfabetismo não impedia que as informações trazidas pelos periódicos circulassem pela então capital da República. Os grandes jornais não apenas registravam os acontecimentos, mas também influenciavam a opinião de seus leitores², já que a transmissão da informação nunca se dá de maneira neutra. Sendo assim, a grande imprensa atuava politicamente na sociedade carioca. E, na medida em que transmitiam as notícias aos cidadãos, os grandes jornais defendiam suas respectivas visões de mundo e seus projetos de país.

Ainda que a dissertação explore algumas das características gerais da grande imprensa carioca, optei por investigar mais a fundo dois jornais que pertenciam a este grupo: *O Paiz*, de propriedade de João Lage, e o *Correio da Manhã*, fundado por Edmundo Bittencourt. A escolha não foi aleatória: estes jornais representavam os dois projetos de país distintos que se enfrentaram durante a Primeira República. Enquanto *O Paiz* era o porta-voz das oligarquias agrárias que governavam o Brasil e impunham, de cima para baixo, um liberalismo excludente; o *Correio da Manhã* utilizava suas páginas para fazer um oposicionismo ferrenho a estes governos e, ao mesmo tempo, se associar a um projeto alternativo de República, de caráter antiliberal e paternalista.

De modo a investigar como as disputas políticas das primeiras décadas do período republicano se manifestavam no *Correio da Manhã* e no *Paiz*, optei por analisar a cobertura

² Ibidem, p. 86.

que estes jornais fizeram de um importante evento que paralisou o Rio de Janeiro em novembro de 1904: a Revolta da Vacina. Entendo que o episódio em questão foi, mais do que apenas um simples repúdio da população carioca à vacinação obrigatória, um momento no qual estiveram em conflito, de um lado, o liberalismo oligárquico dominante, e, de outro, um projeto de país antiliberal. Ao noticiarem as reformas urbanas da capital, as ações do governo em prol da erradicação de doenças, o embate em torno da vacinação obrigatória e a revolta que se seguiu, *O Paiz* e o *Correio da Manhã* se posicionaram abertamente em relação a todos estes temas, cada um de acordo com a visão de mundo que defendiam. Portanto, investigar a cobertura jornalística que fizeram acerca da Revolta da Vacina é investigar também como se manifestavam as disputas entre diferentes projetos de país na grande imprensa do período.

A presente dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, dividido em duas grandes partes, busco defender duas perspectivas historiográficas que se opõem à ideia de que a Primeira República teria sido um período histórico marcado pela estabilidade institucional supostamente fornecida por mecanismos como a política dos governadores e a política do café com leite. Na primeira parte do capítulo, demonstro a primeira perspectiva que defendo, baseada nas obras de José Murilo de Carvalho³ e de Cláudia Viscardi⁴, a qual entende que a Primeira República não foi marcada pela previsibilidade, mas sim por tensões políticas constantes, na qual estiveram em disputa diferentes projetos de país.

As disputas entre os distintos projetos de país ocorriam em diversos setores da sociedade, inclusive na grande imprensa. É por isso que, na segunda parte do primeiro capítulo, analiso as condições materiais da grande imprensa carioca em princípios do século XX, ressaltando que se tratou de um período de transição entre a pequena imprensa artesanal vigente durante o Império e a grande imprensa empresarial que estava em processo de construção. Neste sentido, apresentarei a segunda perspectiva que defendo, a qual envolve o teatro das disputas políticas na arena da grande imprensa: entendo que a maior parte dos grandes periódicos do Rio de Janeiro apoiou e exaltou o processo de modernização excludente representado pelas reformas urbanas ocorridas na então capital federal, à exceção do *Correio da Manhã*.

³ CARVALHO, José Murilo de. Utopias republicanas. In: _____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁴ VISCARDI, Cláudia. Um novo roteiro para a mesma peça. In: _____. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.

Longe de representar uma mera coincidência, a divergência do *Correio da Manhã* em relação ao restante da grande imprensa carioca escancara, no periodismo, os diferentes projetos políticos que estavam em disputa na sociedade. Enquanto *O Paiz* e outros impressos como o *Jornal do Commercio* atuavam como defensores ferrenhos de um liberalismo oligárquico que desejava modernizar o Brasil sem se importar com as demandas das massas trabalhadoras, o *Correio* de Edmundo Bittencourt procurava defender uma visão de progresso relacionada a um Estado forte e autoritário, cujos líderes teriam o papel de exercer tutela sobre as camadas populares. Portanto, o primeiro capítulo da dissertação destaca a existência de disputas políticas na Primeira República e localiza estas disputas na grande imprensa.

No segundo capítulo da dissertação, passo a focar minha análise exclusivamente nos dois periódicos que escolhi para investigar as disputas políticas na grande imprensa carioca: *O Paiz* e o *Correio da Manhã*. De maneira geral, o segundo capítulo terá por objetivo esmiuçar as redes de sociabilidade que conectavam as figuras-chave destes dois jornais ao mundo da política institucional. Analisando a biografia de dirigentes como João Lage e Dunshee de Abranches (do *Paiz*) e de Edmundo Bittencourt (do *Correio da Manhã*), é perceptível que estas pessoas ou eram políticos que atuavam no Congresso Nacional e em outros órgãos do Estado brasileiro, ou eram cercadas por políticos e burocratas importantes. Existia, portanto, uma intensa articulação que construía alianças entre governantes e donos de jornais ou entre políticos da oposição e donos de jornais.

No caso do *Paiz*, destaco a carreira política de Dunshee de Abranches, redator-chefe e diretor do jornal que também foi, dentre outras coisas, deputado federal. Acredito que Dunshee tenha sido um importante intermediário entre João Lage, português que se tornou proprietário do periódico, e o poder público, no sentido de conseguir acordos que previam a destinação de verbas públicas ao jornal e a participação de Lage em importantes negócios ligados ao Estado brasileiro – tudo isto em troca da postura fortemente situacionista do *Paiz*.

Em relação ao *Correio da Manhã*, entendo que seu fundador, o gaúcho Edmundo Bittencourt, se aliou a um grupo político interessado em tirar do poder as oligarquias latifundiárias para governar o país. Defendo a hipótese de que Bittencourt fez de seu jornal um porta-voz deste grupo de oposição, buscando auxiliá-lo em sua tomada de poder por razões de identificação ideológica e em busca de possíveis regalias e benefícios caso o movimento fosse bem-sucedido. Este grupo ao qual Bittencourt teria se aliado era liderado pelo senador e militar Lauro Sodré, que fazia oposição aos governos oligárquicos e a quem o

Correio da Manhã sempre tecia louvores em suas páginas. O próprio Bittencourt se referia abertamente a Sodré como “um amigo” em seu jornal, tornando pública a boa relação entre os dois.

Aproveito o espaço do segundo capítulo também para esmiuçar melhor o que pude descobrir a respeito deste grupo político liderado por Lauro Sodré e que defendia um projeto de país alternativo ao liberalismo oligárquico. Este projeto antiliberal, representado na imprensa pelo *Correio da Manhã*, era baseado na construção de um Estado forte, paternalista e autoritário, que manteria as classes trabalhadoras sob sua tutela.

Por fim, no terceiro e último capítulo da dissertação, realizo a análise da cobertura jornalística feita pelo *Paiz* e pelo *Correio da Manhã* acerca da Revolta da Vacina, ocorrida em novembro de 1904 e que serviu como baliza temporal para que eu pudesse localizar, na grande imprensa, os embates e as disputas entre os distintos projetos de país. Tendo em vista a adesão de cada um destes periódicos a projetos políticos distintos e antagônicos (*O Paiz* ligado a um projeto político liberal-oligárquico e o *Correio da Manhã* ligado a um projeto político paternalista-autoritário), o intuito do capítulo em questão é entender como cada jornal interpretou as reformas urbanas realizadas na capital federal, a polêmica em torno da vacinação obrigatória e a revolta em si. Acima de tudo, será possível verificar como cada um destes periódicos, traduzindo seus respectivos projetos políticos, retratavam as massas trabalhadoras do Rio de Janeiro.

Busco destacar, no terceiro capítulo, que a maneira como cada jornal tratava os revoltosos era também a maneira com a qual eles pensavam o povo carioca. Para *O Paiz*, que defendia o liberalismo oligárquico, a revolta era apenas uma obra das oposições ilustradas ao governo, e o povo que estava na rua era uma massa abstrata, violenta, irracional e burra que estava sendo utilizada como massa de manobra. A visão em questão reflete o papel social que as massas populares tinham no projeto de país das oligarquias: uma força de trabalho sem direitos, e nada mais. O *Correio da Manhã*, por sua vez, legitimou e defendeu a revolta, a qual apresentava como um movimento legítimo e espontâneo, construído por um povo formado por pessoas de carne e osso cujos direitos estavam sendo violados pelo governo, e pelos quais estas pessoas estavam lutando. Entendo que isso reflete o projeto de país defendido pelo *Correio*, o qual, por mais que destacasse os revoltosos como cidadãos dotados de direitos e subjetividades, acreditava que o melhor caminho para o país era a construção de um governo que tutelasse a seu favor as classes trabalhadoras.

Quanto à metodologia de trabalho com as fontes, a pesquisa para esta dissertação envolveu a leitura de edições diárias dos jornais trabalhados, com maior destaque para aquelas lançadas entre setembro e dezembro de 1904, as quais estão presentes na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. No caso do *Paiz*, foram analisadas de maneira mais aprofundada as edições lançadas entre os dias 1 e 8 de setembro de 1904 (período no qual estava em debate a questão da obrigatoriedade da vacinação) e aquelas lançadas entre 11 e 19 de novembro de 1904 (período em que ocorreu a Revolta da Vacina). Quanto ao *Correio da Manhã*, tiveram análise cuidadosa as edições lançadas entre 1 e 4 de setembro de 1904 e aquelas lançadas entre 11 e 18 de novembro de 1904, bem como a edição do dia 15 de dezembro do mesmo ano. Não foi utilizado o recurso das palavras-chave nas ferramentas de busca da Hemeroteca.

Para finalizar esta introdução, devo destacar que a presente dissertação teve origem em meu desejo de analisar as representações do povo na grande imprensa carioca durante a Revolta da Vacina. O projeto de pesquisa original definia a revolta como o objeto central do trabalho, e a imprensa como ferramenta de pesquisa. No entanto, conforme a pesquisa avançou ao longo destes dois anos, e por meio do importante auxílio prestado pela orientação e pela banca de qualificação do mestrado, o foco do trabalho mudou. Sendo assim, devo destacar aqui que o foco deste trabalho não é a Revolta da Vacina em si, mas sim a maneira como as disputas políticas da Primeira República se manifestaram na grande imprensa carioca. A revolta em questão é uma baliza temporal que uso para investigar essas manifestações, através da análise da cobertura feita pelo *Paiz* e pelo *Correio da Manhã* a respeito deste evento.

1. CAPÍTULO 1. AS DISPUTAS POLÍTICAS DA PRIMEIRA REPÚBLICA E SEUS REFLEXOS NA IMPRENSA CARIOCA

1.1. A Primeira República para além de uma rotina de cartas marcadas

Imagine a seguinte cena, muito comum nas escolas brasileiras: uma turma de nono ano do Ensino Fundamental volta do recreio para a aula de História. Após gastar os tradicionais primeiros cinco minutos para acalmar os adolescentes, o(a) professor(a) anuncia que o tema a ser ensinado naquele dia seria uma tal “República Velha”, ou seja, aquele período histórico que veio logo após o Segundo Reinado, mais conhecido no meio acadêmico como Primeira República, de modo a evitar nomes que remetam a juízos de valor construídos *a posteriori* sobre o período em questão⁵.

A primeira parte da aula é sobre a “República da Espada”⁶, um período em que o Brasil teve como presidentes dois marechais do Exército: Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Até aí, tudo bem – o(a) docente certamente falará para a turma a respeito do aspecto extremamente autoritário desse período de seis anos e das trapalhadas econômicas da época. Em seguida, ele começará a falar a respeito do período de 1894 a 1930, isto é, o período em que o Brasil foi governado majoritariamente por civis ligados às oligarquias paulistas produtoras de café – não atoa, esse momento é conhecido como “República Oligárquica”. Nesse momento, seja por falta de tempo, de condições adequadas de trabalho ou de vontade para verificar uma bibliografia mais especializada ou por uma preocupação excessiva com a preparação dos alunos para os vestibulares, o(a) professor(a) transmitirá a seus alunos tudo aquilo que está presente na maior parte dos livros didáticos a respeito do período em questão.

E o que se pode encontrar na imensa maioria dos livros didáticos a respeito desse período, e é tão repetido nas aulas de História? Que a “República Oligárquica” foi uma época de domínio absoluto das elites cafeeiras, que todos os presidentes da República jogavam de acordo com o que as oligarquias queriam, que tudo era baseado na política dos governadores, na toda poderosa política do “café com leite” – a qual, por sua vez, nunca era questionada por oligarquias de outros estados para além de São Paulo e Minas Gerais – e no coronelismo.

⁵ Ao chegarem ao poder, Getúlio Vargas e seus aliados buscaram demarcar o período anterior – de 1889 a 1930 – como aquele em que predominou no Brasil uma República oligárquica, corrupta, antiquada e desmoralizada, de modo a contrastar com as realizações do novo regime. Com isso, o termo “República Velha” acabou se tornando um sinônimo pejorativo para a Primeira República, algo que ainda é muito reproduzido acriticamente nas salas de aula.

⁶ Este termo é considerado ultrapassado para a historiografia, mas ainda é muito utilizado por materiais didáticos menos atualizados.

Cria-se a impressão de que se tratou de um período de estabilidade política, nos quais as revoltas ocorridas eram apenas resultado da insatisfação popular com as condições socioeconômicas de então, mas nunca fruto também da situação política vivida pelo país. Essa leitura a respeito da Primeira República acaba sendo transmitida nas salas de aula pelo Brasil afora e é reproduzida constantemente pelo senso comum.

No entanto, a historiografia atualizada já desmontou essa versão “tradicional” da Primeira República. Os primeiros 41 anos de experiência republicana do Brasil estiveram longe de constituir uma época politicamente estável e nunca foram uma “lua de mel” para as elites governantes, que a cada eleição presidencial precisavam renovar ou refazer acordos políticos de difícil articulação. A sociedade civil tampouco assistiu inerte aos acontecimentos e aos governos oligárquicos, buscando também se organizar de diferentes maneiras e tentando impor suas concepções políticas por meio de diferentes formas de luta.

Nesse cenário, a Revolta da Vacina foi um dos diversos momentos de mobilização da sociedade civil no contexto de constantes disputas políticas que caracterizou a Primeira República. Devo deixar evidente, contudo, que o objetivo deste trabalho de pesquisa não é analisar a Revolta da Vacina em si, tampouco debater a historiografia acerca deste evento. Na verdade, o foco desta dissertação é analisar as disputas existentes entre diferentes facções políticas na Primeira República e a forma como essas disputas foram veiculadas na imprensa da cidade do Rio de Janeiro no período. Neste caso, a Revolta da Vacina é tomada como recorte temporal, como um momento de observação das tensões políticas existentes no processo de construção das instituições republicanas brasileiras no início do século XX. O que pretendo fazer ao longo desta dissertação é localizar e interpretar na imprensa carioca, especificamente na cobertura jornalística feita pelos periódicos *O Paiz* e *Correio da Manhã* acerca da Revolta da Vacina, os embates entre dois projetos políticos republicanos, mas distintos: o projeto liberal-oligárquico e o projeto paternalista-autoritário.

1.1.1. Projetos em disputa: as instituições políticas no alvorecer do Brasil Republicano

Em primeiro lugar, não existiu um modelo único de República implantado em 1889 e seguido à risca até 1930. Pelo contrário: José Murilo de Carvalho demonstrou, em *A formação*

*das almas*⁷, que havia pelo menos três modelos republicanos sendo debatidos durante a crise do Império e mesmo depois da implantação do regime republicano. A Primeira República não foi a conformação de um modelo unânime e estável de governar, mas sim o resultado de uma disputa constante entre diferentes projetos de República que agradavam grupos distintos da sociedade brasileira.

De acordo com a obra de Carvalho, o modelo de República americano, que focava suas atenções nos aspectos organizacionais de um eventual governo republicano e propunha a separação dos poderes, a manutenção de um Poder Legislativo bicameral, a instituição de um Poder Judiciário forte e um Estado federalista, era o mais desejado pelas oligarquias cafeicultoras paulistas, uma vez que protegia a propriedade privada e impedia a ampla participação popular nos processos decisórios. Este é o projeto político que chamo de liberal-oligárquico. Havia também o modelo positivista, mais popular entre os militares descontentes com a monarquia, que era baseado na construção de um regime autoritário chefiado e protagonizado por um ditador – logo, a ênfase estaria no Poder Executivo – a quem caberia o papel de conduzir as massas rumo a uma sociedade baseada na ordem e na valorização da razão e das ciências. Por fim, existia o modelo jacobino, mais popular entre a classe média e entre pequenos proprietários de terras, e que baseava sua ideia de República na ampla participação popular e nas noções de liberdade e de igualdade⁸.

Se no campo das ideias já existiam diferentes propostas para o novo regime, quando este foi implantado, em 1889, a realidade se encarregou de transformar o debate em conflito. Carvalho entende o governo do marechal Deodoro da Fonseca como um momento no qual a especulação financeira se destacou e não havia preocupação com o povo, algo que teria sofrido uma mudança durante o governo do marechal Floriano Peixoto, o qual o autor considera a fase jacobina da então jovem República brasileira – teria ocorrido durante essa época o combate aos banqueiros e especuladores⁹. A forma de governar de Floriano, sabe-se, era antiliberal e envolvia forte autoritarismo, mas tinha ao mesmo tempo um certo apelo popular. Este apelo popular, no entanto, não envolvia a autonomia e a libertação das classes trabalhadoras, mas sim a tutela destas por parte dos governantes. Na prática, o discurso favorável ao povo tinha caráter paternalista, e não emancipador. Por isso, considero que neste período vigorou o projeto político paternalista-autoritário.

⁷ CARVALHO, José Murilo de. Utopias republicanas. In: _____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁸ Ibidem, p. 17-33.

⁹ Ibidem, p. 29-30.

Em 1894, contudo, Prudente de Moraes foi eleito presidente, e as oligarquias paulistas passaram a dominar a máquina pública federal, trazendo consigo as negociatas e amplos esquemas de corrupção. Logo muitos republicanos começaram a se desencantar com o regime que haviam ajudado a fundar e a se posicionar contrários ao domínio das oligarquias paulistas, criticando pesadamente a maioria dos governos eleitos após 1894¹⁰. A partir deste ano, considero que passou a vigorar no Brasil o projeto político liberal-oligárquico, o qual, mesmo tendo sido questionado e enfrentado a todo o momento, conseguiu governar o país até 1930, ano em que foi derrotado pela ascensão do getulismo.

Como se pode perceber, em termos de projetos políticos e de modelos institucionais a serem implantados no Brasil, não havia nada ganho e nem consolidado durante a Primeira República – especialmente em seus primeiros anos –, mas sim o constante embate de ideias sobre quais modelos de República e de sociedade deveriam ser seguidos. E tratava-se de um embate permanente que não se deu apenas a partir da década de 1920, quando o “regime oligárquico” entrou em crise, mas sim que ocorreu durante todo o período que vai de 1889 a 1930. A Revolta da Vacina foi um dos muitos momentos no qual esse embate assumiu uma faceta mais violenta.

1.1.2. Campos Sales e a memória da estabilidade política da Primeira República

Um segundo ponto polêmico sobre a Primeira República diz respeito à eficiência da política de alianças entre o Governo Federal e os governos estaduais montada pelo quarto presidente da República, Manuel Ferraz de Campos Sales, que governou o Brasil entre 1898 e 1902. A chamada “política dos governadores” ou “política dos estados” – assim como o coronelismo, que é parte fundamental deste esquema por estar na base dele – são entendidos por alguns autores como as chaves que possibilitaram a estabilidade do sistema político oligárquico até 1930, ao passo que outros autores consideram tal premissa errônea, questionando a durabilidade da política dos governadores no cenário político do período, relativizando a importância e o predomínio da chamada “política do café-com-leite” (ou seja, as alianças entre as oligarquias mineiras e paulistas) e mesmo negando que tenha havido tal estabilidade política durante o período.

¹⁰ Ibidem, p. 32-33.

Dentre os autores do primeiro grupo, destaca-se Renato Lessa. Em sua obra, o cientista político entende que os dez primeiros anos da República foram marcados pela instabilidade política – nos termos do autor, teriam sido uma “aventura” – e que a própria sobrevivência do novo regime era dada como incerta, uma vez que a Constituição de 1891, ao conceder autonomia política aos estados, havia criado uma ordem política caótica, sem um centro político. Além disso, os estados e municípios do país sofriam com conflitos entre diversas facções oligárquicas que pretendiam governá-los¹¹.

No meio do turbilhão que teria sido a primeira década da República, o presidente Campos Sales é entendido por Lessa como a figura central para o processo de estabilização política do Brasil. Esse processo de estabilização tem início, para o autor, quando Campos Sales decide rever e passar por cima de alguns preceitos da Constituição de 1891: se esta declarava que a República se originava dos cidadãos eleitores, o presidente dirá que a chave para o funcionamento do regime estava, na verdade, nos estados da federação – sobretudo nos estados mais populosos, que possuíam as maiores bancadas da Câmara dos Deputados, casos como o de São Paulo, Minas Gerais e Bahia.

Deste mecanismo institucional surgiu, então, a política dos governadores. Segundo Lessa, tratava-se de um pacto entre o presidente da República e os governadores dos estados mais poderosos da federação, ou seja, aqueles estados com maior representação no Poder Legislativo: o chefe da União reconheceria a soberania política dos grupos que detivessem o poder em cada estado – ou seja, não interviria na política local dos estados – e, em troca, as oligarquias estaduais se comprometiam a não prejudicar a governabilidade do presidente¹². Conforme Maria Efigênia Lage de Resende, cabia aos governadores não apenas não dificultar a governabilidade do presidente, mas também facilitá-la:

O compromisso recíproco entre Campos Sales e os governadores pressupõe que ele não interfira em assuntos de política estadual e que os governadores providenciem, em seus estados, resultados eleitorais que permitam a composição de um legislativo federal compatibilizado com as políticas de governo do presidente. Para viabilizar esse acordo é preciso que os governantes, nos respectivos estados, consigam articular-se com os coronéis nos municípios para que saiam vitoriosas as chapas eleitorais organizadas pelo respectivo partido republicano estadual. Torna-se, portanto, indispensável uma articulação positiva entre governadores e coronéis. São

¹¹ LESSA, Renato. A invenção republicana. *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 9-38, jan/jul. 2000. p. 12-28. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/1077/3/001077.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2021.

¹² *Ibidem*, p. 28-31.

esses últimos a peça-chave na organização das eleições e na “garantia” de resultados favoráveis à situação dominante no seu estado¹³.

Resende acrescenta uma importante contribuição para a discussão, uma vez que o papel dos governadores no pacto é explicitado e relacionado ao papel dos coronéis nos municípios. A política dos governadores, portanto, era uma articulação de grande escala que envolvia as três esferas da federação em prol da construção da governabilidade tanto na União quanto nos estados: o presidente da República não interferia nos assuntos dos estados governados por seus aliados, e em troca os governadores garantiam, por meio de alianças com os coronéis, que apenas candidatos favoráveis ao Governo Federal fossem eleitos para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal, possibilitando assim que o Executivo federal governasse sem grandes perturbações.

Lessa ainda dá destaque ao papel da Comissão Verificadora de Poderes da Câmara dos Deputados, responsável pela diplomação dos candidatos eleitos, no esquema. Assim, de acordo com o autor, Campos Sales teria conseguido alterar o regimento interno da Câmara para fazer com que a comissão em questão fosse sempre presidida e nomeada pelo presidente anterior da casa legislativa em questão: sendo este aliado do presidente da República, naturalmente só seriam diplomados como deputados os candidatos favoráveis ao Governo Federal¹⁴.

O objetivo de Campos Sales, além de evidentemente conseguir condições favoráveis para a governabilidade em um país cuja história sempre foi marcada por disputas locais, foi também entendido por Lessa como uma tentativa de despolitizar a presidência da República, tornando-a um órgão meramente técnico. A política, com suas disputas calorosas, seria, para o autor, reservada apenas para os estados nos planos do presidente-articulador¹⁵.

Concordando com a teoria de Lessa, Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto colocam o pacto político de Campos Sales como marco fundamental para a conquista da suposta estabilidade política da Primeira República¹⁶. Para essas autoras, mesmo as correntes historiográficas que questionam a capacidade da política dos governadores em neutralizar conflitos não discordam que, com ela, “o governo federal passou a sustentar os grupos

¹³ RESENDE, M. E. L. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 117.

¹⁴ LESSA, Renato. op. cit., p. 32-33.

¹⁵ Ibidem, p. 32.

¹⁶ FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. p. 2.

dominantes nos estados, enquanto estes, em troca, apoiavam a política do presidente da República votando no Congresso com o governo.”¹⁷ Sendo assim, as autoras entendem que a historiografia “revisionista” não nega o caráter básico de tal política, criada justamente para articular e costurar acordos políticos entre as oligarquias estaduais e o Governo Federal.

Diretamente relacionada à política dos governadores, está o fenômeno do coronelismo. Afinal, como foi observado acima, toda a articulação em prol da governabilidade do presidente da República teria início nos municípios, onde estaria o domínio dos coronéis – eram esses atores que deveriam garantir a eleição de candidatos favoráveis ao Governo Federal para o Congresso Nacional. A historiografia costuma não ter muitas discordâncias quanto ao poder exercido pelos coronéis em suas regiões de influência, utilizando-se da coerção sobre os eleitores e da fraude para garantir a vitória de seus aliados nos pleitos.

Dos trabalhos a respeito do coronelismo, destaca-se a obra clássica de Victor Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto*. Publicado pela primeira vez em 1949, o autor parece não analisar apenas a realidade da Primeira República – entendida por boa parte da historiografia como o período áureo do coronelismo – mas também a própria realidade em que vivia, sendo seu livro um tratado de História e também de Ciência Política.

A premissa de Leal é simples: o fenômeno do coronelismo é o resultado direto da ocorrência simultânea, no Brasil, de um regime representativo desenvolvido e de uma estrutura econômica e social inadequada a esse regime¹⁸. Para o autor, ao final do século XIX, a abolição da escravidão (1888) e a proclamação da República (1889) acabaram por trazer importância ao voto dos trabalhadores rurais e, ao mesmo tempo, fizeram crescer a influência política dos grandes proprietários de terras, uma vez que a estrutura agrária desigual deixava os camponeses em uma situação de abandono e, portanto, tornava-os dependentes dos grandes fazendeiros e sujeitos ao poder destes. Conforme o autor:

A libertação jurídica do trabalho não chegou a modificar profundamente esse arcabouço, dominado, ainda hoje, grosso modo, pela grande propriedade e caracterizado, quanto à composição de classe, pela sujeição de uma gigantesca massa de assalariados, parceiros, posseiros e ínfimos proprietários à pequena minoria de fazendeiros, poderosa em relação aos seus dependentes, embora de posição cada vez mais precária no conjunto da economia nacional.¹⁹

¹⁷ Ibidem, p. 4.

¹⁸ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. p. 20.

¹⁹ Ibidem, p. 253.

Portanto, conforme Leal, no momento em que o Brasil se tornou uma República e os votos dos trabalhadores rurais passaram a ter fundamental importância na manutenção e na reprodução do sistema político e econômico, o poder público – cada vez mais fortalecido – se viu forçado a compor com o poder privado – cada vez mais decadente, na visão do autor – para garantir sua estabilidade. Em outras palavras, os políticos que desejassem permanecer dentro do Estado eram obrigados a compor alianças com os grandes proprietários de terras conhecidos como coronéis, para que estes garantissem votos em suas regiões aos políticos em questão. Em troca desse apoio, os coronéis ganhavam carta branca para se consolidarem enquanto chefes políticos nos municípios em que atuavam²⁰.

Os meios utilizados pelos coronéis para obterem êxito em seu objetivo de garantir votos a seus aliados são, conforme Leal, baseados justamente no domínio que exercem sobre a população rural de seus municípios. Afinal, esses grandes proprietários de terras atuavam por vezes como árbitros de disputas e exerciam – muitas vezes com o auxílio de empregados e de capangas – forte poder de polícia nas regiões que controlavam. Não só do medo, contudo, se fazia o domínio coronelista sobre seus dependentes, mas também dos favores: quando passavam por momentos de aperto financeiro, era comum que os trabalhadores do campo recorressem aos grandes proprietários para obter dinheiro emprestado ou para comprar fiado em seus armazéns, comprometendo-se a pagar depois com parte da colheita. O coronel tornava-se, aos olhos do trabalhador rural, não apenas uma figura que inspirava medo, mas também uma figura de benfeitor – e é daí que surge, para Leal, o voto de cabresto, uma vez que nas disputas políticas os camponeses ficariam – por medo ou por gratidão – ao lado dos grandes proprietários de terras de quem tanto dependiam²¹.

É evidente que o domínio político de um coronel nunca era absoluto e nem consolidado em sua região. Conforme Maria Efigênia Lage de Resende, o poder destes grandes proprietários era construído por meio da luta contra coronéis rivais: se vencedor, o indivíduo assumia a chefia da política municipal, mas era comum que outro(s) chefe(s) político(s) local(is) estivesse(m) à espreita para tentar tomar o posto de líder da região. Com a hegemonia constantemente ameaçada, os coronéis buscavam, uma vez no poder em seus municípios, se manter neste através de alianças com coronéis menos poderosos que tinham sua influência nos distritos e também com figuras importantes da região, tais como profissionais liberais, funcionários públicos e comerciantes. Também era comum o uso de

²⁰ Ibidem.

²¹ Ibidem, p. 23-25.

forças paramilitares: “Em caso de necessidade, [o coronel] não hesita em organizar milícias privadas temporárias, mobilizadas em situações de confronto armado com coronéis rivais e mesmo contra governantes de seus estados.”²²

A geografia do coronelismo também é ponto importante a ser destacado na discussão, uma vez que a Constituição de 1891, por ter concedido ampla autonomia aos estados da federação, possibilitou a construção de diferentes realidades regionais. O federalismo, na visão de Leal, contribuiu de maneira relevante para a concretização do coronelismo, uma vez que permitiu a montagem de máquinas eleitorais nos estados e estas, por sua vez, possibilitaram o surgimento da política dos governadores – a qual está ligada ao coronelismo por depender do domínio dos grandes proprietários de terra sobre massas de eleitores camponeses²³. Maria Efigênia Lage de Resende dá destaque às variações regionais do fenômeno, ao pontuar que em alguns estados, como São Paulo e Minas Gerais, os respectivos partidos estaduais funcionavam como estruturas de congregação dos interesses das diferentes oligarquias, atenuando os conflitos entre estas e, portanto, reduzindo a violência nestes locais. Já em estados como Goiás, Mato Grosso, Amazonas, Paraná, Santa Catarina, Bahia e Piauí, apenas uma família constituía a oligarquia dominante ou ocorriam diversas lutas armadas entre facções distintas pela hegemonia na política estadual – nesses estados, segundo a autora, os processos políticos eram mais violentos²⁴.

Um ponto de discordância entre Victor Nunes Leal e Maria Efigênia Lage de Resende diz respeito à duração do coronelismo. Para a autora, tal fenômeno é um sistema político datado, próprio da Primeira República, que tem seu fim com a chegada de Getúlio Vargas e seus aliados ao poder em 1930:

Inaugurado com a República, ele sobrevive até a Revolução de 1930, quando o centralismo de Vargas impõe-se, pela nomeação de homens de sua confiança para interventores nos estados. A esses, por sua vez, cabe a nomeação dos responsáveis pelas prefeituras de cada município. A liquidação final do coronelismo virá com a ultracentralização imposta por Getúlio Vargas, com o Estado Novo, em 1937.²⁵

Emprende-se, a partir da visão da autora, que o grande responsável pelo coronelismo, a seu ver, era a grande autonomia dada aos estados pela Constituição de 1891 – ou seja, a forma federalista de Estado. No momento em que Vargas assume o poder e acaba (ou diminui significativamente) com as autonomias estaduais, o coronelismo passa a definhar e entra em

²² RESENDE, M. E. L. op. cit., p. 96.

²³ LEAL, Victor Nunes. op. cit., p. 253.

²⁴ RESENDE, M. E. L. op. cit., p. 97.

²⁵ Ibidem, p. 96.

colapso. Para Leal, como já foi visto, o federalismo também contribuía para o fenômeno em questão, mas não parecia ser o fator preponderante. Isso porque o autor entende a estrutura agrária brasileira como a principal base de sustentação do coronelismo e, enquanto esta estrutura não fosse desmontada, o coronelismo persistiria²⁶. Assim, por mais que Leal entenda que a Revolução de 1930 e eventos relacionados a ela – como a promulgação do Código Eleitoral de 1932, o aumento da produção industrial, a crise do setor cafeeiro, o crescimento da população e do eleitorado urbanos, a expansão dos meios de comunicação, dentre outros – de fato tenham enfraquecido o coronelismo, este ainda persistia após 1930 justamente porque a estrutura agrária nacional dominante desde a colonização não havia sido desmontada:

(...) o ajustamento aludido foi incompleto e superficial, porque não atingiu a base de sustentação do “coronelismo”, que é a estrutura agrária. Essa estrutura continua em decadência pela ação corrosiva de fatores diversos, mas nenhuma providência política de maior envergadura procurou modificá-la profundamente, como se vê, de modo sintomático, na legislação trabalhista, que se detém, com cautela, na porteira das fazendas. O resultado é a subsistência do “coronelismo”, que se adapta, aqui e ali, para sobreviver, abandonando os anéis para conservar os dedos.²⁷

É justamente por isso que a obra de Leal é não apenas uma análise sobre a Primeira República, mas também uma análise sobre sua própria época – o período pós-Revolução de 1930 e também pós-Estado Novo. Para ele, o coronelismo persistia no país ainda ao final da década de 1940.

1.1.3. A instabilidade é a regra do jogo

Enquanto autores como Renato Lessa, Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto consideram a política dos governadores de Campos Sales como um fator que conferiu estabilidade política para a Primeira República, outros questionam a suposta durabilidade dessa política e mesmo a ideia de que teria havido essa estabilidade durante o período. Nesse momento, é impossível não citar a tese de Cláudia Viscardi. Seu importante trabalho em *O teatro das oligarquias* questionou a importância da política dos governadores e da política do café com leite para o cenário político da época.

²⁶ É importante destacar que a obra de Leal rompeu com as teses estruturalistas clássicas. Por mais que a tese do autor indique a estrutura agrária como base de sustentação do coronelismo, ela considerava o sistema político como reprodutor das condições para o latifúndio. Deste modo, era a política a variável a explicar o subdesenvolvimento econômico, e não o contrário.

²⁷ LEAL, Victor Nunes. op. cit., p. 256.

A marca do trabalho de Viscardi é, segundo a própria, questionar “o caráter hegemônico, permanente e isento de conflitos” da política do café com leite²⁸, mas ela acaba por lançar dúvidas também sobre a hegemonia da política dos governadores. Indo na contramão de Renato Lessa, que considera ter sido a política dos governadores uma fórmula duradoura usada por Campos Sales e por todos os seus sucessores até a Revolução de 1930²⁹, Viscardi ressalta a necessidade de se relativizar o suposto grau de estabilidade política que tal política teria trazido³⁰, uma vez que:

(...) “a política dos estados” de Campos Sales, em geral interpretada como a fórmula que garantiu a estabilidade do regime, não teve relação com as sucessões presidenciais, na medida em que não previu mecanismos inibidores desses conflitos. Após o “pacto oligárquico” (1898-1902), as sucessões presidenciais continuaram a dar margem à instabilidade.³¹

Em outras palavras, a política articuladora de Campos Sales, na visão da autora, teve um efeito datado: durou entre 1898 e 1902, ou seja, o período em que o presidente em questão esteve no poder. Após isso, a instabilidade voltou a assolar constantemente o regime oligárquico, sobretudo nas vésperas das eleições, quando ocorriam verdadeiras batalhas para as escolhas dos sucessores ao cargo de chefe de Estado.

A importância da obra de Viscardi, contudo, envolve principalmente seu questionamento à hegemonia das oligarquias paulista e mineira sobre a política brasileira durante a Primeira República – para a autora, tal hegemonia não existiu, e a instabilidade política era regra, não exceção. Isso porque, em sua visão, o que garantia a existência do modelo político da época era não uma suposta aliança inquestionável entre mineiros e paulistas, mas sim a constante volatilidade das alianças entre as oligarquias dos estados mais importantes e poderosos da federação³², ou seja, aqueles que possuíam bancadas numerosas no Congresso Nacional e também economias autossuficientes: segundo a autora, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul eram os estados mais poderosos (os chamados “estados grandes”) e Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco eram também unidades federativas importantes, ainda que suas oligarquias não fossem tão influentes quanto as dos três primeiros (por isso a autora os denomina de “estados médios”)³³.

²⁸ VISCARDI, Cláudia. Um novo roteiro para a mesma peça. In: _____. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019. p. 23.

²⁹ LESSA, Renato. op. cit., p. 33.

³⁰ VISCARDI, Cláudia. op. cit., p. 37.

³¹ Ibidem, p. 68.

³² Ibidem, p. 25.

³³ Ibidem, p. 52.

O caráter instável das alianças entre as oligarquias dos estados mais poderosos ditava os rumos da política nacional e impedia que as elites políticas de alguns poucos estados monopolizassem o poder do Estado brasileiro, ao mesmo tempo em que impedia que outras oligarquias fossem excluídas definitivamente do jogo. Ou seja, nada era tão sólido que resistisse por tanto tempo, e a política nacional exigia de seus atores políticos a constante redefinição de alianças, principalmente durante os processos de sucessão presidencial. As alianças entre as oligarquias estaduais mais poderosas eram pragmáticas e se desfaziam conforme as conjunturas mudavam. A cada processo sucessório “se estabeleciam coalizões provisórias de partidos estaduais que rapidamente se desfaziam.”³⁴

Desse modo, para Viscardi, o modelo político da Primeira República era baseado nas instabilidades, e não em uma monopolização do poder por parte de mineiros e paulistas – estes chegaram sim a construir alianças, mas estas possuíam caráter conjuntural e não eram permanentes e nem isentas de conflitos³⁵. As disputas políticas eram constantes e o céu nunca foi azul para as oligarquias, que se viam constantemente em meio a tempestades.

O que teria feito o modelo político da Primeira República ruir em 1930? Para Renato Lessa, foi o conflito entre as concepções que as oligarquias paulista e mineira faziam acerca da política dos governadores criada por Campos Sales: os mineiros utilizavam os procedimentos de tal política em prol do localismo, de modo a adquirir recursos financeiros para seu estado, ao passo que os paulistas se voltavam para os valores do ex-presidente, focando-se no interesse nacional em contraste com os interesses locais. Foi esse conflito que teria explodido em 1930³⁶ e posto fim ao regime.

Para Cláudia Viscardi, como já foi observado, a instabilidade política era marca da Primeira República. Nesse sentido, a autora destaca que as contestações ao regime por parte de algumas oligarquias eram comuns e se manifestavam principalmente durante as escolhas dos candidatos para os processos de sucessão presidencial. A não-unanimidade em torno de um nome para a sucessão gerava disputas eleitorais, ganhas pelos candidatos apoiados pelas alianças mais fortes. As alianças derrotadas protestavam contra os resultados eleitorais na imprensa, na justiça ou mesmo nas ruas, pegando em armas para tentar reverter a situação³⁷.

³⁴ Ibidem, p. 60.

³⁵ Ibidem, p. 40.

³⁶ LESSA, Renato. op. cit., p. 36.

³⁷ VISCARDI, Cláudia. op. cit., p. 66.

A partir da década de 1920, três fatores contribuíram, na visão da autora, para potencializar as contestações ao sistema político vigente: o desenvolvimento industrial e urbano fez surgir novos atores políticos, a supremacia econômica de São Paulo em relação aos outros estados tornou-se maior e gerou conflitos de interesses entre aquele e estes, e por fim ocorreram tentativas de monopolização do poder, em diferentes momentos da década, por parte das oligarquias mineiras e paulistas – fosse por meio de alianças entre si, fosse por meio de tentativas “individuais”. A nova conjuntura teria exigido do regime dominante uma flexibilização para comportar as mudanças políticas e socioeconômicas em curso, mas tal flexibilização não ocorreu, o que fortaleceu cada vez mais as contestações aos sucessivos resultados eleitorais e desgastou as bases do sistema, até que a contestação ao pleito de 1930 gerou uma revolta armada que fez colapsar o regime e levou Getúlio Vargas ao poder³⁸.

Dessa forma, se para Lessa o fim da Primeira República se deu por conta do fim de um pacto oligárquico duradouro gestado por Campos Sales, para Viscardi tal pacto oligárquico sequer sobreviveu ao fim do governo deste presidente, e o colapso do regime ocorreu devido ao acirramento das instabilidades que o marcavam e à incapacidade do próprio sistema em se renovar diante das mudanças em curso. Em 1930, Getúlio Vargas assumiu o poder e deu início a uma reconfiguração do sistema político, ainda que não tenha mexido em algumas de suas bases, como observou Victor Nunes Leal.

É importante ressaltar que, como já citado, o presente trabalho tem por premissa a tese de que a Primeira República foi um período de constantes indefinições e conflitos. Desse modo, não acredita em um sistema político estável, fechado e livre de contestações, identificando-se assim com o trabalho de Cláudia Viscardi por entender que os embates entre diferentes modelos de país eram constantes e não ocorriam apenas nos palácios, mas também nas ruas e na imprensa. A Revolta da Vacina, neste sentido, é utilizada por mim nesta dissertação como um exemplo de evento histórico no qual estes embates se tornam facilmente identificáveis para o historiador – meu foco, no caso, será analisar o embate entre dois grandes periódicos cariocas, *O Paiz* e *Correio da Manhã*, tendo cada um destes dois diários feito a sua cobertura jornalística da revolta em questão de acordo com o projeto de país que defendia. Ou seja, busco entender como as tensões políticas da Primeira República estavam presentes na imprensa carioca do período e como elas se manifestaram nas coberturas jornalísticas da Revolta da Vacina feitas pelo *O Paiz* e pelo *Correio da Manhã*. Para entender

³⁸ Ibidem, p. 68-69.

melhor os posicionamentos políticos destes dois periódicos, entretanto, é fundamental abordar as condições da grande imprensa do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX, tarefa que será executada nas próximas páginas.

1.2. A grande imprensa do Rio de Janeiro na aurora do século XX: os jornais cariocas de grande circulação em pleno processo de transição para um modelo empresarial

Para que esta dissertação atinja seu objetivo, é importante analisar a atuação da imprensa da então capital federal durante o início da era republicana, com foco nas décadas de 1890 e 1900. Neste item em específico, pretendo demonstrar a adesão de boa parte da grande imprensa carioca ao discurso pró-modernização utilizado pelas oligarquias cafeeiras que se encontravam no poder. Em outras palavras, é preciso ressaltar que a maioria dos grandes jornais cariocas defendeu abertamente o processo de modernização excludente³⁹ pelo qual passou o Rio de Janeiro durante a chamada *Belle Époque*, e viu com bons olhos a reforma urbana organizada por Rodrigues Alves e Pereira Passos. Uma notável exceção a essa regra foi o *Correio da Manhã*, conforme será possível visualizar nas próximas páginas.

Em primeiro lugar, vale lembrar que o Rio de Janeiro era, na época, a capital do Brasil, e por isso concentrava em seu território a estrutura administrativa, legislativa e judiciária da República. A proximidade geográfica com os principais órgãos de poder do país é um item importante a ser considerado quando se estuda a imprensa do então Distrito Federal, uma vez que os periódicos de grande circulação deste local se envolveram fortemente com a política nacional em diversos aspectos.

³⁹ Tomo por base o trabalho de Nicolau Sevcenko para me referir às reformas urbanas ocorridas no Rio de Janeiro no princípio do século XX como “modernização excludente”. Acredito que o trecho deste autor que melhor define este conceito é “O processo de reforma urbana foi saudado com entusiasmo pela imprensa conservadora, que a denominou de ‘Regeneração’. Essa era a voz dos beneficiários do replanejamento, aqueles que herdariam, para o seu impávido desfrute, um espaço amplo, controlado e elegante, onde antes não podiam circular senão com desconforto e sobressalto. As vítimas são fáceis de identificar: toda a multidão de humildes, dos mais variados matizes étnicos, que constituíam a massa trabalhadora, os desempregados, os subempregados e os aflitos de toda espécie. A ação do governo não se fez somente contra os seus alojamentos: suas roupas, seus pertences, sua família, suas relações vicinais, seu cotidiano, seus hábitos, seus animais, suas formas de subsistência e de sobrevivência, sua cultura. Tudo, enfim, é atingido pela nova disciplina espacial, física, social, ética e cultural imposta pelo gesto reformador. Gesto oficial, autoritário e inelutável, que se fazia, como já vimos, ao abrigo de leis de exceção que bloqueavam quaisquer direitos ou garantias das pessoas atingidas. Gesto brutal, disciplinador e discriminador, que separava claramente o espaço do privilégio e as fronteiras da exclusão e da opressão.” Retirado de: SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. 1ª edição eletrônica. São Paulo: Cosac Naify, 2013. p. 47-48.

Outro aspecto importante da cidade em questão era a relação entre a opinião pública e a imprensa. Para Antonio Edmilson Martins Rodrigues, uma das peculiaridades do Rio de Janeiro no princípio do período republicano era a de ser uma cidade das ruas, na qual o cotidiano de seus habitantes se entrelaçava constantemente com a cultura política popular. As ideias políticas eram debatidas diariamente nas praças, e qualquer cidadão poderia participar de debates e intervir com opiniões, bastando para isso estar presente nas ruas cariocas. Assim, apesar das altas taxas de analfabetismo da época, teria se formado na capital uma importante esfera pública e uma cultura política que agia “no sentido de construir mecanismos de reconhecimento da individualidade e da subjetividade”⁴⁰. O autor acredita que essa característica do Rio de Janeiro aumentava ainda mais a importância da imprensa local⁴¹.

É evidente que a construção de uma cultura política popular não significa que os cidadãos cariocas participassem do processo político oficial, tendo em vista as limitações do liberalismo oligárquico e seus desdobramentos (voto apenas para homens alfabetizados, coronelismo, fraudes eleitorais). Contudo, o apontamento de Antonio Edmilson é importante no sentido de destacar que os cariocas – mesmo aqueles que não votavam – não estavam alheios aos acontecimentos políticos da República. Nesse sentido, a grande imprensa tradicional, fosse situacionista ou oposicionista, ao trazer as informações a respeito do mundo político, servia como importante divulgadora e fomentadora de debates e disputas também no mundo popular.

Este item abordará alguns dos principais aspectos da grande imprensa da cidade do Rio de Janeiro, ou seja, os jornais – e, um pouco menos, as revistas – cariocas de grande circulação nos primeiros anos do século XX. Foi essa categoria de imprensa que, nas primeiras décadas da República, experimentou um processo de transição que a levou de um cenário artesanal característico do século XIX para uma nova realidade empresarial, na qual as inovações tecnológicas permitiram a esses impressos exercer um poderio e uma influência cada vez maiores na realidade. E, acima de tudo, foram muitos destes impressos os responsáveis pela exaltação ao processo de modernização excludente ocorrido no Rio de Janeiro. A meu ver, não se pode tratar da grande imprensa carioca do período sem que seja abordada a relação entre esta e a exaltação ao progresso – é por conta disso que, devo esclarecer, essa relação será explorada por mim ao longo de todo o presente item.

⁴⁰ RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. Cultura política na passagem brasileira do século XIX ao século XX. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito (Orgs.). *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008. p. 219.

⁴¹ *Ibidem*.

1.2.1. O processo de transição rumo a uma realidade empresarial

De modo geral, a historiografia brasileira é unânime em afirmar que, na passagem do século XIX para o século XX, a grande imprensa nacional passou a assumir cada vez mais um caráter industrial e empresarial. O início do período republicano foi marcado por um discurso modernizante, e as inovações ocorridas nas comunicações foram simultâneas aos processos de modernização excludente em diversas cidades do país.

Nelson Werneck Sodré, em seu clássico *História da Imprensa no Brasil*, entende a passagem do século como período da transição da pequena à grande imprensa, durante o qual, nas grandes cidades, os velhos pequenos jornais de estruturas simples e as folhas tipográficas deram lugar a verdadeiras empresas jornalísticas dotadas de estrutura e de equipamentos gráficos adequados ao exercício de suas funções⁴². Tania Regina de Luca destaca que, entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a antiga produção artesanal da imprensa passou a ser, aos poucos, substituída por processos industriais nos quais ocorreu uma progressiva especialização e divisão do trabalho dentro das oficinas gráficas – com isso, estas passaram a depender menos do trabalho manual⁴³, ao mesmo tempo em que os periódicos passavam a ter, em seus corpos de funcionários, redatores, articulistas, críticos, repórteres, revisores, desenhistas, fotógrafos, empregados administrativos e operários⁴⁴. Marialva Barbosa detalha, em sua obra, algumas das principais inovações tecnológicas de caráter industrial adotadas pela imprensa carioca à época:

(...) máquinas linotipos capazes de substituir o trabalho de até 12 das antigas composições manuais; máquinas de imprimir capazes de “vomitar” de 10 a 20 mil exemplares por hora; máquinas de fotografar capazes de reproduzir em imagens o que antes apenas podia ser descrito; métodos fotoquímicos que permitem a publicação de clichês em cores⁴⁵.

Para Ilka Stern Cohen, as intensas modernizações das técnicas de impressão e ilustração – evidenciadas por Barbosa no trecho acima – permitiram aos editores dos periódicos aumentarem o número de páginas, elaborarem capas mais atrativas e imprimirem

⁴² SODRÉ, Nelson Werneck. A grande imprensa. In: _____. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 275.

⁴³ LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2020. p. 149.

⁴⁴ Ibidem, p. 152.

⁴⁵ BARBOSA, Marialva. Tecnologias do novo século (1900-1910). In: _____. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 22.

maiores tiragens⁴⁶. Além do aumento de tiragens, Maria de Lourdes Eleutério considera que as inovações pelas quais a imprensa passou no início dos novecentos envolveram também o uso de ilustrações, que fizeram pipocar nos periódicos as charges, as caricaturas e mesmo as fotografias. As novas tecnologias permitiram a produção de impressos de melhor qualidade sob menores custos, fato que teria propiciado aquilo que a autora chama de “ensaio da comunicação de massa”⁴⁷. A mesma autora entende que, além das inovações técnicas na impressão, os crescentes investimentos públicos na alfabetização da população brasileira também sustentavam a formação de uma grande imprensa, estando associada a esse fato a formação de um público leitor que encontrou nos periódicos da época um suporte perfeito para aprimorar suas capacidades de leitura⁴⁸.

As novas tecnologias e técnicas de caráter industrial, portanto, permitiram aos periódicos de maior circulação se tornarem grandes empresas. E grandes empresas, evidentemente, começam a influenciar a sociedade em diversos aspectos e em diferentes áreas. Eleutério aponta a crescente influência da imprensa daquele período sobre os mais diversos setores da economia, tais como a lavoura, o comércio, a indústria e as finanças, graças à dependência destes setores em relação aos impressos e à capacidade dos periódicos em reunir, nas suas edições, as informações, a publicidade e a propaganda, pautas fundamentais para que a economia girasse. Jornais, revistas e cartazes, assim, ampliavam os meios de comunicação e potencializavam o consumo da população no período histórico em questão⁴⁹, sendo assim importantes para as indústrias⁵⁰ e para a dinamização do mercado interno nacional. E tratava-se de uma via de mão dupla, uma vez que a imprensa periódica passou a ter na publicidade uma importante fonte de recursos financeiros⁵¹, assim como no sistema de venda de assinaturas⁵².

Como grandes empresas, os periódicos também precisaram desenvolver boas estratégias de publicidade. Contudo, conforme ressalta Ilka Stern Cohen, tais estratégias ainda eram relativamente simples no início do século XX, e mesmo estas eram feitas com

⁴⁶ COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2020. p. 104.

⁴⁷ ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2020. p. 83.

⁴⁸ *Ibidem*, p. 84.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 83-84.

⁵⁰ COHEN, Ilka Stern. *op. cit.*, p. 106.

⁵¹ LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2020. p. 151.

⁵² COHEN, Ilka Stern. *op. cit.*, p. 105.

dificuldade, uma vez que dependiam, dentre outros fatores, da obtenção de publicidade de longo prazo – algo que já exigia uma forte estrutura comercial que poucas empresas jornalísticas possuíam nesse período⁵³. As cada vez mais pesadas exigências do mercado jornalístico, por sinal, atuaram como uma espécie de “seleção natural” no meio, levando pequenos periódicos de aparato econômico frágil à falência⁵⁴ e permitindo a sobrevivência apenas dos mais fortes e bem aparelhados. Dessa forma, com a progressiva transformação da imprensa em empresa, ter um setor econômico e administrativo robusto tornou-se fundamental para as diferentes publicações.

Para Nelson Werneck Sodré, o processo de transição da pequena à grande imprensa alterou profundamente as relações entre os periódicos e o mundo, isto é, as relações de jornais e revistas com os anunciantes, com o universo da política, com os leitores em geral. Como intelectual marxista, o autor relaciona as mudanças em questão ao processo de ascensão da burguesia e ao avanço do capitalismo no Brasil – assim sendo, os pequenos jornais ligados a empreendimentos individuais passariam a ficar restritos aos municípios do interior, ao passo que os grandes centros testemunhariam a transformação da imprensa em empresa capitalista, fossem empresas de pequeno ou de grande porte⁵⁵. Ainda assim, o mesmo autor sinaliza as contradições vividas pelos periódicos do tempo: “(...) a imprensa, embora apresente agora estrutura capitalista, é forçada a acomodar-se ao poder político que não tem ainda conteúdo capitalista, pois o Estado serve principalmente à estrutura pré-capitalista tradicional.”⁵⁶ Essa contradição, para Sodré, era responsável, dentre outras coisas, pelo constante confronto entre jornais subordinados aos governos da época e jornais que faziam forte oposição a estes⁵⁷ – algo visível, por exemplo, nos embates entre *O Paiz* (situacionista) e *Correio da Manhã* (oposicionista), os quais serão analisados neste trabalho.

Uma imprensa cada vez mais tecnológica, que assumia aos poucos um caráter empresarial e capitalista, naturalmente testemunhou também um processo de profissionalização. E o aspecto mais marcante de uma imprensa profissional é, acima de tudo, a pretensa neutralidade no que diz respeito à divulgação da informação: sabe-se que a verdadeira neutralidade é inalcançável por qualquer veículo de comunicação, mas é importante para cada periódico construir a imagem de si próprio enquanto portador da

⁵³ Ibidem, p. 106.

⁵⁴ Ibidem, p. 105.

⁵⁵ SODRÉ, Nelson Weneck. op. cit., p. 275.

⁵⁶ Ibidem, p. 276.

⁵⁷ Ibidem.

realidade e da objetividade. Trata-se evidentemente de uma estratégia publicitária, uma vez que o aspecto fundamental dessa questão é fazer com que o leitor sinta que está acessando o mundo real ao ler um determinado periódico.

Nesse sentido, Tânia Regina de Luca entende as primeiras décadas do século XX como momento em que passou a ocorrer o declínio da doutrinação em prol da informação na imprensa brasileira, facilitado justamente por conta do avanço tecnológico e também devido à globalização: afinal, foi durante esse período que as agências internacionais de notícias (como a *Reuters* e a *Associated Press*) passaram a marcar presença no Brasil e que os principais periódicos nacionais passaram a construir redes de sucursais nos estados e nos países estrangeiros⁵⁸. Desta forma:

Consagrou-se a ideia de que o jornal cumpria a nobre função de informar ao leitor o que se passou, com rigoroso respeito à “verdade dos fatos”. Mudança sem volta, em que pese o percurso atribulado do jornal-empresa e os limites do seu grau efetivo de mercantilização diante de entraves de caráter político, socioeconômico, cultural e educacional, ademais da estreita vinculação que os diários continuaram a manter com o mundo da política.⁵⁹

Não se trata, de maneira alguma, de dizer que os periódicos se tornaram neutros ou que se afastaram das lutas político-partidárias. Como a própria autora ressalta, a vinculação entre os periódicos e o mundo da política seguiu ocorrendo. O que começou a mudar, na verdade, foram as representações sociais da imprensa perante o público leitor e perante a sociedade em geral. Assim, concordando com Tânia Regina de Luca, Marialva Barbosa afirma que o jornalismo passou a ser visto, progressivamente, como algo que mostrava a seu público a realidade dos fatos e a atualidade, por meio da transmissão “neutra” e acelerada de informações novas. E tecnologias inovadoras para a época – em especial o telégrafo – foram, conforme Barbosa, fundamentais para a construção dessa nova imagem do jornalismo, uma vez que possibilitaram a constante atualização das notícias recebidas em tempo real de diversas partes do mundo. As informações “isentas” e rápidas trazidas pelos novos jornais, portanto, se distanciaram cada vez mais das opiniões⁶⁰, e os periódicos transformaram-se cada vez mais, aos olhos da sociedade brasileira, em reprodutores neutros da realidade.

A maior ênfase dada pela nova imprensa da Primeira República à informação fez com que muitas das características internas dos periódicos se alterassem. Sodré associa essas

⁵⁸ LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2020. p. 152-153.

⁵⁹ *Ibidem*, p. 153.

⁶⁰ BARBOSA, Marialva. Tecnologias do novo século (1900-1910). In: _____. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 23-24.

mudanças à generalização das relações capitalistas no país, que teriam proporcionado o declínio do folhetim e a popularização do colunismo e da reportagem, a paulatina substituição dos artigos políticos pelas entrevistas e a maior atenção dada pelos periódicos a temas antes tratados de maneira secundária, tais como os assuntos policiais e esportivos⁶¹. Eleutério destaca a grande diversidade de impressos que surgiam no período, com periodicidade variada e pluralidade de temas abordados nas páginas⁶². Tania Regina de Luca aponta tanto para a incorporação de novos gêneros pelos diários – além das já mencionadas reportagens e entrevistas, surgiram também as notas e crônicas – quanto para o aparecimento de seções especializadas nos periódicos, que abordavam temáticas voltadas para o público feminino, esportes, lazer, vida social e cultural, crítica literária, assuntos policiais e internacionais⁶³.

É importante, ao trabalhar a imprensa carioca das primeiras décadas do século XX, demarcar as diferenças entre os jornais e revistas da época. Para Ilka Stern Cohen, enquanto os jornais divulgavam as notícias, as revistas se aprofundavam nas especificidades dos temas e se constituíam como fontes de lazer para seus leitores⁶⁴. No mais, elas resumiam os eventos ocorridos ao longo das semanas, teciam comentários a respeito da política oficial e transmitiam, em suas páginas, a vida cotidiana da capital federal⁶⁵. Muitas revistas exaltavam os ideais de progresso e de civilização, presentes no espírito republicano:

Em sua análise da revista *Kosmos* (1904-1909), Antonio Dimas enfatiza a coincidência entre seu lançamento e a febre da “regeneração” que assolou a capital da República no início do século. Suas luxuosas páginas de papel couchê e impressão primorosa espelhavam a maravilha dos edifícios suntuosos e jardins exuberantes, fixando com seu discurso imagético e artigos de louvação a adesão à “modernidade” e à “civilização”.⁶⁶

Desta forma, as revistas eram mais voltadas para o lazer e para eixos temáticos determinados. Isso não impedia que esse tipo de publicação, assim como muitos jornais do período, tecesse elogios à ideologia dominante à época, qual seja, o liberalismo oligárquico pautado na modernização excludente, que marcou a chamada *Belle Époque* carioca. Eleutério, analisando a revista *Fon-Fon*, nota que as capas e páginas deste periódico continham a visão que as elites e as classes médias cariocas tinham do progresso, uma vez que davam destaque a fotografias de edifícios modernos, da Avenida Central (erguida durante as reformas urbanas

⁶¹ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 296.

⁶² ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. op. cit., p. 86.

⁶³ LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2020. p. 152.

⁶⁴ COHEN, Ilka Stern. op. cit., p. 105.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 114.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 114.

de Pereira Passos e Rodrigues Alves), de ruas comerciais movimentadas no centro da capital, dentre outras partes marcantes da cidade⁶⁷.

Por sinal, as ilustrações e fotografias foram características marcantes das revistas cariocas. Conforme bem ressalta Eleutério, as ilustrações eram interessantes para uma população que sofria com altos índices de analfabetismo; e, assim como as fotografias, elas também auxiliavam na propagação da imagem de uma capital transformada pelo progresso⁶⁸. Sendo assim, mesmo quem não soubesse ler poderia captar a mensagem de ode à civilização que os periódicos queriam passar.

Para finalizar este tópico, é preciso ressaltar que as transformações aqui apresentadas – ou seja, o processo de transição da pequena imprensa artesanal para a grande imprensa empresarial capitalista – não foram generalizadas para todo o Brasil. De acordo com Sodré, se em São Paulo e no Rio de Janeiro a modernização da imprensa foi antecipada, tendo ocorrido já no início do século XX, nos outros estados brasileiros o processo de transição foi mais lento, e neste mesmo período eram raros os jornais com estrutura empresarial⁶⁹. Tal informação não é surpreendente, tendo em vista que Rio de Janeiro e São Paulo já eram, na época, as duas principais cidades do país, concentrando a maior parte dos capitais e da indústria nacional, atraindo o grosso dos investimentos e se constituindo como os dois principais destinos dos imigrantes que chegavam ao Brasil. A capital federal, como já citado neste trabalho, reunia ainda os órgãos de poder e boa parte da elite política do país. Deste modo, a modernização precoce da imprensa nestes locais ocorreu em virtude das melhores condições sociais, econômicas e políticas que o jornalismo destas regiões desfrutava.

Além disso, entraves sociais e infraestruturais retardaram tanto a circulação dos periódicos quanto a expansão do processo de modernização da imprensa para outras partes do país. Tânia Regina de Luca cita as altas taxas de analfabetismo registradas no Brasil à época (em 1900, apenas 25% da população brasileira era alfabetizada; na capital federal, o percentual chegava a 52% em 1906) como fator que reduzia o público leitor e limitava as tiragens dos livros e periódicos, e também considera a desigualdade de acesso de boa parte do território nacional às ferrovias – principal meio de transporte terrestre do país à época – como realidade que limitava a distribuição de jornais e revistas para longe das capitais, sobretudo

⁶⁷ ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. op. cit., p. 90.

⁶⁸ Ibidem, p. 91.

⁶⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 323-325.

para aquelas regiões localizadas fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo⁷⁰. Sendo assim, conclui-se que o processo de modernização da imprensa descrito nas páginas anteriores como tendo ocorrido nas primeiras décadas do século XX limitava-se às regiões mais dinâmicas da região sudeste do território brasileiro, em especial à cidade do Rio de Janeiro, capital federal e foco deste trabalho.

1.2.2. Os principais jornais da grande imprensa carioca

Neste ponto, cabe falar muito brevemente sobre cada um dos principais periódicos que compunham a grande imprensa carioca no início dos anos mil e novecentos. Para isso, utilizaremos como base a classificação feita por Marialva Barbosa, que considera o *Jornal do Brasil*, o *Jornal do Commercio*, a *Gazeta de Notícias*, *O Paiz* e o *Correio da Manhã* como os cinco jornais mais importantes da então capital federal na virada do século XIX para o século XX⁷¹. São estes jornais que, em meu entendimento, formavam a grande imprensa da cidade naquele período, em virtude da ampla circulação destes.

O *Jornal do Brasil*, fundado em 1891 por Rodolfo Dantas⁷² e alguns elementos simpáticos à monarquia⁷³, é considerado por Nelson Werneck Sodré como o periódico que contava com o melhor equipamento gráfico no princípio do século XX⁷⁴. Sofreu diversas mudanças em sua linha editorial ao longo do tempo, destacando-se seu ressurgimento em 1894 – após mais de um ano fechado por criticar os governos militares do princípio da República – como um diário defensor das causas populares e que destacava, em suas páginas, as questões do cotidiano que afetavam a população mais pobre do Rio de Janeiro⁷⁵, colocando-se como intermediário entre a população e o poder público⁷⁶. Sendo assim, era possível encontrar neste jornal seções inteiras dedicadas às queixas dos cariocas, temáticas

⁷⁰ LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2020. p. 156.

⁷¹ BARBOSA, Marialva. op. cit., p. 41.

⁷² Ibidem, p. 33.

⁷³ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 256-257.

⁷⁴ Ibidem, p. 284.

⁷⁵ LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2020. p. 159-160.

⁷⁶ BARBOSA, Marialva. op. cit., p. 35.

envolvendo abusos policiais, resultados do jogo do bicho⁷⁷, marchas dos cordões e blocos carnavalescos e notícias a respeito de crimes⁷⁸.

Apesar de se colocar como defensor dos pobres e oprimidos e possuir inclusive um serviço regular de recebimento de doações em dinheiro para pessoas carentes⁷⁹, o *Jornal do Brasil* nunca chegou perto de questionar a ordem estabelecida⁸⁰. O periódico apoiou as reformas urbanas organizadas pelo prefeito Pereira Passos e foi, para Nelson Werneck Sodré, um “ninho de coronéis da Guarda Nacional”⁸¹, algo que demonstra seu compromisso com a política de então. Portanto, seu caráter popular não indicava postura crítica ao sistema político e social vigente na Primeira República, e o impresso parecia buscar apenas melhorias pontuais na vida dos populares, sem incentivar rupturas estruturais.

O *Jornal do Commercio*, de orientação conservadora e de apoio à sociedade política dominante, tinha as edições mais caras do Rio de Janeiro e, ao contrário do *Jornal do Brasil*, buscava ser a antítese de um jornal tido como popular. Seu público leitor era composto pelas classes dominantes da cidade e o periódico parecia ter orgulho disso⁸². Sodré destaca que uma de suas interessantes características era a de apoiar todos os governos que assumissem o poder à época⁸³ – no princípio do século XX, esse pragmatismo significava fatalmente a adesão do jornal às oligarquias cafeeiras de São Paulo que governavam o país. Não à toa, o velho periódico, fundado em 1827, era conhecido por ser um defensor das classes conservadoras do Brasil⁸⁴.

A *Gazeta de Notícias*, fundada em 1875, é considerada por Marialva Barbosa como um jornal barato e popular⁸⁵. Este periódico se destacou pela grande atenção dada em suas páginas à literatura: publicou folhetins, crônicas, prosas e versos de grandes intelectuais cariocas, como Machado de Assis, Olavo Bilac, Arthur Azevedo, Coelho Neto e Emílio de Menezes⁸⁶. Apesar de se autodefinir como um jornal livre e dotado de independência em relação à grupos políticos, na prática sua prosperidade era garantida, em boa parte, pelos

⁷⁷ LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2020. p. 160.

⁷⁸ BARBOSA, Marialva. op. cit., p. 33.

⁷⁹ Ibidem, p. 37.

⁸⁰ LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2020. p. 160.

⁸¹ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 284-285.

⁸² BARBOSA, Marialva. op. cit., p. 44-45.

⁸³ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 283.

⁸⁴ BARBOSA, Marialva. op. cit., p. 44.

⁸⁵ Ibidem, p. 27.

⁸⁶ Ibidem, p. 27-28.

contratos firmados com a Prefeitura da capital federal para a publicação dos atos oficiais do município⁸⁷. Sendo assim, a retórica de neutralidade não se sustentava, e a aproximação financeira com a política dominante poderia indicar também uma aproximação ideológica do jornal para com esta. De fato, Tânia Regina de Luca considera a *Gazeta* um jornal governista, fato que não a impediu de se opor a algumas medidas tomadas pelos governos republicanos: apoiou as reformas urbanas do Rio de Janeiro, mas se opôs à política de vacinação obrigatória em 1904⁸⁸.

O Paiz talvez seja o jornal mais emblemático no que diz respeito à aproximação das empresas jornalísticas com os governos republicanos. Fundado em 1884, o periódico manteve sua postura situacionista durante toda a Primeira República⁸⁹, trazendo em suas páginas posições tão subservientes às sucessivas administrações federais que muitos acreditavam estar o impresso em questão obtendo vantagens financeiras em troca disso⁹⁰. A prática de compra de opiniões dos jornais pelos governos, conforme veremos abaixo, de fato era comum, e *O Paiz* tinha os cofres públicos como um de seus financiadores, algo que lhe dava segurança econômica e lhe permitia manter bons profissionais e colaboradores⁹¹: nomes como Gastão Bousquet, Oscar Guanabario, Eduardo Salamonde na redação e Jarbas de Carvalho, Virgílio de Sá Pereira e Gustavo de Lacerda na reportagem⁹².

Por essas características, *O Paiz* se assemelhava, muitas vezes, a um porta-voz oficial das administrações republicanas e acabou se tornando um dos símbolos da Primeira República na capital federal, o que explica a depredação sofrida por sua sede durante a Revolução de 1930, quando se tornou alvo da fúria antioligárquica que tomava conta do Brasil⁹³. Em seus quadros de chefia, encontravam-se o republicano histórico Quintino Bocaiúva, um dos mentores do jornal, e o português João de Sousa Laje, o diretor do periódico⁹⁴ e seu proprietário a partir de 1904⁹⁵. Este último, por sinal, foi considerado por Sodré como uma tipificação do “jornalista corrupto, de opinião alugada, conluiado com o poder, dele recebendo

⁸⁷ Ibidem, p. 29-30.

⁸⁸ LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2020. p. 165.

⁸⁹ ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. op. cit., p. 87.

⁹⁰ LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2020. p. 165.

⁹¹ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 334.

⁹² Ibidem, p. 284.

⁹³ LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2020. p. 166.

⁹⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 284.

⁹⁵ BARBOSA, Marialva. op. cit., p. 46.

benefícios materiais em troca da posição do jornal.”⁹⁶. Marialva Barbosa considera que a prosperidade deste periódico foi construída por suas ligações com o mundo político: não tendo o mesmo crescimento empresarial dos concorrentes, *O Paiz* se manteve no topo graças às suas escusas relações com o poder, recebendo compensações materiais do poder público em troca de apoio explícito dado aos governos oligárquicos em suas folhas⁹⁷.

No extremo oposto ao *Paiz*, quase que como uma antítese deste, estava o *Correio da Manhã*, jornal fundado por Edmundo Bittencourt em 1901. Durante toda a Primeira República, este singular periódico se manteve na oposição aos sucessivos governos federais que se alojavam no Palácio do Catete⁹⁸. Com isso, se constituiu como uma exceção à “regra” que vigorava na grande imprensa carioca do período, segundo a qual a maioria das grandes empresas jornalísticas da capital compunha um coro situacionista e era simpática às oligarquias paulistas que se encontravam no poder⁹⁹. Bittencourt definia seu impresso como um jornal de opinião – uma opinião, por sinal, divergente da ordem política oligárquica, tendo em vista que o *Correio* foi um dos poucos jornais que não se opôs aos levantes tenentistas da década de 1920 e, ao final desta, apoiou abertamente a Aliança Liberal de Getúlio Vargas contra a situação representada por Júlio Prestes¹⁰⁰.

Jornal descrito como “combativo” por Maria de Lourdes Eleutério¹⁰¹, o *Correio*, segundo Nelson Werneck Sodré:

(...) vinha romper, efetivamente, o cantochão de louvores ao governo Campos Sales que presidia a política de estagnação, onerando terrivelmente as classes populares. Quebrava a placidez aparente, alcançada pelo suborno, pela sistematizada corrupção, institucionalizada a compra da opinião da imprensa. (...) Quebrou a monótona uniformidade política das combinações de cúpula, dos conchavos de gabinete; levantou sempre o protesto das camadas populares, na fase histórica em que a participação da classe trabalhadora era mínima.¹⁰²

Sendo assim, o *Correio da Manhã* se constituiu enquanto veículo de comunicação da pequena burguesia urbana e das camadas populares do Rio de Janeiro, trazendo para suas edições os protestos e reivindicações destas¹⁰³, sempre com um tom ácido característico de

⁹⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 332.

⁹⁷ BARBOSA, Marialva. op. cit., p. 46-47.

⁹⁸ LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2020. p. 162-163.

⁹⁹ Ibidem, p. 163.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 163-166.

¹⁰¹ ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. op. cit., p. 88.

¹⁰² SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 287.

¹⁰³ Ibidem, p. 287.

uma oposição ferrenha. Sodré chega a considerá-lo um órgão popular por excelência¹⁰⁴. Havia, neste ponto, certa semelhança com o *Jornal do Brasil*, mas a diferença é que este último não se colocava como folha de oposição, muito pelo contrário.

De qualquer forma, o funcionamento do periódico de Bittencourt se assemelhava, muitas das vezes, ao do *Jornal do Brasil*, uma vez que ambos buscavam atingir as classes mais desfavorecidas. Buscando se firmar enquanto jornal das camadas populares, o *Correio* procurou intermediar os pedidos da população aos poderes públicos, incluindo em suas páginas colunas de queixas e reclamações feitas pelos cariocas e colunas que publicavam notas diversas acerca dos nascentes bairros suburbanos¹⁰⁵. O preço de seus exemplares era dos mais baratos da capital: 100 réis, valor de uma passagem de bonde, conforme assinala Marialva Barbosa¹⁰⁶. A acessibilidade do valor certamente era parte do projeto político do periódico.

Contando em sua redação com nomes como Leão Veloso filho (cujo pseudônimo era Gil Vidal), Vicente Piragibe e Antônio Sales¹⁰⁷, o *Correio da Manhã* dava destaque em suas páginas às notícias policiais, ao cotidiano das camadas populares, às reportagens, às entrevistas e às crônicas¹⁰⁸. Valorizava os temas políticos¹⁰⁹, e sua virulenta oposição às oligarquias que dominavam os sucessivos governos brasileiros o tornou um dos alvos prediletos da censura e do autoritarismo. Cabe destacar que em momentos de crise do regime oligárquico, como a Revolta da Vacina¹¹⁰ – na qual o periódico se opôs à vacinação obrigatória e apoiou abertamente a rebelião – e as sedições tenentistas¹¹¹, a circulação do jornal foi suspensa pelo Estado.

Como pontos em comum entre os cinco grandes jornais cariocas de princípios do século XX, além da transformação progressiva destes em grandes empresas que visavam o lucro, Marialva Barbosa destaca a mudança do padrão editorial das publicações, que passaram a refletir cada vez mais a pretensa separação entre opinião e informação. As redações buscavam dissociar os artigos que se pretendiam informativos e neutros daqueles claramente

¹⁰⁴ Ibidem, p. 347.

¹⁰⁵ BARBOSA, Marialva. op. cit., p. 42.

¹⁰⁶ Ibidem, p. 44.

¹⁰⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 286.

¹⁰⁸ BARBOSA, Marialva. op. cit., p. 41-42.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 42.

¹¹⁰ Ibidem, p. 42.

¹¹¹ LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2020. p. 163-164.

opinativos¹¹². Deste modo, “a opinião se isola definitivamente no artigo de fundo que ocupa a principal coluna na primeira página em todas essas publicações.”¹¹³.

1.2.3. As relações entre a grande imprensa da cidade do Rio de Janeiro e a política institucional na Primeira República

Conforme já citado neste trabalho, é preciso considerar a posição do Rio de Janeiro enquanto capital brasileira para melhor compreender o comportamento de sua imprensa durante a Primeira República. A proximidade com os órgãos e estruturas do poder federal e a presença da elite política nacional na cidade moldaram, de certa maneira, o funcionamento de seus periódicos.

Sodré, que ressalta a vinculação entre a imprensa e o poder político no período, entende que a preocupação dos periódicos da época era não com a política em si, mas com o fato político – ou seja, uma arena reduzida na qual estavam os políticos, indivíduos que assumiam o protagonismo do poder. E é por isso que, para este autor, a cobertura jornalística do mundo político era altamente individualista, focando em questões pessoais, bem como em atos, pensamentos e decisões individuais dos políticos. Tudo assumia caráter pessoal e os indivíduos da política podiam ser alvos tanto de campanhas de endeusamento quanto de campanhas de desmoralização por parte dos jornais, característica que possibilitava, na visão do historiador em questão, a ocorrência de uma linguagem virulenta ou servil por parte da imprensa política da Primeira República¹¹⁴. Esta era uma marca própria do período em questão, na qual a política parecia se resumir aos grandes personagens – aos políticos enquanto autores da história, no caso. Conforme o próprio autor ressalta:

Não se trata de condenar a orientação, ou a decisão, ou os princípios – a política, em suma – desta ou daquela personalidade; trata-se de destruir a pessoa, o indivíduo. É virulência semelhante, na forma, à do pasquim da primeira metade do século XIX, mas diferente no conteúdo.¹¹⁵

O caráter virulento das coberturas feitas pela imprensa política tornava as páginas jornalísticas, por vezes, arenas de guerra. E as lutas eram travadas não apenas entre jornais com orientações ideológicas distintas, mas também entre os grupos políticos em si. Para Tania Regina de Luca, os periódicos da Primeira República se constituíam em um espaço de luta

¹¹² BARBOSA, Marialva. op. cit., p. 48.

¹¹³ Ibidem, p. 48.

¹¹⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 277.

¹¹⁵ Ibidem, p. 277.

simbólica, uma vez que eram o meio utilizado por diferentes setores da sociedade para realizar os debates que envolviam seus interesses e visões de mundo. Os jornais da grande imprensa, cada vez mais ligados ao mundo empresarial, expressavam suas ideologias por meio das causas que apoiavam, da imagem que buscavam construir acerca de si próprios e do público que tinham interesse em atingir¹¹⁶.

Deste modo, um jornal como o *Correio da Manhã*, que procurava se identificar com os anseios das camadas mais populares, comumente trazia em suas páginas comunicados de associações de trabalhadores¹¹⁷. Já *O Paiz*, que apoiava as oligarquias paulistas no poder durante o início do século XX, se notabilizou por publicar em suas edições as ordens da Diretoria Geral de Saúde Pública no momento em que as reformas urbanas de Rodrigues Alves e Pereira Passos avançavam na capital federal¹¹⁸, funcionando na ocasião como uma espécie de porta-voz do Estado reformador. Mais do que meras formalidades, os conteúdos das páginas dos órgãos jornalísticos revelam aos pesquisadores a orientação política seguida por cada impresso no período.

A mesma Tania Regina de Luca é certa em apontar que a Primeira República foi repleta de eventos turbulentos – em especial durante seus primeiros anos – que a todo o momento colocaram o regime em risco: a constante ameaça dos monarquistas, os contínuos e tensos embates entre o Congresso Nacional e os dois primeiros presidentes militares, a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul e os diversos levantes das Forças Armadas ocorridos nos estados, dentre outros¹¹⁹. Deve-se acrescentar, contudo, que tais turbulências políticas ofereceram aos jornais da época a oportunidade perfeita para debater entre si suas visões de mundo, funcionando como panos de fundo para que os jornais expressassem seus posicionamentos e, com isso, se firmassem perante o público enquanto defensores de determinada causa ou ideologia.

¹¹⁶ LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2020. p. 158.

¹¹⁷ Destaco a publicação pelo *Correio da Manhã*, em sua edição do dia 4 de setembro de 1904, segunda página, de uma “Representação operária” contra a vacinação obrigatória assinada por uma comissão de líderes operários e enviada ao Congresso Nacional. É possível conferi-la no link <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_01&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=6772>.

¹¹⁸ Quanto ao *O Paiz*, na edição do dia 1 de setembro de 1904, quarta página, é possível encontrar um desses comunicados da Diretoria Geral de Saúde Pública. No comunicado em questão, o órgão convoca os proprietários ou arrendatários de alguns endereços a comparecerem na diretoria dentro do prazo de dez dias, para que pudessem tomar conhecimento “das intimações que lhes foram feitas pelo inspector sanitario da zona em que se acham situados os referidos predios, sob as penas da lei (...)”. É possível conferir o “recado” do órgão, que foi publicado no jornal, através do link <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=178691_03&pasta=ano%20190&pesq=&pagfis=8252>.

¹¹⁹ *Ibidem*.

Na então capital federal, sede do poder, os jornais cariocas testemunharam eventos de grosso calibre nos primeiros anos da República, tais como o fechamento do Congresso por Deodoro da Fonseca e as duas Revoltas da Armada. No entanto, as reformas urbanas e sanitárias pelas quais o Distrito Federal passou durante a presidência de Rodrigues Alves são um importante exemplo de como os eventos políticos da época se mostravam oportunidades ideais para que os periódicos consolidassem seus posicionamentos. Isso porque, conforme Ilka Stern Cohen, o debate em torno das ditas reformas tinham como eixo central a questão da adaptação não só do Rio, como também de toda a sociedade brasileira, aos padrões de modernidade da época, inspirados no modelo de civilização branco e europeu¹²⁰. Maria de Lourdes Eleutério ressalta que as transformações urbanas pelas quais passavam a capital e outras cidades brasileiras no período eram um dos temas mais debatidos pela imprensa: crônicas, reportagens e entrevistas buscavam demonstrar a crença que muitos impressos tinham no progresso¹²¹.

Enquanto diversos jornais e revistas ilustradas exaltavam as reformas e louvavam a modernidade, enfatizando o lado positivo do progresso, outros periódicos buscavam levar a seus públicos o lado ruim de uma modernização que não considerava a inclusão social¹²²:

(...) ao lado das imagens fotográficas, a charge e o humor tratavam de temas mais árduos, como a luta pelo espaço entre pedestres e veículos, a falta de moradia, a explosão dos preços dos aluguéis, o aumento do custo de vida, o difícil cotidiano das classes populares.¹²³

Posicionando-se de maneiras distintas a respeito das reformas urbanas (e da modernização excludente em geral), os periódicos definiam seus lados nas disputas políticas, ainda que muitas vezes isso não fosse latente. Muitos jornais e revistas optaram por simplesmente ignorar as mazelas legadas por um progresso material que não pensava nas classes populares, mostrando e descrevendo em suas páginas apenas as modernas e suntuosas ruas e avenidas abertas em meio a locais onde antes moravam centenas de pessoas – que naquele momento estavam desabrigadas. No geral, é possível afirmar que boa parte da grande imprensa carioca adotou essa linha, conforme veremos adiante. Outros órgãos da imprensa, por sua vez, buscaram apontar criticamente essas mesmas mazelas. Enquanto os primeiros se colocavam ao lado de uma euforia compartilhada entre as elites cariocas e nacionais, os últimos traziam para debate aquilo que essas mesmas elites faziam de tudo para ignorar.

¹²⁰ COHEN, Ilka Stern. op. cit., p. 113.

¹²¹ ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. op. cit., p. 97.

¹²² COHEN, Ilka Stern. op. cit., p. 114-115.

¹²³ Ibidem, p. 115.

Para além dos posicionamentos políticos ligados à linha editorial, os jornais cariocas mantinham dois tipos de relação com os governos da época: as relações de cooptação e as relações de censura. No entanto, é preciso entender que não se tratava de um processo simples ou mecânico, no qual os jornais aceitavam passivamente o controle do Estado. No caso dos jornais situacionistas – isto é, aqueles que não desafiavam a ordem política vigente – a relação de cooptação era um jogo no qual ganhavam tanto os periódicos quanto os governos. Os jornais ganhavam somas gordas em dinheiro (vindas tanto do Estado brasileiro quanto das verbas de publicidade) e a confiança dos círculos letrados e empresariais das elites cariocas, fatores que os mantinham em alta. Além disso, cabe lembrar que estes jornais, ao fortalecerem a ordem política, não estavam defendendo somente o governo, mas também a si mesmos. Afinal, os grupos que dominavam e comandavam tais periódicos eram eles próprios integrantes das camadas dominantes. Eram homens das elites cariocas e nacionais e defendiam, por uma necessidade própria de sua classe social, o *status quo*.

É certo também que as relações de cooptação e censura não impediam a existência de uma variedade de abordagens vindas da grande imprensa. O *Correio da Manhã*, jornal oposicionista, foi por diversas vezes censurado, mas conseguia passar a seus leitores a mensagem de questionamento à situação política da Primeira República. Sendo assim, a existência do controle governamental não pode, de modo algum, apagar as complexidades e tensões próprias das fontes jornalísticas.

De qualquer forma, não se pode ignorar a existência das relações de cooptação e de censura dos periódicos da Primeira República. Devemos explorá-las, sem perder de vista que a imprensa que analisamos era composta por atores políticos que buscavam impor sua visão de mundo aos leitores. Deste modo, não eram meras vítimas passivas perante o Estado, mas sim personagens complexos que, muitas vezes, atuavam ao lado deste para garantir a continuidade da realidade política – ou atuavam contra a “velha ordem” e procuravam lidar com as sanções sofridas na forma de censura. Feita esta importante observação, irei agora analisar brevemente a questão da cooptação e da censura.

Para Sodré, mais fácil do que comprar um jornal era comprar a opinião de um jornal¹²⁴, algo que os governos da Primeira República faziam costumeiramente. O desenvolvimento empresarial da imprensa carioca no início dos novecentos, contudo, tornou esse processo de cooptação mais grandioso, conforme afirma o mesmo autor:

¹²⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 276.

É fácil dimensionar a mudança de qualidade, na escala possível, entre o tipo de corrupção personificada em José do Patrocínio, na fase anterior, e o tipo de corrupção personificada em João Lage, nessa fase. A pequena imprensa exemplificada na *Cidade do Rio*, sem estrutura de empresa, exigia a compra da opinião do indivíduo em que o jornal se resumia; a empresa jornalística que é *O País* demanda um passo à frente: é preciso comprar o próprio jornal e de forma estável, institucional por assim dizer. Patrocínio recebia dinheiro; Lage recebe negócios que proporcionam dinheiro – negócios do Estado.¹²⁵

Ainda que tudo estivesse mais complexo, um sistema político tão instável e repleto de conflitos quanto o da Primeira República fazia valer a pena, para os sucessivos governos que ocupavam o Palácio do Catete, a compra dos posicionamentos dos periódicos. É fato notório que o presidente Campos Sales, hábil articulador da política dos governadores, assumia abertamente que comprava a opinião de veículos de imprensa da época¹²⁶, direcionando verbas governamentais secretas para que jornais e jornalistas buscassem moldar a opinião pública em favor dele¹²⁷. Tania Regina de Luca afirma que o paulista ainda acusou os antecessores Floriano Peixoto e Prudente de Moraes de fazerem o mesmo¹²⁸, o que possivelmente demonstra ter sido esse um hábito comum no período. Por sinal, como aponta a autora, as verbas governamentais, mesmo que recebidas de maneira antiética, eram muitas vezes importantes para que os periódicos conseguissem se sustentar financeiramente¹²⁹.

No outro extremo das relações entre imprensa e governos na Primeira República, estava a censura. E, conforme Eleutério, a censura aos periódicos esteve presente no regime republicano desde seus momentos iniciais, quando a preocupação em evitar uma revanche monarquista era intensa. Em dezembro de 1889, pouco mais de um mês após a queda de D. Pedro II, o Governo Provisório já lançava um decreto prevendo, na prática, o julgamento de jornalistas que promovessem nas páginas de seus impressos a revolta contra a República por uma comissão militar – as punições, por sinal, envolviam penas militares contra o crime de sedição. Para além disso, foram numerosos os episódios de prisões de jornalistas, fechamentos de jornais e destruições de tipografias¹³⁰.

Mesmo após os dois primeiros governos militares, ocorreram episódios de violência estatal contra a liberdade de imprensa, uma vez que alguns governos civis decretaram sucessivos estados de sítio. No princípio da década de 1920, em meio às tensões políticas

¹²⁵ Ibidem, p. 278.

¹²⁶ Ibidem, p. 276-277.

¹²⁷ ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. op. cit., p. 86.

¹²⁸ LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2020. p. 164.

¹²⁹ Ibidem.

¹³⁰ ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. op. cit., p. 85.

causadas pelos crescentes questionamentos à ordem oligárquica, foi aprovada a Lei de Imprensa, a qual, ampliando o controle sobre a palavra impressa, passou a considerar até mesmo ofensas ao presidente da República como crimes passíveis de serem cometidos pelos jornalistas¹³¹, característica que demonstra bem seu caráter autoritário. Pela lei em questão, autores, editores, proprietários de jornais, donos de oficinas gráficas responsáveis pela impressão de periódicos, vendedores e distribuidores poderiam ser presos e multados também por publicarem segredos de Estado ou por ofenderem chefes de nações estrangeiras. O anonimato de autores de artigos foi proibido e o direito de resposta deveria ser obrigatoriamente garantido pelas publicações¹³².

Ainda que os jornais e revistas se colocassem perante a sociedade cada vez mais como neutros, isentos e detentores da informação, percebe-se, evidentemente, que essa postura era meramente uma impressão que eles desejavam passar ao público leitor – ainda que, conforme já ressaltado, tal comportamento fosse parte importante do processo de profissionalização e modernização da imprensa ocorrido no início do século XX. Na prática, os jornais cariocas ligados à grande imprensa se envolviam com a política de maneira cotidiana: traziam em suas páginas opiniões declaradas a respeito de eventos políticos, defendiam ou criticavam a situação social e política da capital federal e do país, assumiam-se favoráveis aos ideais de progresso próprios da Primeira República. O que importa aqui é entender que, por mais que existissem as relações de cooptação e censura entre os periódicos e a máquina do Estado, nem tudo se resumia ao controle. A imprensa se posicionava na defesa de seus interesses, fossem estes semelhantes aos do Governo Federal (como ocorria em muitos casos nos quais a cooptação se tornava uma realidade mais palpável) ou não (quando por diversas vezes, mas nem sempre, ocorria a censura).

1.2.4. A imprensa carioca e a defesa do progresso: ponto de consenso ou dissenso?

O ponto central deste item e um dos principais do capítulo, que será destrinchado neste momento, é ressaltar como a maioria da chamada grande imprensa carioca esteve alinhada ao discurso de modernização excludente característico da *Belle Époque* e ligado à burguesia que se encontrava, à época, no poder. Entender isso é fundamental para compreender as

¹³¹ Ibidem, p. 86.

¹³² LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2020. p. 164-165.

concepções de povo trazidas pelos periódicos em suas páginas, incluindo aquelas manifestadas durante a Revolta da Vacina, acontecimento que é utilizado como baliza temporal deste trabalho. A ligação entre a imprensa e o discurso favorável ao progresso já foi tangenciada nas páginas anteriores, mas agora será melhor investigada e comprovada por meio da análise de fontes.

Fundamental para este ponto do trabalho é a obra de Marialva Barbosa. A autora demonstra que o passado tendia a ser apagado das páginas dos jornais do princípio do século XX. O importante era olhar para o futuro, e esse futuro havia sido inaugurado em 1889, quando da derrubada da monarquia, regime que representava o passado colonial a ser jogado no lixo. A República representava, para estes periódicos, a inserção do Brasil em um novo tempo¹³³.

E esse novo tempo era exaltado de diversas maneiras pela imprensa. A autora em questão destaca a constante apologia dos jornais cariocas às novas invenções que marcaram o alvorecer dos noventa. Nos impressos, essas maravilhas da contemporaneidade eram apresentadas com pompas aos leitores, principalmente nos primeiros dias dos anos que se sucediam e nos aniversários de cada jornal¹³⁴. O projeto editorial de cada jornal parecia seguir a tendência de projetar seus olhos para os tempos que estavam por vir:

Os periódicos procuram, assim, na esteira de um novo tempo, no qual a marca mais incisiva é a sua relação com as novas tecnologias que informam sobre a inclusão do país num lugar cuja valoração é positiva, tornar pública e visível a existência em seu cotidiano dos artefatos do progresso. Um tempo que aponta sempre para um futuro. Nesse sentido, a temporalidade espelhada quotidianamente por esses periódicos reproduz a linearidade da vida de cada indivíduo. O tempo social do Rio de Janeiro na virada do século configura-se como linear e orientado. No futuro, a redenção. No passado, o esquecimento.¹³⁵

É perceptível, na abordagem dos periódicos, uma semelhança ao pensamento positivista dos republicanos originais. Afinal, estes também concebiam o futuro como o lugar ideal, a ser atingido por meio de um progresso ordenado e, acima de tudo, controlado de cima para baixo. Para Barbosa, a adoração do progresso por parte dos jornais do Rio de Janeiro envolvia projetos redentores, sempre associados às novidades tecnológicas¹³⁶; para os grupos republicanos de pensamento positivista, o progresso envolvia a valorização da razão – e um dos produtos da razão, vale ressaltar, é a ciência que produz a tecnologia.

¹³³ BARBOSA, Marialva. op. cit., p. 24.

¹³⁴ Ibidem, p. 25.

¹³⁵ Ibidem, p. 25.

¹³⁶ Ibidem, p. 26.

No entanto, ao nascer do século XX, os positivistas que fundaram a República brasileira já não estavam mais no poder na esfera nacional. Haviam sido aliçados dele pela ascensão das oligarquias cafeeiras paulistas, que imprimiram novos sentidos à ideia de progresso. Se para os positivistas a chave do progresso estava na razão instrumentalizada à serviço do progresso técnico e industrial, para as oligarquias paulistas ela estava no embelezamento dos principais centros urbanos brasileiros, principalmente o do Rio de Janeiro, e na dinamização dos portos, centros do motor da economia brasileira à época: a agroexportação. Aí se encontra também, assim como nos jornais do período, o desejo de apagar o passado colonial, por meio das reformas urbanas que punham abaixo cortiços e vielas para que fossem abertas largas avenidas. E, evidentemente, a modernização excluía de seus planos as populações que residiam nesses cortiços. Tanto as páginas jornalísticas quanto o Governo Federal – dominado pelas oligarquias paulistas – queriam apagar o passado colonial da capital federal.

E seria errado presumir que a exaltação do progresso por parte dos periódicos da capital teria se prendido apenas à valorização pura e vazia das novas tecnologias. Eleutério destaca que a *Belle Époque* carioca foi estampada nas páginas dos jornais¹³⁷. Não à toa, uma vez que as reformas urbanas que marcaram o período no Rio de Janeiro estavam presentes de maneira cotidiana nos impressos:

As transformações do Rio de Janeiro (...), e em menor escala de São Paulo, Manaus e Belém, é um dos temas mais caros à imprensa nesse período. Outros gêneros literários retratam as alterações que se processavam na construção de uma nova urbanidade em que o triunfo da burguesia se evidencia através do aparato tecnológico. A crença no progresso é destaque nas páginas dos jornais e revistas sob forma de crônicas, reportagens, entrevistas.¹³⁸

Deste modo, associada ao triunfo da tecnologia, se encontrava nas páginas dos jornais a ilustração, o retrato de um novo modelo de cidade que estava sendo construído diante dos olhos dos jornalistas e cronistas. E esse novo modelo de cidade encarnava o progresso, representando seu triunfo sobre as trevas do passado colonial, o qual se desejava desprezar e esquecer.

Alguns intelectuais de letras do Rio de Janeiro cumpriram importante papel na exaltação que boa parte da grande imprensa fazia ao progresso. Vendo nos jornais uma chance de obterem lucro¹³⁹, grandes nomes como Coelho Neto, Olavo Bilac e Bastos Tigre

¹³⁷ ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. op. cit., p. 83.

¹³⁸ Ibidem, p. 97.

¹³⁹ Ibidem, p. 94.

costumavam conjugar suas atividades literárias com o emprego em jornais e revistas, e tinham suas crônicas e colunas diárias publicadas nos grandes periódicos da capital¹⁴⁰. Bilac, em especial, exaltou por diversas vezes em suas crônicas as transformações urbanas do Distrito Federal, associando-as às benesses do progresso¹⁴¹. Um de seus escritos na revista *Kosmos* torna evidente o valor dado pelo autor às obras de Pereira Passos:

Há poucos dias, as picaretas, entoando um hino jubiloso, iniciaram os trabalhos de construção da Avenida Central, pondo abaixo as primeiras casas condenadas (...). No aluir das paredes, no ruir das pedras, no esfarelar do barro, havia um longo gemido. Era o gemido soturno e lamentoso do Passado, do Atraso, do Opróbrio. A cidade colonial, imunda, retrograda, emperrada nas suas velhas tradições, estava soluçando (...). Mas o hino claro das picaretas abafava esse protesto impotente.¹⁴²

Bilac deixa claro seu repúdio à velha cidade que estava sendo posta abaixo, descrevendo-a por meio de termos agressivos como “colonial” e “imunda”. Contudo, os gemidos desta antiga cidade – que representavam o passado decadente em processo de agonia final – estavam sendo silenciados pelo “hino jubiloso” do progresso, encarnado nas reformas. As velhas casas de tempos pretéritos estavam condenadas à demolição e, ao mesmo tempo, ao apagamento. No lugar destas, erguer-se-ia a Avenida Central, simbolizando uma nova ordem.

Conforme Ilka Stern Cohen, uma das principais marcas do processo de modernização excludente que tomou conta da capital federal no princípio do século XX esteve presente nos debates travados pela imprensa da época: a preocupação em adaptar o Rio de Janeiro aos padrões de uma modernidade baseada na civilização branca e europeia¹⁴³. A autora, contudo, foca no papel que revistas como a *Kosmos* e a *Ilustração Brasileira* tiveram nesse debate, não trazendo em seu trabalho a contribuição dos jornais.

De qualquer modo, não é muito diferente o comportamento da maioria dos jornais cariocas pertencentes à grande imprensa do período diante das reformas urbanas – e, conseqüentemente, diante de todo o processo de modernização excludente que elas representavam. No dia 7 de setembro de 1904, aniversário de 82 anos da independência do Brasil, era inaugurada a Avenida Central, larga rua que representou o ápice das obras na capital federal. No dia seguinte, o governista *O Paiz* trazia em suas páginas o seguinte discurso:

¹⁴⁰ COHEN, Ilka Stern. op. cit., p. 107.

¹⁴¹ ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. op. cit., p. 95.

¹⁴² BILAC, Olavo. Crônica. *Revista Kosmos*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2. apud COHEN, Ilka Stern. op. cit., p. 115.

¹⁴³ COHEN, Ilka Stern. op. cit., p. 113.

A data da independência do Brasil deveria justamente ser comemorada por essa outra independência que acabamos de conquistar, libertando a capital da República das vielas e becos tortuosos e rasgando-a, para todas as direções, em largas ruas alegremente batidas de luz, respirando amplamente o ar que o oceano, prodigo e bemfazejo, lhes envia, garridas sempre no aspecto festivo das suas novas e artísticas fachadas, estrelada de olentes e prazenteiros jardins, que de espaço a espaço oferecem ao passeante a fresca sombra das suas árvores formosas e o perfume que se evola do seio aberto das suas flores.¹⁴⁴

O periódico deixa claro que as reformas urbanas estavam libertando a capital da República de um passado obscuro que se expressava em suas antigas vielas e becos coloniais, muitos dos quais já não mais existiam. Se o 7 de setembro de 1822 conferiu ao Brasil sua libertação política em relação ao colonialismo, o 7 de setembro de 1904 simbolizava a superação material deste mesmo passado, por meio do advento de uma arquitetura moderna e luxuosa, que varria para debaixo do tapete uma história repleta de contradições e desigualdades – que, vale ressaltar, ainda não haviam sido resolvidas.

Tratava-se de uma nova independência, em que a cidade ganhava ruas largas, fachadas estilosas e jardins perfumados. É visível o destaque que *O Paiz* dá à iluminação das novas ruas e ao aspecto arejado do Rio de Janeiro pós-reformas, simbolizando o progresso material e civilizacional tão desejado pelas oligarquias. E quanto ao povo carioca? A impressão que se dá, ao ler o jornal, é que este estava feliz e apoiava as reformas, comparecendo em peso à festividade de inauguração da Avenida Central:

Foi justíssima a alegria que encheu hontem todo o longo trecho da Avenida Central, que, para a solemnidade anunciada, toda ella se povoou, extremo a extremo, de uma grande multidão de rapazes, moças, e crianças, que a percorriam em bandos alegres, enquanto uma outra multidão não menos avultada tomava de assalto os escombros dos predios derrubados e as janelas de outras casas meio demolidas e já completamente destelhadas. Assim apinhadas de gente, moças e meninos em sua maioria, ficavam essas ruínas á semelhança de comoros humanos, palpitando na cor vibrante das *loilletes* risonhas e onde, ao passar o *tramway* presidencial que inaugurou a linha central da avenida, turbilhonavam os lenços, no febril entusiasmo das aclamações festivas, como azas brancas exercitando o vôo.¹⁴⁵

O jornal não faz distinções de classes ao descrever o público da cerimônia de inauguração, algo que certamente era proposital, de modo a conferir um caráter universal à multidão e passar a impressão de que todos os brasileiros, independentemente de suas origens, estavam entusiasmados com as reformas. É difícil dizer se toda a euforia descrita pelo trecho se concentrou apenas entre as elites cariocas – que estavam entre as grandes idealizadoras do projeto modernizador – ou encontrou ecos também entre as camadas médias e alguns setores

¹⁴⁴ *O Paiz*, 8 set. 1904, p. 1.

¹⁴⁵ *Ibidem*.

populares¹⁴⁶. No entanto, a imagem das pessoas “tomando de assalto” as ruínas da velha cidade que o jornal busca passar aos leitores evoca uma espécie de “triumfo” dos cariocas sobre o passado colonial que se queria deixar para trás – ainda que esse suposto triunfo tenha sido construído sobre um terreno historicamente frágil, repleto de tensões e contradições sociais e políticas.

O *Jornal do Brasil* cobriu a inauguração da Avenida Central de maneira semelhante. Para o periódico em questão, literalmente todo o povo do Rio de Janeiro parecia empolgado com a festa de inauguração e compareceu à nova avenida para acompanhar o resultado das obras, apesar da intensa chuva que caía na cidade naquele dia. Ao som de animadas músicas entoadas por bandas que tocavam nos coretos, a população lotou os bondes que trafegavam pela região¹⁴⁷. A imagem transmitida aos leitores é de festa e catarse na capital. E as reformas, evidentemente, foram celebradas:

A data da nossa Independencia, o glorioso 7 de setembro, que relembra a emancipação política deste Brasil immenso (...) teve hontem a mais grandiosa das commemorações, foi este anno festejado da mais brilhante das maneiras, com a inauguração official do eixo da Avenida Central. Para o paiz representa a data magnífica o inicio da sua vida de povo livre, para a Capital fica ella significando desde hontem o inicio de realização da sua reforma physica, do seu renascimento esthetico, do qual, já o dissemos bastas vezes, decorrerão fatalmente melhoramentos intellectuaes, aperfeiçoamentos moraes. Não é preciso estar a repizar aqui o valor das grandes obras que vão sendo feitas neste período febril de trabalho, de reconstrucção, de guerra ao carrancismo, de propaganda pratica, efficaz do elegante, do gracioso, do util, do hygienico e do commodo em materia architectonica, em aproveitamento das naturaes bellezas da velha cidade de Mem de Sá.¹⁴⁸

A reconstrução do centro da capital é repetidamente exaltada como um renascimento estético do Rio de Janeiro, que traria à cidade melhoramentos intelectuais e morais. Chama atenção também a caracterização das reformas como “guerra ao carrancismo”, ou seja, o combate ao atraso, ao “incivilizado” que se queria apagar dos grandes centros urbanos

¹⁴⁶ No aspecto geral, seria difícil acreditar que as camadas populares estivessem empolgadas com as reformas urbanas que demoliram suas casas e estiveram ligadas a uma série de outras violências praticadas pelo Estado; quanto às camadas médias, Benchimol (BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 264) afirma que, em meio às posturas municipais ligadas às reformas da capital, os lojistas cariocas foram prejudicados por um decreto que proibia as lojas de exporem seus produtos em umbrais e vãos localizados juntos às vias públicas – logo, isso talvez tenha gerado insatisfação também em algumas parcelas da classe média. Se considerarmos como participantes da Revolta da Vacina operários, estudantes, comerciantes, militares e “classes perigosas”, como faz José Murilo de Carvalho (CARVALHO, José Murilo de. *Cidadãos ativos: a Revolta da Vacina*. In: _____. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 117-118), e se entendermos as reformas como uma das causadoras da rebelião, é bem provável que poucas pessoas de fora das camadas mais abastadas estivessem tão eufóricas com a inauguração da Avenida Central.

¹⁴⁷ *Jornal do Brasil*, 8 set. 1904, p. 3.

¹⁴⁸ *Ibidem*.

brasileiros. O aspecto elegante, gracioso, útil e higiênico da nova cidade era contraposto a um passado feio e atrasado – agora, a capital da República, experimentando o progresso, entrava de vez em tempos contemporâneos e em ares civilizados.

A *Gazeta de Noticias* buscou destacar a aprovação do “povo” carioca às reformas feitas na capital. Exceto por uma breve menção às manifestações festivas dos operários que trabalharam nas obras, o jornal procura generalizar o termo e evita fazer distinções de classe, justamente para criar a sensação de que a aprovação às reformas era majoritária:

O povo associou-se com um entusiasmo caloroso e espontâneo a essa festa, que assignala uma das maiores transformações por que vai passar esta capital. Sobre a areia humida transitaram durante o dia e até tarde da noite milhares de populares, entre os quaes não era pequeno o numero de senhoras. (...) A cerimônia da inauguração revestiu-se da maior solemnidade e a ella presidiu um entusiasmo tanto mais valioso, quanto vinha do povo, que espontaneamente explodia em aclamações constantes aos promotores e executores do grande melhoramento. A isto juntou-se uma nota animadora e que serviu para derrocar as ultimas duvidas sobre o successo do empreendimento.¹⁴⁹

Destaca-se aqui, também, o escancarado apoio do próprio jornal ao processo de modernização excludente. Afinal, a inauguração da Avenida Central, conforme a *Gazeta*, havia derrocado quaisquer dúvidas a respeito do sucesso do empreendimento realizado, também referido pelo periódico como “grande melhoramento”.

Mas nem toda a grande imprensa estava empolgada com os ares encantadores do progresso excludente. No dia seguinte à inauguração da Avenida Central, o *Correio da Manhã*, talvez o principal jornal carioca de oposição ao governo Rodrigues Alves, estampava logo em sua primeira página pesadas críticas ao prefeito Pereira Passos por conta da intensa poeira que, resultante das demolições e das obras, assolava as ruas da cidade¹⁵⁰.

Na mesma página, encontrava-se uma coluna de título provocante e de tom ácido e humorístico: “O eixo – Impressões da festa – Descarrilhamentos – Quem marcha?”, assinada por um certo “D. X.”. Apesar de confirmar que “todas as populações urbanas e suburbanas moveram-se (...) a ver a inauguração do eixo [da Avenida Central]”¹⁵¹, o autor da coluna parece acreditar que muita gente não tinha ideia do que estava fazendo ali, uma vez que ninguém sabia “o que diabo queria dizer inaugurar o *eixo*”, algo considerado pelo colunista como abstrato e subjetivo¹⁵². Além de crítica estética aos responsáveis pelas obras, o autor

¹⁴⁹ *Gazeta de Noticias*, 8 set. 1904, p. 1.

¹⁵⁰ *Correio da Manhã*, 8 set. 1904, p. 1.

¹⁵¹ *Ibidem*.

¹⁵² *Ibidem*.

também parece querer indicar que as massas só acompanharam a inauguração da Avenida por desconhecerem o que o evento realmente representava – um tom elitista que parece duvidar da capacidade cognitiva da população, sem dúvida, mas que contrasta com o suposto entusiasmo da multidão descrito pelos jornais mais simpáticos ao governo.

Ao encerrar a crônica, o autor ainda afirma que, além das tropas militares que marcharam em um suntuoso desfile naquele dia 7, “quem marchou ainda mais foi o Zé Bocó que é, no fim das contas, quem paga os coretos da inauguração [da Avenida Central]”¹⁵³. Ou seja, a percepção do colunista – e do jornal – era a de que as camadas populares e médias da capital estavam claramente sustentando obras que não as iriam beneficiar.

Portanto, ao analisar a cobertura de alguns jornais da grande imprensa carioca a respeito da inauguração da Avenida Central, considerada o carro-chefe das reformas urbanas que tiveram lugar no Rio de Janeiro, é possível notar dentre os periódicos mais simpáticos ao governo a exaltação de um progresso tido como civilizatório. Para estes impressos, as obras libertavam a capital de sua antiga condição colonial e a lançavam em um novo mundo de ares tidos como civilizados. No entanto, a imprensa oposicionista – com destaque para o *Correio da Manhã* – adotava tom eminentemente crítico às obras, procurando dar destaque, por exemplo, à poeira que as demolições levantavam nas ruas do centro da cidade. Aqui, o posicionamento político de cada impresso ditou a maneira como o progresso foi encarado por cada um deles naquele momento específico. Por mais que a defesa do progresso fosse um consenso entre todos os periódicos, o dissenso se encontrava nas discussões em torno do tipo de progresso que se queria trazer para a então capital federal: o progresso excludente, no caso, não era unanimidade nem mesmo entre a imprensa empresarial.

1.3. Tensões e disputas republicanas nas páginas dos grandes jornais cariocas

Este capítulo cumpriu seus objetivos. Cabia a ele explicitar e defender duas perspectivas historiográficas que rompem definitivamente com a ideia de que a Primeira República teria sido um período histórico marcado pela inércia popular e pela estabilidade institucional em função da existência de supostos mecanismos de controle político, tais como a política dos governadores, o coronelismo e a política do café com leite. A primeira perspectiva, baseada principalmente nos trabalhos de Cláudia Viscardi e José Murilo de

¹⁵³ Ibidem.

Carvalho, é a de que a Primeira República não foi um período histórico marcado pela estabilidade e pela previsibilidade, mas sim uma época repleta de tensões políticas, na qual estiveram constantemente em disputa distintos projetos de República e de país. Essas disputas ocorriam nos palácios, nas ruas e também na imprensa.

A segunda perspectiva envolve justamente as disputas políticas que aconteciam na grande imprensa carioca. Esta perspectiva é simples: entendo que a maior parte da grande imprensa carioca apoiou e exaltou o processo de modernização excludente realizado no Rio de Janeiro sob o comando das oligarquias paulistas então no poder, à exceção do *Correio da Manhã*. E essa exceção é muito importante, uma vez que escancara os diferentes projetos políticos então em disputa na grande imprensa da cidade do Rio de Janeiro.

Para comprovar esta segunda perspectiva, busquei trazer não apenas o embasamento bibliográfico que dá suporte à ideia em questão, como também as coberturas jornalísticas realizadas por quatro grandes periódicos – *O Paiz*, *Jornal do Brasil*, *Gazeta de Notícias* e *Correio da Manhã* – acerca da inauguração da Avenida Central, grande símbolo das reformas urbanas da então capital federal. O que se viu nas fontes analisadas foi exatamente a adesão de boa parte dos grandes periódicos cariocas ao discurso modernizador excludente, que cultuava uma ideia elitista de progresso, baseada na segregação entre as classes e na criminalização da pobreza. Inseridos em um período de euforia com o progresso trazido pelas novas tecnologias, imbricados em um processo próprio de transição de pequena imprensa artesanal para grande imprensa empresarial e envolvidos nas disputas políticas que marcaram a Primeira República, os grandes impressos cariocas, em sua maioria, se identificaram com o liberalismo oligárquico que estava por trás das reformas urbanas, vistas como sinal de progresso civilizatório.

O *Correio da Manhã*, aqui, é a exceção que demonstra a validade da perspectiva exposta, uma vez que aparenta ser o único grande órgão da imprensa carioca da época a não ver com entusiasmo as grandes obras na capital. Mas é preciso enfatizar que, ao contrário de boa parte das grandes empresas jornalísticas do período, este jornal fazia oposição ferrenha às oligarquias paulistas que se encontravam no poder – sendo as reformas urbanas obras dessas oligarquias, não surpreende o ponto de vista do periódico. O *Correio* utilizava suas páginas como um lugar de luta contra a ordem política vigente. O problema, portanto, não era o progresso, o qual era inclusive um ponto de consenso existente na sociedade letrada brasileira. As divergências e disputas existentes na imprensa eram mais profundas e envolviam, na

verdade, projetos políticos diferentes para o país: enquanto periódicos como *O Paiz* atuavam como defensores do projeto liberal-oligárquico, que buscava a construção de um progresso excludente manifestado, por exemplo, pelas reformas urbanas realizadas no Rio de Janeiro, o *Correio da Manhã* se colocava em defesa do projeto paternalista-autoritário, o qual tinha uma visão de progresso que envolvia a construção de um Estado forte, autoritário e paternalista, cujos líderes tutelariam o povo brasileiro e a Nação rumo ao desenvolvimento. Nos próximos dois capítulos, será possível entender melhor como se desenhavam estes dois projetos políticos em disputa e, principalmente, como estes projetos influenciaram a atuação do *Paiz* e do *Correio da Manhã* durante a Revolta da Vacina, evento que utilizo como caso de estudo para investigar as disputas políticas existentes na Primeira República.

2. CAPÍTULO 2. *O PAIZ, O CORREIO DA MANHÃ E O MUNDO DA POLÍTICA NA PRIMEIRA REPÚBLICA*

2.1. Duas fontes históricas privilegiadas

Como já exposto anteriormente, esta dissertação tem por objetivo investigar como as tensões políticas e os debates entre projetos de país distintos e antagônicos existentes na Primeira República brasileira se manifestaram na imprensa carioca da época. No primeiro capítulo, abordei brevemente a história de alguns dos principais periódicos do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX e investiguei seus posicionamentos a respeito das reformas urbanas realizadas na então capital da República, posicionamentos estes que já refletiam as diferenças entre os projetos de poder defendidos por cada periódico.

No restante deste trabalho, para investigar melhor como as tensões e disputas políticas do período em questão influenciaram os periódicos cariocas, optei por utilizar um evento histórico específico da Primeira República – a Revolta da Vacina – como recorte temporal e por utilizar como fontes históricas apenas dois dos grandes periódicos cariocas do período: o *Correio da Manhã* e *O Paiz*. Assim, busco entender a maneira como cada um destes jornais cobriu e interpretou a Revolta da Vacina, procurando associar as coberturas que eles fizeram do evento em questão aos projetos políticos antagônicos que defendiam e propagavam.

Os dois jornais não foram escolhidos por mim aleatoriamente, e sim porque representavam dois polos completamente opostos e antagônicos da política da época. O *Correio da Manhã* era rigorosamente oposicionista aos governos liderados pelas oligarquias que controlavam a máquina do Estado brasileiro, ao passo que *O Paiz* ostentava um situacionismo tão intenso que, por vezes, se assemelhava mais a um porta-voz oficial do Estado oligárquico. Deste modo, é possível ao pesquisador notar nestes dois periódicos, facilmente, a defesa de projetos políticos distintos e, acima de tudo, antagônicos. É por isso que considero *O Paiz* e o *Correio da Manhã* fontes históricas privilegiadas para se investigar, na imprensa, as disputas e tensões políticas entre diferentes projetos de país que ocorreram durante toda a Primeira República.

Antes de analisar as coberturas jornalísticas que cada um dos dois periódicos supracitados fizeram a respeito da Revolta da Vacina, tarefa que deixarei para o terceiro e último capítulo desta dissertação, é preciso investigar as ligações entre os dois jornais e o mundo da política na Primeira República. As grandes figuras que ocupavam as salas da

direção e da redação do *Correio da Manhã* e do *Paiz* não viviam isoladas dentro de redomas, mas sim estavam em contato e em conexão constantes com importantes indivíduos e organizações ligados à política da época. O presente capítulo irá investigar e analisar as redes de sociabilidade que conectavam figuras-chave destes dois jornais ao mundo da política brasileira em princípios da era republicana.

2.2. Os “cabeças” do *Correio da Manhã* e do *O Paiz* e a política institucional

A condição de capital da República fazia com que a cidade do Rio de Janeiro reunisse em seu território importantes parcelas das elites políticas nacionais. No entanto, os atores políticos não estavam apenas no Palácio do Catete, no Senado Federal ou na Câmara dos Deputados. Muitos deles estavam também nas redações dos jornais da cidade. Fossem estes jornais de maior ou menor circulação, empresariais ou artesanais, burgueses ou operários. O foco deste item é analisar as relações entre figuras-chave dos dois grandes jornais que são foco da presente dissertação (*Correio da Manhã* e *O Paiz*) e o mundo do poder na Primeira República – ou seja, a política institucional daquele período. Primeiramente, no entanto, é preciso fazer uma descrição geral do que ocorria à época com aqueles que estavam na imprensa.

2.2.1. O jornalismo como trampolim para o poder

Em princípios do século XX, a imensa maioria dos redatores e dirigentes dos grandes periódicos cariocas – e com “grandes” me refiro evidentemente à imprensa empresarial – não provinha de faculdades de jornalismo ou comunicação social, tal como ocorre nos dias atuais. Na verdade, um grande número destes profissionais era oriundo das faculdades de Direito¹⁵⁴.

Edmundo Bittencourt, o fundador do *Correio da Manhã*; José Carlos Rodrigues, sócio majoritário do *Jornal do Commercio* a partir de 1890; Fernando Mendes de Almeida, redator chefe do *Jornal do Brasil* após 1894; Leão Veloso Filho (que utilizava o pseudônimo Gil Vidal em seus artigos), redator chefe do *Correio da Manhã*; eram todos bacharéis em Direito formados nos principais centros universitários do Brasil à época – a saber, Rio de Janeiro, São

¹⁵⁴BARBOSA, Marialva. Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro, 1880-1920. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996. v. 1, cap. 2, p. 83.

Paulo e Recife¹⁵⁵. O português João de Souza Lage, proprietário do *O Paiz* a partir de 1904, não tinha ensino superior completo, mas cursou Direito por três anos na Universidade de Coimbra antes de abandonar sua graduação¹⁵⁶.

O que tantos bacharéis de Direito faziam nas redações e nas direções dos periódicos? Ocorre que na Primeira República, conforme Marialva Barbosa, trabalhar nos jornais ou dirigi-los era um passo importante para ocupar cargos políticos na burocracia estatal:

Ser repórter e ser redator era, sobretudo, através do prestígio que o lugar conferia e das relações pessoais que possibilitava, “cavar” um cargo público ou ingressar na política e na diplomacia. Se aos repórteres cabia a participação na burocracia estatal, também como forma de complementar os rendimentos aferidos com a profissão, aos dirigentes e profissionais mais importantes o lugar natural era a política.¹⁵⁷

Em outras palavras, para os profissionais que se formavam em Direito, o trabalho nos grandes periódicos servia como um “trampolim” para ter acesso a cargos e posições mais altas na sociedade, principalmente na esfera da política. O jornalismo era, para estas pessoas, uma senha que possibilitava a entrada no mundo do poder.

A entrada dos homens¹⁵⁸ da imprensa na política institucional era, na verdade, a coroação de todo um processo que envolvia as transformações de caráter industrial pelas quais o periodismo estava passando nas grandes capitais brasileiras durante o início do século XX. De acordo com Marialva Barbosa, as novas técnicas de impressão e edição baratearam os jornais, e o consumo destes pelas camadas alfabetizadas da população aumentou. A nascente opinião pública urbana, muito presente na capital da República, passou a demandar cada vez mais a orientação dos homens de letras que habitavam as redações dos grandes periódicos. A imprensa passou a ter uma imagem mitificada perante o público leitor, e a profissão de jornalista ganhou cada vez mais *status* social¹⁵⁹. Foi então que os jornalistas, “vendo o seu poder de ação social aumentado, ansiavam por levá-lo as últimas consequências, desejando exercer uma tutela sobre extensa faixa de público, o que se traduzia em poder de fato.”¹⁶⁰. Ou

¹⁵⁵ *Ibidem*, p. 88.

¹⁵⁶ CASTILHO, Marcio de Souza. “O amigo incondicional de todos os governos”: a trajetória de João Lage em *O Paiz* nos primeiros anos da República. In: Encontro Nacional de História da Mídia, 9, 2013, Ouro Preto. Anais [...]. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2013.

¹⁵⁷ BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro, 1880-1920*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996. v. 1, cap. 2, p. 84.

¹⁵⁸ Ainda que as mulheres estivessem ingressando aos poucos na imprensa, sobretudo como colaboradoras, conforme é possível perceber em Sodré (1999, p. 293), a participação destas no mundo da política institucional não estava prevista pela Constituição de 1891. É por isso que utilizo aqui o termo “homens”.

¹⁵⁹ BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro, 1880-1920*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996. v. 1, cap. 2, p. 85-86.

¹⁶⁰ *Ibidem*, p. 85.

seja, passaram a ver com bons olhos a possibilidade de utilizarem sua influência e seu *status* para alcançarem posições de poder dentro da estrutura do Estado ou junto a ela.

Ao mesmo tempo, o poder e o Estado não eram estranhos aos homens dos grandes periódicos, sobretudo quando falamos dos dirigentes e das demais figuras poderosas destes jornais. Além de terem em comum a formação em Direito, a maior parte destes dirigentes era oriunda de famílias abastadas, fossem elas ligadas aos grupos agrários dominantes no campo ou às burguesias urbanas. Eram filhos de grandes latifundiários influentes desde a época do Império, de políticos, de burocratas, de advogados, de engenheiros e de médicos¹⁶¹. Conviviam desde bebês com pessoas que estavam dentro do Estado brasileiro ou, no mínimo, muito próximas àqueles que ocupavam postos nas estruturas de poder.

A vida daqueles que viriam a ser dirigentes ou redatores de destaque dos grandes periódicos cariocas envolvia, evidentemente, uma educação de qualidade na infância e na adolescência. Ao atingirem a vida adulta, estes homens ingressavam quase sempre nos cursos universitários de Direito, como já mencionado anteriormente. À época, o papel da graduação em Direito, no Brasil, era basicamente o de formar dirigentes que atuariam em cargos políticos ou burocráticos e se tornariam porta-vozes das elites políticas¹⁶². O curso em questão fornecia o capital simbólico necessário ao exercício dessas funções¹⁶³, ao mesmo tempo em que “forneciam a possibilidade de manejar a palavra escrita, a frase lapidar, o pensamento inflexível vistos pela sociedade como fundamentais e como a verdadeira essência da sabedoria.”¹⁶⁴. Os bacharéis que não conseguiam ocupar quadros dirigentes tão logo se formavam, buscavam exercer outras profissões que os impulsionariam rumo a estes quadros – e uma das atividades que cumpria esse papel era o jornalismo¹⁶⁵.

E por que o jornalismo? Porque dirigir grandes periódicos dava aos homens da imprensa grande poder sobre a sociedade. Afinal, os jornais de maior circulação disseminavam entre a população ideias, opiniões, conceitos e modos de pensar. Os jornalistas eram encarados como aqueles que fiscalizavam o mundo da política e faziam denúncias que ecoavam por todos os cantos¹⁶⁶. Os periódicos eram capazes de “derrubar ministros, promover campanhas, influenciar as elites e disseminar conceitos e formas de pensar entre o restante da

¹⁶¹ Ibidem, p. 88-89.

¹⁶² Ibidem, p. 90.

¹⁶³ Ibidem, p. 91.

¹⁶⁴ Ibidem, p. 92.

¹⁶⁵ Ibidem, p. 91.

¹⁶⁶ Ibidem, p. 95-96.

população.”¹⁶⁷ Por serem tão influentes perante uma sociedade tão heterogênea e desigual, era evidente que os jornalistas teriam contato constante com os donos do poder – e esse contato os permitiria se tornarem, eles mesmos também, os donos do poder.

O fato de serem bacharéis em Direito já proporcionava aos homens da imprensa contatos com muitos indivíduos que ocupavam cargos políticos e burocráticos no Estado, tendo em vista que muitos destes eram também bacharéis e haviam estudado junto com aqueles que viriam a se tornar jornalistas ou donos de jornais. Trabalhar em periódicos importantes ou dirigi-los potencializava as relações entre os homens das redações e os homens da política institucional, visto que ser redator ou diretor de um jornal influente tornava alguém uma ótima companhia para quem desejava se manter no poder. Surgiam aí alianças políticas e econômicas entre, de um lado, redatores e diretores de jornais e, de outro, os grupos dominantes. Eram essas alianças que permitiam aos grandes homens da imprensa se inserirem nestes grupos dominantes e alcançarem cargos políticos e burocráticos. Em troca, seus jornais se tornavam porta-vozes das elites com as quais se associavam e passavam a divulgar o pensamento dessas oligarquias¹⁶⁸.

O processo descrito acima ocorreu com diversas figuras importantes dos grandes jornais cariocas. Rodolfo Dantas, fundador do *Jornal do Brasil*, foi eleito deputado e senador após sua passagem pelo periódico. Fernando de Almeida, redator-chefe do mesmo jornal, tornou-se senador. José Felix Pacheco, enquanto redator-chefe do *Jornal do Commercio*, foi deputado, senador e ministro de Estado. Dunshee de Abranches, diretor de *O Paiz*, foi deputado estadual pelo Maranhão e deputado federal. Alves de Souza e João Maximiano de Figueiredo, ambos dirigentes do mesmo jornal, foram deputados federais¹⁶⁹. Quando não conseguiam ingressar diretamente na política institucional, os homens da grande imprensa se tornavam prestigiados entre aqueles que ocupavam o poder, beneficiando-se de todos os privilégios que essas relações lhes garantiam¹⁷⁰. João Lage, diretor do *O Paiz* a partir de 1904, recebia de seus aliados que ocupavam o poder vultosos negócios que lhe garantiam grandes lucros¹⁷¹ e foi acusado por opositores de participar de negociações escusas entre o poder público e empresas privadas¹⁷².

¹⁶⁷ Ibidem, p. 96.

¹⁶⁸ Ibidem, p. 92.

¹⁶⁹ Ibidem, p. 95.

¹⁷⁰ Ibidem, p. 92.

¹⁷¹ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 278.

¹⁷² CASTILHO, Marcio de Souza. op cit.

Feita a análise geral sobre as relações entre o mundo do jornalismo e o mundo do poder, podemos enfim avançar em nossa investigação. É preciso mapear brevemente as vidas de algumas das figuras-chave do *O Paiz* e do *Correio da Manhã*, de modo a investigar suas possíveis redes de sociabilidade para com o universo da política institucional.

2.2.2. João Lage e Dunshee de Abranches: as ligações com as oligarquias dominantes

Neste item, analisarei as vidas e as possíveis redes de sociabilidade de duas figuras importantes do jornal *O Paiz* durante os primeiros anos da República: João de Souza Lage, proprietário do periódico a partir de 1904; e João Dunshee de Abranches, que foi redator-chefe e diretor do mesmo naquele período¹⁷³. Será importante perceber as possíveis ligações que estas duas figuras tinham com personagens associadas aos grupos oligárquicos que dominavam a máquina estatal brasileira durante a Primeira República, o que explica a associação do *O Paiz* a estas classes dominantes.

Português nascido na cidade do Porto em 31 de agosto de 1875, João de Souza Lage chegou a cursar Direito na Universidade de Coimbra durante três anos, mas precisou abandonar a graduação. Por volta do ano de 1895, emigrou para o Brasil junto do irmão Eduardo, que estava fugindo da repressão política em seu país natal por simpatizar com a causa republicana¹⁷⁴. O irmão retornou a Portugal alguns anos depois, mas João decidiu permanecer em terras brasileiras¹⁷⁵.

Assim que chegou ao Brasil, João de Souza Lage trabalhou com comércio em São Paulo e publicou alguns de seus trabalhos literários no jornal local *Diário de Notícias*. Logo se mudou para o Rio de Janeiro, então capital do país, onde trabalhou como gerente do Velódromo Nacional, uma casa de jogos que funcionava na Lapa¹⁷⁶. Talvez sua breve experiência com a publicação de trabalhos literários no periódico paulista tenha facilitado seu novo ingresso no jornalismo, o que ocorreu quando assumiu a chefia da redação da revista *Novidade*, da qual era proprietário o então Barão de Mesquita. Algum tempo depois, Lage fundou, ao lado de Olavo Bilac e Julião Machado, a revista humorística ilustrada *A Bruxa*¹⁷⁷.

¹⁷³ BARBOSA, Marialva. Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro, 1880-1920. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996. v. 1, cap. 2, p. 100.

¹⁷⁴ À época, Portugal ainda era uma monarquia. A República foi proclamada no país em 1910.

¹⁷⁵ CASTILHO, Marcio de Souza. op cit.

¹⁷⁶ Ibidem.

¹⁷⁷ Ibidem.

Nota-se um progressivo envolvimento do imigrante português, inicialmente um simples comerciante com ensino superior incompleto, com as elites intelectuais do Rio de Janeiro.

O ingresso de Lage no *O Paiz* ocorreu pelas mãos de Félix Bocayuva, então redator do periódico. O português começou trabalhando na parte administrativa do jornal, mas logo passou a publicar na folha artigos sobre atualidades e assuntos econômicos. Ao longo dos anos, foi galgando espaço na empresa e ganhou seções permanentes nas páginas do periódico¹⁷⁸. A situação financeira complicada do *O Paiz* à época deu a Lage a oportunidade de assumir o controle do jornal¹⁷⁹: em abril de 1902, tornou-se diretor-gerente do periódico e, em 1904, comprou a sociedade anônima que controlava a folha, passando a dividir o controle acionário desta com a família Sampaio¹⁸⁰. Lage passou a ser, então, o proprietário do jornal. Em agosto do mesmo ano, a Assembléia Geral dos Acionistas da sociedade anônima colocou Lage ao lado de Quintino Bocaiúva e Rodolpho Abreu na diretoria do *O Paiz* e nomeou Dunshee de Abranches como chefe da redação¹⁸¹.

Como proprietário do *O Paiz*, João Lage ficou conhecido como o “amigo incondicional de todos os governos”¹⁸², por conta da posição situacionista assumida pelo jornal, descrita por Nelson Werneck Sodré como sendo “de extremo servilismo” aos governos oligárquicos que comandavam o Brasil à época (1889-1930)¹⁸³. Sabe-se, como já foi afirmado no primeiro capítulo desta dissertação, que presidentes da República que governaram o país no período admitiram comprar a opinião de importantes veículos da imprensa. O jornalismo empresarial que se estruturava nas primeiras décadas do século XX, principalmente em grandes centros urbanos como o Rio de Janeiro e São Paulo, demandava a compra de sua opinião de maneira institucional e estável por parte dos governos¹⁸⁴. Lage recebia mais do que apenas dinheiro daqueles que ocupavam o poder: recebia “negócios que proporcionam dinheiro – negócios do Estado”, como bem assinala Sodré¹⁸⁵.

Neste ponto, é preciso fazer uma consideração óbvia, mas importante. Não é possível falar que *O Paiz* de João Lage – e outros veículos de imprensa situacionistas – eram simplesmente cooptados pelos governos e forçados a reproduzir o discurso dominante.

¹⁷⁸ Ibidem.

¹⁷⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 284.

¹⁸⁰ CASTILHO, Marcio de Souza. op cit.

¹⁸¹ BARBOSA, Marialva. Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro, 1880-1920. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996. v. 1, cap. 1, p. 71.

¹⁸² Ibidem, p. 70.

¹⁸³ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 278.

¹⁸⁴ Ibidem, p. 278.

¹⁸⁵ Ibidem, p. 278.

Tratava-se, na verdade, de uma via de mão dupla, de uma aliança formada no seio das elites políticas brasileiras, no qual tanto os ocupantes dos cargos de poder quanto os donos dos jornais eram beneficiados. A manutenção do *status quo* era interessante tanto aos políticos quanto aos donos de jornais, todos pertencentes às oligarquias formadas principalmente por bacharéis e latifundiários. Os grandes periódicos, ao assumirem a defesa dos governos de então, o faziam tanto por benefícios financeiros para seus proprietários quanto em prol da manutenção de um *establishment* que os privilegiava.

Os “negócios que proporcionam dinheiro” que Sodré se refere em sua obra clássica *História da Imprensa no Brasil* evidenciam os laços entre João Lage e ocupantes de importantes cargos políticos. Em troca do situacionismo de seu periódico, o português tinha livre acesso aos recursos públicos do Tesouro Nacional¹⁸⁶ e foi acusado de participar de negociações lucrativas entre o Estado e o capital privado.

Um caso emblemático ocorreu durante o governo do presidente Nilo Peçanha, entre os anos de 1909 e 1910. A empresa *Societé Franco Brésiliene*, de propriedade do francês Monsieur Turot, conselheiro municipal de Paris no Rio de Janeiro, venceu um edital de licitação aberto pelo governo para a construção do dique da Ilha das Cobras, o qual valia mais de 13 mil contos de réis. O problema é que a proposta apresentada por essa empresa, por mais que cobrasse o menor preço ao governo, não considerava neste valor o preparo do terreno e a fundação, itens que eram previstos no edital. Os detalhes estranhos da negociação chamaram a atenção de Edmundo Bittencourt, proprietário do *Correio da Manhã*, rival de João Lage e opositor de todos os governos que comandaram o Brasil entre 1894 e 1930. Bittencourt acusou Lage de influenciar o então presidente da República a interferir pessoalmente nas negociações, de modo a beneficiar a empresa francesa, que segundo denúncias possuía um capital de apenas 94 contos. Em troca, o português teria supostamente recebido uma comissão de 400 contos de réis de Monsieur Turot¹⁸⁷.

Ainda que o caso descrito acima envolva uma denúncia feita por um opositor de Lage, a qual pode obviamente ser falsa, fica evidente que, no imaginário social da época, sabia-se que os grandes homens da imprensa se envolviam quase que naturalmente em grandes negócios relacionados ao Estado. Para o proprietário do *O Paiz*, o que interessava era atuar “para si e também para terceiros, desde que deles pudesse tirar algum proveito, direta ou

¹⁸⁶ CASTILHO, Marcio de Souza. op cit.

¹⁸⁷ Ibidem.

indiretamente.”¹⁸⁸. E isso só era possível por meio das alianças com aqueles que estavam no poder. Além das benesses advindas dos cofres públicos, não é difícil – aliás, é bem fácil – imaginar que o português mantivesse algum tipo de contato com figuras importantes, como deputados, senadores, ministros de Estado e mesmo presidentes da República. Deste modo, a denúncia feita por Bittencourt faz sentido, ainda que não seja possível confirmar sua veracidade.

Chama atenção a ascensão meteórica de João Lage. Como um simples imigrante português, sem ensino superior completo, conseguiu tanto prestígio junto aos donos do poder em um período tão curto de tempo? Para Marcio de Souza Castilho, o proprietário do *O Paiz* conseguiu se tornar temido e respeitado ao levar para seu jornal as modificações industriais que estavam ocorrendo na sociedade brasileira em princípios do século XX¹⁸⁹, as quais já foram tratadas no primeiro capítulo desta dissertação. A evolução técnica do periódico foi possível muito graças às próprias alianças entre Lage e os governos da época, que lhe renderam acesso aos cofres públicos em troca do situacionismo de seu jornal.

Entendo que Lage não trabalhou sozinho para costurar essas alianças, e que sua ascensão não foi mera obra individual. Alguns de seus colegas no *O Paiz*, figuras igualmente importantes e que possuíam redes de contatos valiosas, o ajudaram a se tornar uma personagem prestigiada junto aos poderosos e a fazer do periódico em questão um importante aliado para aqueles que estavam no governo. Por isso é interessante analisar também o perfil de Dunshee de Abranches, redator-chefe e diretor do jornal.

Nascido em São Luís do Maranhão no dia 2 de setembro de 1868¹⁹⁰, João Dunshee de Abranches Moura teve provavelmente uma infância bem mais pomposa do que a de Lage. Seu pai, Antônio da Silva Moura¹⁹¹, era um abastado comerciante português do Maranhão que havia estudado em Paris¹⁹² e sua mãe, Raimunda de Abranches Moura¹⁹³, foi a fundadora do Colégio Nossa Senhora das Graças¹⁹⁴. O avô materno de Dunshee, João Antônio Garcia de

¹⁸⁸ Ibidem.

¹⁸⁹ Ibidem.

¹⁹⁰ CERQUEIRA, Daniel Lemos. Dunshee de Abranches. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (APEM) – ACERVO DIGITAL. Disponível em: <<http://apem.cultura.ma.gov.br/acervo/items/show/154>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

¹⁹¹ Ibidem.

¹⁹² BARBOSA, Marialva. Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro, 1880-1920. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996. v. 1, cap. 2, p. 89.

¹⁹³ CERQUEIRA, Daniel Lemos. op. cit.

¹⁹⁴ BARBOSA, Marialva. Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro, 1880-1920. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996. v. 1, cap. 2, p. 89.

Abranches, foi político e jornalista durante o Império, tendo fundado o jornal *O Censor*¹⁹⁵. Sendo assim, o futuro diretor do *O Paiz* tinha uma família já experiente em questões políticas e jornalísticas.

Quando criança, Dunshee de Abranches teve uma sólida formação intelectual, com aulas de língua, pintura, desenho e música¹⁹⁶. Após iniciar seus estudos em sua cidade natal, foi para o Rio de Janeiro em 1884, ano em que ingressou na Faculdade de Medicina da então capital do Império. Em 1888, foi nomeado promotor público na cidade de Barra do Corda (Maranhão), e para assumir o cargo, abandonou a graduação. Um ano depois, abdicou do cargo e retornou ao Rio de Janeiro. Adepto das causas republicana e abolicionista, estava na então capital brasileira quando a monarquia foi extinta por um golpe militar em 15 de novembro de 1889. Formou-se em Direito e dedicou-se ao magistério: foi professor honorário na Universidade de Heidelberg, na Alemanha, e professor de física, química e história natural no Instituto H. Kopker e no Colégio Brasileiro-Alemão¹⁹⁷.

As relações de Dunshee de Abranches com o mundo do poder não se resumiram ao seu avô, que havia sido político no Império, e muito menos se encerraram em seu breve período como promotor público. O maranhense logo ocuparia importantes cargos burocráticos e políticos. Durante o mandato do presidente Rodrigues Alves (1902-1906), foi nomeado comissário do governo junto aos institutos equiparados de ensino secundário e superior, cargo que exerceu até 1905. Neste período, teve de escrever três relatórios direcionados ao então Ministro do Interior, José Joaquim Seabra. Em 1903, Abranches foi eleito deputado estadual pelo Maranhão, cargo que exerceu até 1910. Em 1905, foi eleito deputado federal, exercendo este cargo até o ano de 1917. Na Câmara dos Deputados, participou de importantes comissões especiais, como a de reforma da Contabilidade Pública, a da Marinha Mercante e a do Estatuto dos Funcionários Públicos. Seu prestígio na casa legislativa era aparentemente grande, tendo em vista que o maranhense presidiu a Comissão de Diplomacia e Tratados, a Comissão Especial de Justiça Militar e a Comissão Organizadora do Código Penal Militar. Após deixar a Câmara dos Deputados, Abranches dedicou-se à advocacia em um escritório localizado no Rio de Janeiro¹⁹⁸.

¹⁹⁵ CERQUEIRA, Daniel Lemos. op. cit.

¹⁹⁶ BARBOSA, Marialva. Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro, 1880-1920. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996. v. 1, cap. 2, p. 89.

¹⁹⁷ CERQUEIRA, Daniel Lemos. op. cit.

¹⁹⁸ Ibidem.

Paralelamente à carreira política, Dunshee de Abranches fez seu nome também no mundo do jornalismo. Fundou, junto de Izac Martins e Antônio Rocha Lima, o periódico *O Norte* na cidade de Barra do Corda, enquanto exercia o cargo de promotor¹⁹⁹, e atuou em diversos jornais de vários estados brasileiros:

Colaborou com os jornais *Aurora Boreal*, *Gazeta do Povo*, *Século*, *Pacotilha*, *País*, *Diário do Maranhão* e *Federalista*, do Maranhão, e também com *Federação*, do Amazonas; *Gazeta da Tarde*, de Pernambuco; *Federação*, do Rio Grande do Sul; *República*, do Pará; *Comércio de S. Paulo*, de São Paulo; e *Diário do Norte*, da Bahia. No Rio de Janeiro, foi colaborador do *Jornal do Comércio*, *Gazeta de Notícias*, *Tribuna* e *Correio da Manhã*; diretor de *O Dia*; redator de *O País*, e redator do *Jornal do Brasil*, de 1895 a 1900.²⁰⁰

Abranches tinha, portanto, extensa vivência tanto no mundo da política quanto no mundo do jornalismo. Chegou a atuar até mesmo no *Correio da Manhã* de Edmundo Bittencourt, arquirrival do *O Paiz*. Andava entre as redações e os círculos de poder, e tinha contato com os proprietários dos periódicos, com seus colegas deputados, com senadores, com ministros de Estado e muito provavelmente com a presidência da República. Era figura prestigiada entre os congressistas, já que foi presidente de importantes comissões legislativas.

Por conta de tudo isso, entendo que o maranhense foi muito provavelmente um importante intermediário entre João Lage, proprietário do *O Paiz*, e políticos governistas, nas décadas iniciais da República brasileira. Vale lembrar que em 1904, quando se tornou chefe da redação do periódico, Dunshee de Abranches era deputado estadual e comissário do governo Rodrigues Alves, tendo mantido contato com ministros de Estado – a exemplo do ministro do Interior, José Joaquim Seabra. Logo depois, tornar-se-ia também deputado federal. Minha hipótese é a de que Abranches usou seus cargos políticos e burocráticos e seu prestígio entre os círculos de poder para intermediar acordos entre *O Paiz*, personificado na figura de João Lage, e o Estado brasileiro, no qual este concedeu gordas verbas e importantes negócios ao comerciante português em troca do situacionismo de seu jornal.

Sendo assim, João Lage podia ser um comerciante inteligente, mas muito provavelmente não atuou sozinho em sua escalada de prestígio. Estava cercado por homens que viviam entre as salas de redação e direção de seu jornal e os palácios governamentais e casas legislativas. Homens como Dunshee de Abranches, mas também como Alves de Souza, diretor do *O Paiz* que foi também deputado; como José Ferreira Sampaio, diretor-tesoureiro do jornal, banqueiro, ex-funcionário do tesouro nacional e que havia trabalhado no gabinete

¹⁹⁹ Ibidem.

²⁰⁰ Ibidem.

do Visconde de Ouro Preto durante o Império; e como João Maximiano Figueiredo, também um dos diretores do periódico, que foi deputado federal²⁰¹. Todos estes homens tinham um pé nos círculos da política institucional e muito provavelmente utilizaram seus prestígios e suas redes de contato para favorecerem o jornal em que trabalhavam – e, por tabela, beneficiarem seu proprietário, de início um simples imigrante lusitano que conquistou grande poder.

2.2.3. Edmundo Bittencourt: o “mandachuva” do *Correio da Manhã*

Ao contrário do *O Paiz*, que se destacava por um forte situacionismo nos quadros da Primeira República; o *Correio da Manhã*, fundado por Edmundo Bittencourt em 1901²⁰², fazia oposição ferrenha a quem quer que ocupasse o Palácio do Catete naquele período e mantivesse o domínio das oligarquias sobre a máquina do Estado. Se Lage era o “amigo de todos os governos”, podemos dizer que Bittencourt era o “inimigo número 1” dos mesmos. Neste item, analisarei o perfil desta grande figura do *Correio da Manhã*: Edmundo Bittencourt, seu fundador e proprietário. A intenção é rastrear as redes de sociabilidade deste homem e tentar encontrar possíveis ligações entre ele e grupos oposicionistas da época.

O gaúcho Edmundo Bittencourt nasceu na cidade de Santa Maria em 1866²⁰³, oriundo de uma família de “origem agrária, mas de médio porte” do Rio Grande do Sul²⁰⁴. O futuro fundador do *Correio* fez seus primeiros estudos em Porto Alegre²⁰⁵, onde iniciou também sua carreira jornalística como colaborador no jornal *A Reforma*, cujo proprietário era Gaspar Silveira Martins. Bittencourt, desta forma, acabou se envolvendo com personagens que, mais tarde, deflagrariam a Revolução Federalista. Para Carlos Eduardo Leal, a “formação gasparista e portanto oposicionista parece explicar a linha ‘participante e combativa’ que Bittencourt imprimiria a seu próprio jornal” anos mais tarde²⁰⁶.

²⁰¹ BARBOSA, Marialva. Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro, 1880-1920. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996. v. 1, cap. 2, p. 100.

²⁰² SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 286.

²⁰³ Ibidem, p. 287.

²⁰⁴ BARBOSA, Marialva. Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro, 1880-1920. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996. v. 1, cap. 2, p. 88.

²⁰⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 287.

²⁰⁶ LEAL, Carlos Eduardo. *Correio da Manhã*. FGV CPDOC – ACERVO DIGITAL. Disponível em: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-manha>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

Bittencourt não permaneceu no Rio Grande do Sul. Teve breve passagem por São Paulo e foi para o Rio de Janeiro em 1889²⁰⁷. Na então capital brasileira, formou-se em Direito pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 1895 e se tornou amigo de Rui Barbosa, para quem advogou²⁰⁸. Enquanto exercia a advocacia, trabalhou no jornal *A Imprensa*, fundado por Rui Barbosa e Carlos Bandeira. Em abril de 1901, este jornal veio a sucumbir para uma crise financeira. Bittencourt, então, comprou o material que pertencia ao periódico e arrendou sua sede na Rua do Ouvidor, fundando assim o *Correio da Manhã* em julho do mesmo ano²⁰⁹. O novo jornal viria a ser, nas palavras de Marialva Barbosa, um “ferrenho opositor do Governo e um aliado permanente de Rui Barbosa.”²¹⁰. Governo com “G” maiúsculo, uma vez que o periódico de Bittencourt irá criticar ferrenhamente todos os que administrariam o Brasil até 1930.

Rui Barbosa não era o único aliado de Edmundo Bittencourt a ocupar espaços de poder na Primeira República. Como o *Correio da Manhã* não poupava esforços para fazer oposição às oligarquias latifundiárias que governavam o Brasil, qualquer um que também possuísse ojeriza à situação poderia ocupar suas fileiras. Com isso, foram admitidos para o jornal colaboradores de diversas tendências ideológicas: do monarquista Afonso Celso ao republicano florianista Medeiros e Albuquerque²¹¹. Este último escreveu a letra do Hino da República, ocupou o cargo de secretário do Ministério do Interior quando este foi chefiado por Aristides Lobo logo após o fim da monarquia, foi deputado federal e fez oposição aos governos de Prudente de Moraes e Hermes da Fonseca²¹². Ou seja, certamente tinha contato e articulações constantes com outros congressistas opositores nas primeiras décadas de existência da República brasileira. É possível que Medeiros e Albuquerque tenha intermediado contatos entre Bittencourt, também um opositor, e as frentes de oposição no Congresso Nacional, para que pudessem ser pensadas e adotadas estratégias conjuntas de ataques aos governos que enfrentavam.

²⁰⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 287.

²⁰⁸ BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro, 1880-1920*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996. v. 1, cap. 2, p. 94.

²⁰⁹ BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro, 1880-1920*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996. v. 1, cap. 2, p. 94; SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 287.

²¹⁰ BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro, 1880-1920*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996. v. 1, cap. 2, p. 94

²¹¹ LEAL, Carlos Eduardo. op. cit.

²¹² Medeiros e Albuquerque: Biografia. Site da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/meheiros-e-albuquerque/biografia>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

Medeiros e Albuquerque não foi a única figura com passagem pelo *Correio da Manhã* a ocupar uma cadeira de deputado federal. O próprio redator-chefe do jornal, Leão Veloso Filho, que escrevia colunas no periódico utilizando o pseudônimo de “Gil Vidal”²¹³ e era bacharel em Direito assim como Bittencourt²¹⁴, foi eleito para a Câmara dos Deputados, onde atuou entre 1906 e 1917²¹⁵. Muito provavelmente também utilizou seu cargo de deputado federal para intermediar conversas entre o proprietário do *Correio da Manhã* e outros importantes políticos contrários aos governos da época.

A oposição de Bittencourt aos governos oligárquicos não é perceptível somente ao se analisarem seus aliados, mas também seus inimigos. Em 1906, o senador Pinheiro Machado, constantemente atacado pelo *Correio da Manhã*, desafiou o proprietário do jornal a um duelo²¹⁶, do qual Bittencourt saiu ferido²¹⁷. Também gaúcho, Pinheiro Machado foi um grande aliado do presidente Campos Sales e fez parte de sua base de sustentação no Congresso Nacional. Como o *Correio* fazia oposição ferrenha ao governo de Campos Sales, Machado se tornou um alvo natural do periódico, e os ataques permaneceram mesmo após o término do mandato do presidente em questão²¹⁸.

Por conta de sua ferrenha oposição às oligarquias agrárias que dominaram o Estado brasileiro em boa parte da Primeira República, Edmundo Bittencourt foi, por diversas vezes, alvo do autoritarismo de alguns dos primeiros governos republicanos. Conforme Laura Maciel, muitas vezes o Estado de Sítio foi um instrumento político utilizado por estes governos para silenciar a imprensa combativa. E foi sob a benção da suspensão das garantias constitucionais no país que o proprietário do *Correio da Manhã* foi preso duas vezes, em 1914 e em 1922²¹⁹.

Portanto, o ferrenho oposicionismo de Bittencourt às oligarquias dominantes da Primeira República não se expressava apenas nas páginas do *Correio da Manhã*, mas também

²¹³ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 286.

²¹⁴ BARBOSA, Marialva. Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro, 1880-1920. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996. v. 1, cap. 2, p. 88.

²¹⁵ PECHMAN, Robert. Pedro Leão Veloso Neto. FGV CPDOC – ACERVO DIGITAL. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-leao-veloso-neto>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

²¹⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. op. cit., p. 287.

²¹⁷ LEAL, Carlos Eduardo. op. cit.

²¹⁸ DUARTE, Luiz Antônio Farias. Imprensa e poder no Brasil – 1901/1915: estudo da construção da personagem Pinheiro Machado pelos jornais *Correio da Manhã* (RJ) e *A Federação* (RS). Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007. p. 65.

²¹⁹ MACIEL, Laura. Sobre ódios e ressentimentos: imprensa, violência e criminalização da opinião. In: FRANCO, Renato J.; LIMA, Alexandre C.C.; FREITAS, Edmar C. (Orgs.). *As paixões e os afetos*: percepção e figuração da realidade em múltiplas temporalidades. São Paulo: Hucitec Editora, 2020. p. 141-150.

nas relações sociais que o jornalista e advogado gaúcho mantinha. Trouxe para seu jornal colaboradores que, assim como ele, nutriam ódio pela forma como a República estava sendo manifestada no Brasil. Para formar uma ampla frente de combate ao *status quo*, juntou sob sua alçada monarquistas e florianistas – acredito que alguns destes, como o deputado federal Medeiros e Albuquerque, tenham intermediado as ligações entre Bittencourt e importantes figuras da oposição no Congresso Nacional. O mesmo certamente foi feito por Leão Veloso Filho, redator-chefe do periódico.

Conforme Marialva Barbosa, homens influentes como Edmundo Bittencourt, por serem proprietários de periódicos de grande porte, tinham a capacidade de divulgar ideias a um público cada vez mais vasto. Por conta disso, eram temidos pelos grupos dominantes. “Esse medo provocava alianças, seja com os que já estavam no poder ou, no caso do *Correio da Manhã*, com aqueles que almejavam alcançá-lo”²²⁰.

Concordando com a autora, entendo que, no cenário de constantes disputas políticas da Primeira República, Edmundo Bittencourt se aliou a um grupo interessado em tirar do poder as oligarquias latifundiárias para, então, passar a governar o país. O gaúcho fez de seu jornal um porta-voz deste grupo de oposição, buscando auxiliá-lo em sua tomada do poder. Em troca, no caso de uma eventual vitória deste grupo, poderia conseguir cargos políticos ou diplomáticos de prestígio em um eventual novo regime, ou então ao menos desfrutar de privilégios junto aos novos governantes²²¹. Evidentemente, havia também afinidade ideológica entre o proprietário do *Correio da Manhã* e este grupo.

Acredito que Bittencourt tenha se aliado ao grupo político adepto do projeto paternalista-autoritário, o qual era liderado pelo senador e militar Lauro Sodré. Este grupo, ligado ao florianismo e formado principalmente por figuras do Exército, também fazia oposição ao projeto liberal-oligárquico adotado pelos governos republicanos civis a partir de 1894, da mesma forma que o *Correio da Manhã*. O próximo item deste capítulo tratará justamente da possível aliança entre Edmundo Bittencourt e o grupo de Lauro Sodré, manifestada em seu auge durante a Revolta da Vacina, ocorrida em novembro de 1904.

²²⁰ BARBOSA, Marialva. Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro, 1880-1920. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996. v. 1, cap. 2, p. 87.

²²¹ Baseio-me aqui também em BARBOSA, Marialva. Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro, 1880-1920. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996. v. 1, cap. 2, p. 92.

2.3. A aliança entre Edmundo Bittencourt e os adeptos do projeto paternalista-autoritário

Escolhi a Revolta da Vacina como marco temporal desta dissertação porque se tratou de um evento no qual as disputas políticas que ocorriam durante a Primeira República se manifestaram de maneira explosiva, e a imprensa refletiu isso em suas páginas. *O Paiz*, periódico governista, se colocou rapidamente contra a revolta e favorável à repressão das autoridades; ao passo que o *Correio da Manhã*, sempre oposicionista, louvou o povo que estava nas ruas e achincalhou os governantes.

Mais do que apenas uma simples disputa entre situacionismo e oposicionismo, contudo, é possível identificar uma corrente política que atuou nas ruas contra as tropas da polícia, e que, em meu entendimento, estava representada na imprensa pelo *Correio da Manhã*. Tratava-se da corrente que apoiava o projeto político paternalista-autoritário. Este projeto político, que tinha na administração de Floriano Peixoto (1891-1894) seu modelo ideal de governo, encontrava ecos principalmente entre as classes médias e setores das Forças Armadas²²². Minha hipótese é que, na Revolta da Vacina, teria ocorrido uma aliança entre os defensores deste projeto político e uma boa parte das classes populares que foram às ruas da então capital federal em novembro de 1904. E o *Correio da Manhã* teria sido o representante deste lado do conflito na grande imprensa burguesa.

2.3.1. Os adeptos do projeto paternalista-autoritário na Revolta da Vacina e sua aliança com as camadas populares do Rio de Janeiro

A Revolta da Vacina não é o tema deste trabalho – é apenas o evento escolhido para se investigar como as disputas políticas da Primeira República se manifestavam na imprensa carioca. Deste modo, o que importa para esta dissertação é a maneira como a revolta foi retratada pelo *Correio da Manhã* e pelo *O Paiz*. Ainda assim, é importante explicitar para o leitor, de maneira muito breve, o que ocorreu nas ruas do Rio de Janeiro.

Em 1904, estava em pauta no Congresso Nacional o polêmico projeto de lei que determinava a vacinação obrigatória da população brasileira contra a varíola, o qual era apoiado pelo governo Rodrigues Alves (1902-1906). Em meio a amplos debates no

²²² CARVALHO, José Murilo de. Utopias republicanas. In:_____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 17-33.

Parlamento, na imprensa e na sociedade em geral, o projeto foi aprovado e tornou-se lei em outubro daquele ano. No dia 10 de novembro, o jornal carioca *A Notícia* publicou uma cópia de um projeto de regulamento para a lei – que estava sendo estudado pelo Governo Federal em reuniões com comissões de médicos, juristas e políticos. A publicação em questão causou um escândalo, tendo em vista que o conteúdo do suposto projeto previa, entre outras medidas, a exigência do comprovante de vacinação para matrículas em escolas, empregos públicos, empregos domésticos, empregos nas fábricas, hospedagem em hotéis, viagens, casamentos, eleições, dentre outras coisas, e estabelecia multas para aqueles que recusassem a imunização. Os grupos que se opunham à vacinação obrigatória consideraram o projeto extremamente autoritário e a sociedade entrou em polvorosa. No mesmo dia 10, teve início a revolta nas ruas, que transformou o Rio de Janeiro em uma praça de guerra. A ação dos revoltosos durou até aproximadamente o dia 19 e envolveu também uma tentativa frustrada de golpe militar contra Rodrigues Alves, a qual ocorreu no dia 14²²³. No fim das contas, com o uso de muita violência e a promulgação de um Estado de Sítio, o governo conseguiu controlar a rebelião.

A historiografia brasileira procurou abordar a Revolta da Vacina sob diferentes aspectos. Nicolau Sevcenko entendeu-a como uma rebelião da população carioca contra o processo de modernização excludente em curso na cidade do Rio de Janeiro, que colocava a capital federal como instrumento de atração para investidores estrangeiros, mas ignorava e passava por cima das necessidades da população em geral²²⁴. Para José Murilo de Carvalho, a revolta foi contra o excesso de intervenção governamental na vida dos cidadãos²²⁵. Já Sidney Chalhoub procurou investigar as causas do movimento na longa tradição popular de desconfiança em relação aos imunizantes e às práticas da medicina oficial²²⁶.

E quanto à atuação dos adeptos do projeto político paternalista-autoritário na revolta? Através da análise de fontes, foi possível encontrar, na imprensa, relatos que sinalizam uma possível associação entre essas pessoas e boa parte das classes populares que estavam nas ruas em novembro de 1904.

²²³ CARVALHO, José Murilo de. Cidadãos ativos: a Revolta da Vacina. In:_____. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 92-95; 116-117.

²²⁴ SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. 1ª edição eletrônica. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

²²⁵ CARVALHO, José Murilo de. Cidadãos ativos: a Revolta da Vacina. In:_____. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

²²⁶ CHALHOUB, Sidney. Varíola, vacina e “vacínophobias”. In:_____. *Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Durante a Revolta da Vacina, ocorreram diversos pequenos episódios em que os revoltosos deixaram clara sua simpatia pelas forças do Exército, mesmo quando estas eram enviadas para combatê-los. O contraste do tratamento que os populares sublevados davam às forças da polícia – no geral a primeira frente usada pelo governo para controlá-los – com o tratamento que davam às forças do Exército era gritante: a polícia era vaiada e agredida com bombas, pedradas e tiroteios (no que respondia de volta de maneira ainda mais violenta), ao passo que os militares recebiam vivas e saudações. Os jornais da época que narraram os acontecimentos notaram esse contraste de tratamentos e noticiaram tais episódios por diversas vezes, estando alguns deles evidenciados abaixo.

Ao final da tarde de 12 de novembro de 1904, em meio às agitações da revolta, uma grande multidão ocupava o Largo de São Francisco de Paula, no centro da capital federal. Pouco depois das 18h, Sebastião Pyrrho, major do 10º Batalhão de Infantaria do Exército, atravessou o largo. Vendo o oficial, a multidão levantou vivas ao Exército, repetindo esse ato toda vez que o militar em questão passava pelo local²²⁷. O *Correio da Manhã* noticiou que este militar estava sendo aclamado por conter os policiais que agrediam a população²²⁸.

Na noite deste dia, ocorreu um grande comício popular no Centro das Classes Operárias. Mais de quatro mil pessoas teriam comparecido para presenciar a reunião em que seria oficialmente instalada a Liga Contra a Vacinação Obrigatória²²⁹, dentre eles muitos operários e também alunos das escolas militares do Brasil e do Realengo²³⁰. Os chefes da reunião eram, dentre outros, o tenente-coronel do Exército e senador Lauro Sodré e o major do Exército e deputado federal Barbosa Lima, dois líderes da oposição ao governo e personagens que identifico como sendo lideranças do projeto político paternalista-autoritário, que estavam tomando parte na conspiração militar que pretendia derrubar o então presidente Rodrigues Alves. Na conclusão de seu discurso à multidão, Lauro Sodré deu vivas às memórias de Benjamin Constant e de Floriano Peixoto – militares líderes da Proclamação da República ocorrida anos antes e símbolos do projeto paternalista-autoritário – e à República, no que foi ovacionado pelo povo²³¹.

Mais tarde neste mesmo dia, por volta das 21h, a multidão de pessoas que estava na reunião do Centro das Classes Populares tomou o centro da cidade, realizando uma passeata

²²⁷ *O Paiz*, 13 nov. 1904, p. 1.

²²⁸ *Correio da Manhã*, 13 nov. 1904, p. 2.

²²⁹ *Correio da Manhã*, 13 nov. 1904, p. 1.

²³⁰ *O Paiz*, 13 nov. 1904, p. 2.

²³¹ *Correio da Manhã*, 13 nov. 1904, p. 1.

que percorreu a Rua do Espírito Santo, a Praça Tiradentes, o Largo de São Francisco de Paula e a Rua do Ouvidor, em direção ao Palácio do Catete, sede do Governo Federal. Durante o trajeto, a multidão ecoava gritos de “abaixo a vacina” e dava vivas a Lauro Sodré e a Barbosa Lima. Quando passavam pela Rua da Glória, os populares se depararam com a carruagem que transportava o ministro da guerra, marechal Francisco de Paula Argolo, e era acompanhada por uma guarnição de militares do Exército. Diante dela, vaiaram. Momentos depois, contudo, um esquadrão do 9º Regimento do Exército²³² que ia em direção ao Palácio do Catete passou pelos revoltosos: diante dele, os populares abriram caminho para que pudesse passar e o saudaram²³³.

A atitude aparentemente dúbia da multidão – vaiar a carruagem do ministro da guerra que estava acompanhada por guarnição do Exército e, logo em seguida, saudar um esquadrão desta mesma força – na verdade não era dúbia e se explica simplesmente pela presença do ministro, membro do governo considerado inimigo. Quando ele se encontrava presente, era interessante à multidão demonstrar hostilidade. Na passagem do esquadrão, sem membros do governo presentes, vieram as saudações. Ou seja, o problema era o governo, nunca o Exército. Este, uma instituição de Estado, era entendido pelos revoltosos como salvação. O próprio jornal que narra o acontecimento, o situacionista *O Paiz*, reconhece a simpatia dos manifestantes pela força, observando que os populares vaiaram a carruagem do ministro “apezar de ser seguido o carro por duas ordenanças do exercito” (grifos meus)²³⁴.

No dia seguinte, 13 de novembro, por volta das 14h, estavam ocorrendo confrontos entre os revoltosos e a polícia na região da Rua Larga de São Joaquim e da Avenida Passos. Ciente disso, o ministro da guerra, marechal Francisco de Paula Argolo, reuniu-se com o general Marinho, comandante do 4º Distrito Militar, e alguns de seus subordinados, e decidiu enviar para a região em questão o 7º Batalhão de Infantaria do Exército. Quando essa força, composta por 30 praças, chegou ao local, foi recebida com vivas e aclamações por parte dos revoltosos, e o conflito entre estes e a polícia se encerrou, ao menos temporariamente, naquele

²³² A fonte não deixa claro se o regimento em questão era de infantaria ou de cavalaria, mas o contexto dá a entender que se tratava de um regimento do Exército, tendo em vista que a multidão era extremamente hostil às tropas da polícia, vaiando-as e entrando em constantes confrontos com elas. Por conta do comportamento simpático dos revoltos frente às tropas do Exército, infere-se aqui que se tratava de um regimento desta força.

²³³ *O Paiz*, 13 nov. 1904, p. 1.

²³⁴ *Ibidem*.

momento²³⁵. De acordo com *O Paiz*, os revoltosos amotinados na Avenida Passos davam constantemente vivas aos oficiais do Exército que estavam de serviço na região²³⁶.

À noite, ocorreu outra situação curiosa. Na esquina da Rua Senador Eusébio com a Rua Formosa – completamente às escuras, uma vez que os revoltosos haviam quebrado os postes de iluminação – apareceu o carro do general Medeiros, sub-chefe do Estado Maior do Exército. Grupos de populares que estavam no local, às cegas e sem saberem, de início, qual autoridade ocupava o carro, começaram a promover distúrbios, até perceberem que se tratava de um membro do Exército: nesse momento, os distúrbios cessaram e o general passou a ser aclamado de maneira entusiástica pelos revoltosos²³⁷.

Estes foram apenas alguns exemplos de manifestações populares favoráveis aos militares durante a revolta. É importante destacar que os episódios narrados acima foram registrados por jornais contrários e favoráveis ao governo, o que demonstra não se tratar de mera invenção da oposição para passar a impressão de que Rodrigues Alves estava isolado. O fato é: havia, entre os populares, identificação com os militares do Exército. Neste trabalho, entendo essa identificação como uma adesão de boa parte das camadas populares à proposta política paternalista-autoritária, a qual era defendida principalmente por militares descontentes com o rumo que a República estava tomando nas mãos das oligarquias paulistas.

O episódio central que envolveu os militares na Revolta da Vacina – para além de terem sido convocados pelo Governo Federal com a tarefa de auxiliarem a polícia contra os revoltosos – foi a infame tentativa de golpe de Estado ocorrida na noite de 14 de novembro, em meio aos levantes populares. O plano original envolvia a sublevação de duas escolas militares: a do Realengo e a do Brasil, esta última localizada na Praia Vermelha. Contudo, a revolta dos alunos militares do Realengo foi abortada antes de ter início por Hermes da Fonseca, comandante daquela escola e futuro presidente da República.

Na Escola Militar da Praia Vermelha, as coisas, de início, deram certo para os conspiradores: o general de brigada Silvestre Travassos depôs o comandante sem resistência e contou com o apoio de cerca de 300 alunos. Por volta das 22h, os estudantes sublevados comandados por Travassos partiram da escola e iniciaram a marcha em direção ao Palácio do Catete para depor o presidente Rodrigues Alves. Cerca de duas horas depois, ao entrarem na

²³⁵ *Correio da Manhã*, 14 nov. 1904, p. 2.

²³⁶ *O Paiz*, 14 nov. 1904, p. 2.

²³⁷ *Correio da Manhã*, 14 nov. 1904, p. 2.

Rua da Passagem, depararam-se com tropas leais ao governo bem mais numerosas e compostas em sua maioria por policiais. Seguiu-se então um tiroteio em meio à escuridão, uma vez que os postes de iluminação haviam sido destruídos durante a revolta popular. Sem saber a real situação do confronto, ambas as tropas inimigas bateram em retirada. Mais tarde, contudo, a Escola da Praia Vermelha foi bombardeada e cercada, tendo sido ocupada pelas forças legalistas na manhã do dia 15 de novembro: a tentativa de golpe havia sido derrotada²³⁸.

De acordo com Celso Castro e Juliana Gagliardi, o objetivo da sublevação em questão era depor o então presidente da República, Rodrigues Alves, e colocar no cargo em seu lugar o militar Lauro Sodré – como já foi mencionado, um dos líderes da oposição. Os chefes da revolta militar não eram contrários à vacinação, mas sim à obrigatoriedade desta, e a promulgação da lei que ditava isso pode ter sido vista por eles como a oportunidade ideal para dar sustância à conspiração. Contudo, como os próprios autores apontam, a revolta estava associada a uma questão mais profunda.

O que os adeptos do projeto político paternalista-autoritário – dentre os quais estavam Lauro Sodré, Barbosa Lima, Alfredo Varela, o socialista Vicente de Souza e outros militares e civis – tinham em mente era a tomada do poder de modo a implementar um novo projeto de país. Tratava-se de uma política alternativa àquela oligárquica e excludente que, em 1904, dominava o Brasil e era comandada pelas oligarquias paulistas. O que os conspiradores esperavam implementar caso fossem bem sucedidos era uma República diferente²³⁹:

Os militares que se lançaram na fracassada tentativa de golpe em 1904 defendiam o retorno ao ideal republicano que, em sua visão, havia sido imaginado pelos adeptos de Benjamin Constant em 1889, continuado na década seguinte por Floriano Peixoto e pelos políticos jacobinos, porém traído e finalmente derrotado pelo conluio das oligarquias tradicionais.²⁴⁰

As principais características do regime que se pretendia implementar envolviam uma República autoritária de caráter paternalista, com um Estado forte e interventor que fortaleceria a agroexportação e a industrialização e governaria com apoio das camadas médias e das massas populares, atendendo às necessidades e aos interesses destes grupos sociais²⁴¹.

²³⁸ CASTRO, Celso; GAGLIARDI, Juliana. A revolta da Escola Militar da Praia Vermelha (1904). *Militares e política*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 47-64, 2009. p. 48-59.

²³⁹ Ibidem, p. 60-62.

²⁴⁰ Ibidem, p. 62.

²⁴¹ NEEDELL, Jeffrey D. The Revolta Contra Vacina of 1904: The Revolt against “Modernization” in Belle Époque Rio de Janeiro. *The Hispanic American Historical Review*, v. 67, n. 2, p. 233-269, mai. 1987. p. 242; 245-248. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2515023>>. Acesso em: 05 out. 2021.

Este era, segundo Jeffrey D. Needell, o modelo ideal de República e de Estado para muitos militares que se opunham às oligarquias dominantes. É este modelo de governo que chamo de paternalista-autoritário. A intenção de seus adeptos era a construção de um Estado forte, intervencionista, que tutelaria as camadas populares e médias da população para, com o apoio destas, levar o Brasil a um progresso pautado não apenas pela tradicional agroexportação, mas também pela industrialização.

Tendo em vista que os adeptos do projeto paternalista-autoritário propunham a fundação de uma República que atenderia melhor as necessidades da população – sem deixar de exercer o papel de tutela sobre esta – e que muitos dos seus representantes estavam presentes nas reuniões com os trabalhadores no Centro das Classes Operárias, por que seria exagero supor que havia, de fato, uma identificação mútua entre uma boa parcela da população carioca e esse grupo político?

Concordando com a obra de Jeffrey Needell²⁴², este trabalho entende que existia sim uma aproximação – uma aliança informal – entre o povo carioca que foi às ruas na Revolta da Vacina, de um lado, e os adeptos do modelo de governo paternalista-autoritário – especialmente militares – e seu projeto de país, de outro. Ambos se completavam, pois seus anseios e demandas necessitavam da existência do outro. As lideranças políticas que defendiam o projeto paternalista-autoritário precisavam do povo para que este tomasse as ruas, impusesse o caos e desse sustentação política ao golpe militar e a um futuro governo; o povo, por sua vez, tinha interesse na ascensão de uma República diferente daquela que estava em vigor. Isso explica a aproximação entre os líderes da conspiração militar e o Centro das Classes Operárias, as constantes ovações a Lauro Sodré e Barbosa Lima e os costumeiros “vivas” dados ao Exército sempre que este entrava em cena durante os acontecimentos de novembro de 1904.

O que quero agora, ao dar prosseguimento ao trabalho, é tentar identificar possíveis ligações entre dois grandes líderes da oposição aos governos oligárquicos: Edmundo Bittencourt, proprietário do *Correio da Manhã*; e Lauro Sodré, um dos líderes da corrente política paternalista-autoritária e da oposição a Rodrigues Alves – muito provavelmente o principal conspirador da tentativa de golpe militar contra este presidente. Entendo que, assim como os adeptos do projeto político paternalista-autoritário se aliaram informalmente às

²⁴² NEEDELL, Jeffrey D. op. cit.

massas populares que se revoltaram, também ocorreu uma aliança entre este grupo e o jornal *Correio da Manhã*, que se tornou seu representante na grande imprensa carioca.

2.3.2. Lauro Sodré e Edmundo Bittencourt: uma poderosa aliança contra as oligarquias

Antes de abordar as possíveis relações entre Lauro Sodré, Edmundo Bittencourt e o *Correio da Manhã*, é interessante falar um pouco sobre quem foi esse militar que, por pouco, não tirou Rodrigues Alves da presidência via golpe de Estado. Lauro Nina Sodré e Silva nasceu em Belém do Pará a 17 de outubro de 1858. Começou seus estudos no Liceu Paraense, mas em 1876 iniciou sua carreira militar, ao ingressar como cadete na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro²⁴³.

Na Escola Militar, Sodré foi aluno de Benjamin Constant, republicano histórico que provavelmente o influenciou a aderir à causa republicana e à doutrina positivista. Em 1883, formou-se bacharel em ciências físicas e matemáticas pela Escola Superior de Guerra. Três anos mais tarde, participou da fundação do Clube Republicano do Pará. Sua carreira na política institucional teve início após a Proclamação da República: foi nomeado secretário de seu ex-professor Benjamin Constant no Ministério da Guerra. Em 1890, foi eleito deputado federal pelo estado do Pará, tendo sido um dos signatários da Constituição Federal que entrou em vigor a partir de 1891. Neste ano, por sinal, foi eleito governador do estado do Pará, posto que exerceu até 1897. Neste período, destacou-se por ter sido o único governador do país a se opor à tentativa de golpe encabeçada pelo presidente Deodoro da Fonseca, quando este dissolveu o Congresso Nacional²⁴⁴.

Em 1897, foi eleito senador pelo Pará, e no ano seguinte concorreu à presidência da República com o apoio dos positivistas, mas foi derrotado por Campos Sales, representante das oligarquias latifundiárias de São Paulo. Criou-se entre Sodré e estas oligarquias uma rivalidade, tendo em vista que, em 1903, o Governo Federal articulou a derrota do militar em sua nova candidatura ao Senado pelo estado do Pará. O hábil político, no entanto, conseguiu

²⁴³ SETEMY, Adrianna. SODRÉ, Lauro. FGV CPDOC – ACERVO DIGITAL. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SODR%C3%89,%20Lauro.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2022.

²⁴⁴ Ibidem.

mudar sua candidatura para o Distrito Federal e foi eleito novamente ao Congresso como senador, após empreender uma campanha relâmpago de apenas sete dias²⁴⁵.

Foi no cargo de senador que Lauro Sodré se tornou uma das lideranças da oposição ao governo do presidente Rodrigues Alves, tendo sido um dos “cabeças” da tentativa fracassada de golpe militar contra o paulista durante a Revolta da Vacina. Por conta de sua participação na conspiração, foi preso e ficou encarcerado a bordo da escuna *Floriano*. Sodré seria libertado e anistiado somente em setembro de 1905 – portanto, quase um ano após a revolta. Após estes eventos, deu continuidade à sua carreira política e militar, tendo alcançado o posto de general e sido eleito novamente para o Senado e para o governo estadual do Pará²⁴⁶.

Conforme é possível perceber por sua extensa biografia, a formação de Lauro Sodré envolveu o contato constante com militares ligados à causa republicana, tais como Benjamin Constant. Foi provavelmente a partir do contato com estes militares, concretizados em sua formação na Escola Militar da Praia Vermelha, que Sodré desenvolveu sua admiração por uma ideia de República autoritária, militarizada e, ao mesmo tempo, paternalista. Todo este projeto político, que nesse trabalho chamo de paternalista-autoritário, foi derrotado e afastado do poder nas eleições de 1894, momento em que as oligarquias latifundiárias civis se apoderaram da máquina do Estado brasileiro e puseram em prática governos baseados no liberalismo e no federalismo.

Muitos adeptos desse republicanismo autoritário e paternalista, no entanto, continuaram presentes na política, atuando como oposição aos governos oligárquicos que se sucediam. Foi este o caso de Lauro Sodré e de outros personagens importantes, como o deputado federal e também militar Barbosa Lima. O paraense incomodava tanto as oligarquias que foi vítima de uma articulação governista para impedir sua candidatura ao senado pelo estado do Pará. Sua participação na tentativa de golpe de Estado contra Rodrigues Alves, portanto, pode ter tido não apenas caráter ideológico, como também ares de vingança pessoal contra aqueles que o prejudicaram.

Em sua vida política baseada na oposição às oligarquias latifundiárias que governaram o Brasil durante boa parte da Primeira República, Lauro Sodré pode ter encontrado no *Correio da Manhã* de Edmundo Bittencourt um importante aliado. As articulações entre os dois homens podem ter sido intermediadas por políticos que também trabalhavam para o

²⁴⁵ Ibidem.

²⁴⁶ Ibidem.

jornal, como Medeiros e Albuquerque que, como vimos, era um republicano de tendências florianistas – assim como Sodré – que foi deputado federal e colaborador do *Correio*.

Os objetivos de Sodré e Bittencourt, ambos opositores dos governos oligárquicos, eram complementares e possibilitavam uma simbiose, uma aliança que traria benefícios para ambos. Para o militar e senador, ter um veículo de comunicação de alcance tão grande como o *Correio da Manhã* ao seu lado, divulgando suas ações na política institucional e defendendo ideias semelhantes às suas, era uma excelente maneira de conseguir mais apoio popular para derrotar as oligarquias que repudiava e, assim, alcançar o poder. E para o gaúcho, quais seriam os benefícios desta aliança? Conforme Marialva Barbosa, os dirigentes dos grandes jornais eram temidos pelos grupos dominantes, uma vez que:

(...) podiam influenciar na divulgação de ideias para um público cada vez mais vasto. Esse medo provocava alianças, seja com os que já estavam no poder ou, no caso do *Correio da Manhã*, com aqueles que almejavam alcançá-lo.²⁴⁷

Ainda segundo a mesma autora:

Com as alianças políticas e econômicas com grupos dominantes, onde também se inseriam, [os dirigentes dos jornais] tornavam-se porta-vozes dessas elites. O passo seguinte era a fundação de um novo jornal que cumpriria o papel de divulgador do pensamento desses grupos. Ser dono do jornal, entretanto, não era, a maioria das vezes, o ponto culminante na carreira desses homens, mas um estágio anterior ao ingresso efetivo na política ou na diplomacia, o que só seria possível pelo poder que detinham como proprietários ou dirigentes desses periódicos. Quando isso não ocorria, invariavelmente ocupavam também uma posição de prestígio junto ao poder, sendo intermediários de negócios vultosos, conselheiros ministeriais ou representantes do governo junto a organismos internacionais. Tornavam-se, pois, porta-vozes oficiais do próprio poder.²⁴⁸

Entendo que, da mesma maneira que João Lage e *O Paiz* se tornaram porta-vozes das oligarquias que governavam o Brasil durante a Primeira República, Edmundo Bittencourt e o *Correio da Manhã* se tornaram, na grande imprensa, os principais porta-vozes do grupo político que se opunha aos governos oligárquicos, defendia o projeto paternalista-autoritário e planejava tomar o poder – grupo este que tinha Lauro Sodré entre seus líderes. Uma possível aliança entre Lauro Sodré e Edmundo Bittencourt daria a este último a oportunidade de, em caso de uma eventual tomada do poder por parte de seus aliados, ocupar cargos políticos e diplomáticos. Caso não conseguisse diretamente cargos, poderia ter posição de prestígio junto aos governantes e receber gordos negócios ou somas de dinheiro – tal como era a relação entre Lage e os governos oligárquicos.

²⁴⁷ BARBOSA, Marialva. Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro, 1880-1920. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996. v. 1, cap. 2, p. 87.

²⁴⁸ *Ibidem*, p. 92.

Deste modo, uma vitória da oposição daria a Bittencourt dois triunfos: um político e um pessoal. Por um lado, sairiam de cena as oligarquias que tanto odiava e um grupo afinado à sua orientação política e ideológica ocuparia o poder; por outro, ainda desfrutaria de altos cargos ou, no mínimo, de prestígio junto aos novos governantes.

Em conformidade com minhas hipóteses, as relações entre o *Correio da Manhã* e Lauro Sodré foram baseadas em vários elogios do periódico às atuações do senador durante as polêmicas em torno da vacinação obrigatória. Sodré, assim como o jornal de Bittencourt, se opôs ao projeto de lei que propunha a imunização compulsória da população contra a varíola, o qual era apoiado pelo Governo Federal. Sua militância contra a obrigatoriedade da vacinação ganhou grande destaque no *Correio*, que tentou construir a imagem do senador como uma liderança carismática e patriótica.

No contexto da construção da Liga Contra a Vacinação Obrigatória, por exemplo, o periódico de Bittencourt não poupou palavras pomposas para se referir a Sodré. O jornal procurou destacar suas qualidades de liderança e oratória, afirmando que os discursos do senador provocaram “os mais entusiasticos applausos de todas as classes sociaes”²⁴⁹. O periódico pareceu querer construir a imagem do militar paraense como uma grande liderança popular: deste modo, Sodré foi descrito pelo *Correio* como um “illustre brasileiro” que, “indo ao encontro das aspirações do povo, ainda uma vez demonstrou a identidade de pensar com a grande maioria da nação, absolutamente contraria ao estado de coisas actual.”²⁵⁰. O “eminente senador” também foi caracterizado pelo periódico em questão como sendo um líder dotado de “admiravel patriotismo” e capaz de fazer um “vibrante discurso” que “abria novos horizontes aos direitos do povo brasileiro”²⁵¹.

Era interessante ao periódico construir também a noção de que existia uma grande identificação entre Sodré e as massas populares. Além da ênfase dada à boa recepção das massas populares aos discursos do militar, o *Correio* procurou ressaltar também as ocasiões em que os revoltosos aclamavam e davam vivas a seu nome enquanto marchavam pelas ruas do Rio de Janeiro. Na edição do dia 13 de novembro de 1904, por exemplo, o jornal oposicionista noticiou que, no dia anterior, “Numeroso grupo passava (...) pela rua do

²⁴⁹ *Correio da Manhã*, 12 nov. 1904, p. 1.

²⁵⁰ *Ibidem*.

²⁵¹ *Correio da Manhã*, 13 nov. 1904, p. 1.

Theatro, ás 8 horas da noite, dando vivas ao dr. Lauro Sodré.”²⁵². Buscava-se, desta forma, construir a imagem de um líder político conectado com o povo.

Após a Revolta da Vacina, o *Correio da Manhã* se empenhou em defender Sodré, que estava encarcerado por sua participação na tentativa de golpe militar contra Rodrigues Alves²⁵³. Em coluna publicada na edição do dia 20 de janeiro de 1905, Edmundo Bittencourt em pessoa referiu-se ao paraense como “um amigo”, caracterizando-o como um “honrado cidadão”. O proprietário do periódico oposicionista, tentando se colocar acima de qualquer suspeita quanto a seu possível apoio à conspiração golpista que havia fracassado, acusou outros militares de terem incitado o senador a participar da tentativa de ruptura institucional:

Deus sabe quantas vezes tenho contido os ímpetos da minha indignação, quando vejo a pessoa de um amigo como Lauro Sodré, ser cruelmente, vilissimamente infamada por uns infelizes, tão abjectos, que nem ao menos sabem respeitar a desventura de um vencido, entregue á serenidade da justiça. Deus sabe quanto me tem custado calar deante da vileza, ainda maior, de meia duzia de coroneis e generaes poltrões e trahidores que incitaram e impelliram, talvez, o honrado cidadão a um acto para o qual, eu que o conheci sempre desinteressado, não encontro a menor explicação, os quaes, agora, ahi estão tremulos de medo a fingir dedicação ao governo para o atraíçoar no primeiro momento.²⁵⁴

Bittencourt, por sinal, foi investigado pelas autoridades republicanas por seu suposto envolvimento com a conspiração golpista. Em 1905, foi preso²⁵⁵ e prestou depoimento a uma comissão militar encarregada de investigar os acontecimentos de novembro de 1904²⁵⁶. Perguntado pelos investigadores se era amigo ou parente de algum dos réus presos por terem participado da tentativa de golpe militar, o proprietário do *Correio da Manhã* respondeu que conhecia apenas Lauro Sodré, de quem era amigo²⁵⁷.

Não é possível determinar com precisão em que momento teve início a amizade entre Edmundo Bittencourt e Lauro Sodré. No entanto, o proprietário do *Correio da Manhã* não escondia que mantinha boas relações com o senador e militar paraense que havia sido uma das lideranças da Revolta da Vacina e era um dos principais representantes da corrente política paternalista-autoritária. É provável que a amizade entre estes dois homens tenha sido naturalmente fruto das semelhanças entre seus posicionamentos políticos, e que ela possa ter se desenvolvido a partir das intermediações feitas pelos políticos que andavam com Sodré no Congresso Nacional e colaboravam no periódico de Bittencourt.

²⁵² Ibidem, p. 1.

²⁵³ LEAL, Carlos Eduardo. op. cit.

²⁵⁴ *Correio da Manhã*, 20 jan. 1905, p. 1.

²⁵⁵ Ibidem, p. 1.

²⁵⁶ *Correio da Manhã*, 24 jan. 1905, p. 1.

²⁵⁷ Ibidem, p. 1.

Fazendo jus a uma bela relação de amizade, a edição do *Correio da Manhã* lançada no dia 5 de setembro de 1905 continha uma cobertura especial da anistia concedida a Lauro Sodré no dia anterior. Uma sessão inteira, cujo título “A AMNISTIA: Apotheose ao dr. Lauro Sodré” estava escrita com letras garrafais na primeira página, foi dedicada a narrar a libertação do homem que, nas palavras do jornal, simbolizava para o povo “a fé nos futuros destinos desta Republica, ingrata, madrasta, saturniana.”²⁵⁸. O periódico, na ocasião, procurou mais uma vez destacar a grande popularidade de Lauro Sodré entre as massas populares e rasgou inúmeros elogios ao senador:

Foi uma verdadeira apotheose. Quem hontem ás 7 horas da noite assistisse neste centro concorrido e luminoso da rua Ouvidor á explosão do entusiasmo popular e fosse estrangeiro e não conhecesse a generosidade do nosso povo, perguntaria a si mesmo se o homem que despertava tamanhas e tão vibrantes ovações não era um dos grandes chefes da politica dominante, um ministro poderoso ou o proprio chefe do Estado. E ficaria surprehendido e commovido ao saber que o homem tão sincera e entusiastamente festejado era, sim, um dos cidadãos mais dignos do paiz. Um dos homens políticos que de mais largo e justo prestigio estão rodeados em todo o Brasil, mas era um homem que acaba de passar nove mezes e meio detido como um criminoso a bordo de um vaso de guerra, guardado á vista, sem liberdade de comunicação nem mesmo com as pessoas de sua familia.²⁵⁹

Diante de tantas evidências históricas, fica comprovada a existência de uma excelente relação entre dois personagens tão importantes para este trabalho: Edmundo Bittencourt e Lauro Sodré. Amigos e, muito provavelmente, também aliados políticos: era assim a conexão entre o proprietário do *Correio da Manhã* e o senador paraense. Acima de tudo, o jornal em questão se constituiu como representante e porta-voz do projeto político paternalista-autoritário – do qual Sodré era um dos líderes – na grande imprensa carioca. Não é possível precisar com exatidão o que teria ocorrido se a conspiração militar liderada por Sodré tivesse sido bem sucedida, mas é provável que, conforme a hipótese de Marialva Barbosa já apresentada em páginas anteriores²⁶⁰, Bittencourt e seu periódico passassem a desfrutar de privilégios junto aos novos donos do poder.

2.4. Política institucional e grande imprensa: mundos conectados

O presente capítulo lançou mão de muitas biografias. Analisamos os perfis de importantes dirigentes e jornalistas do *Correio da Manhã* e do *O Paiz*, bem como os de

²⁵⁸ *Correio da Manhã*, 05 set. 1905, p. 1.

²⁵⁹ *Ibidem*, p. 1.

²⁶⁰ BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro, 1880-1920*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996. v. 1, cap. 2, p. 87; p. 92.

alguns destacados políticos da Primeira República. Em que isto se encaixa nos objetivos do trabalho? Ora, se desejamos investigar como as disputas políticas em vigor nos primeiros anos da República brasileira se manifestavam na grande imprensa carioca da época, é preciso entender as conexões entre ambos os mundos: o periodismo e a política institucional.

Afinal, os dirigentes dos grandes periódicos cariocas da Primeira República, cada vez mais comprometidos com a nova realidade empresarial que tomava conta do jornalismo, não viviam enclausurados nas salas de chefia de suas empresas. Oriundos principalmente das faculdades de Direito, eles possuíam relações frutíferas com pessoas que se encontravam nos círculos de poder. Proprietários de jornais situacionistas, como era o caso do português João Lage do *O Paiz*, estavam constantemente em contato com representantes dos grupos governantes, em busca de acordos que beneficiassem suas empresas em troca de louvores aos dirigentes da nação. Muitas vezes, homens que trabalhavam nestes jornais eram eles mesmos políticos e intermediavam os contatos entre os proprietários dos periódicos e os círculos do poder. Lage, por exemplo, não atuava sozinho, e sim estava cercado por altos funcionários de seu periódico que eram ou já haviam sido deputados ou burocratas. Estes homens, como Dunshee de Abranches, muito provavelmente utilizaram seus prestígios e suas redes de contatos para favorecerem o jornal em que trabalhavam.

Os dirigentes dos grandes jornais oposicionistas, por sua vez, precisavam ter boas relações com os grupos que tinham atuação semelhante à deles no Congresso Nacional. Foi possível esmiuçar, neste capítulo, a relação de aliança e amizade entre Edmundo Bittencourt, proprietário do jornal *Correio da Manhã*; e Lauro Sodré, militar, senador da República e um dos líderes da oposição aos governos oligárquicos que administraram o Brasil entre 1894 e 1930. O paraense era também, em meu entendimento, um dos principais defensores do projeto político paternalista-autoritário – projeto este do qual o *Correio* se tornou um ardoroso porta-voz na grande imprensa carioca. Atuando juntos na oposição às oligarquias, Bittencourt e Sodré almejavam o poder, onde já estavam Lage e os latifundiários: o militar queria governar o país e resgatar o modelo florianista de República, ao passo que o jornalista – que compartilhava da mesma ideologia que seu camarada – muito provavelmente desejava ser nomeado para altos cargos políticos em caso de vitória de seu aliado.

O segundo capítulo desta dissertação evidenciou, portanto, o lugar social dos grandes periódicos que circulavam no Rio de Janeiro durante a Primeira República. Não se tratavam de empresas isoladas do restante da sociedade, mas sim de organizações políticas chefiadas

por agentes políticos. No caso dos jornais situacionistas, os donos, os chefes de redação, dentre outras figuras importantes, tinham acesso direto à máquina pública e contato constante com aqueles que a comandavam. Muitos dos altos funcionários destes jornais eram, eles mesmos, políticos, e intermediavam as relações entre os órgãos de informação e o poder público. Já nos jornais da oposição, como o *Correio da Manhã*, era importante para seus principais personagens se manterem no jogo por meio da proximidade com políticos da oposição, algo evidenciado pela proximidade entre Edmundo Bittencourt e o senador Lauro Sodré. O que quis demonstrar foi, acima de tudo, a existência de uma extensa rede de sociabilidade que conectava os personagens da imprensa aos personagens da política institucional.

Entendidas as relações sociais entre os principais personagens do *Correio da Manhã* e do *Paiz* e o mundo da política institucional – fosse este mundo o da situação liberal-oligárquica ou o da oposição paternalista-autoritária – podemos enfim chegar ao terceiro e último capítulo desta dissertação. Nele, analisaremos como as disputas políticas da Primeira República se manifestaram especificamente nas coberturas jornalísticas que estes dois grandes periódicos fizeram da Revolta da Vacina, evento que expressou, na prática, as divisões da sociedade brasileira entre diferentes projetos de país. De um lado, as oligarquias latifundiárias adeptas de um liberalismo excludente que governavam o Brasil e tinham no *O Paiz* um de seus principais representantes na grande imprensa carioca. De outro lado, os adeptos do projeto político paternalista-autoritário – em sua maioria, militares descontentes com os governos oligárquicos e que viam com bons olhos a implantação de um modelo de República autoritário e capaz de tutelar as classes populares. Nas ruas, este último grupo se aliou às camadas populares revoltadas; na imprensa, eles foram representados pelo *Correio da Manhã*.

Como a adesão destes dois grandes periódicos aos projetos políticos em disputa na Primeira República e, mais especificamente, na Revolta da Vacina, afetou suas narrativas sobre este evento? É o que pretendo descobrir adiante.

3. CAPÍTULO 3. A REVOLTA DA VACINA NAS PÁGINAS DO *CORREIO DA MANHÃ* E DO *PAIZ*

Ao longo da construção desta dissertação, como já foi demonstrado nos dois últimos capítulos, destaquei o embate entre dois grandes projetos republicanos que existiam na Primeira República: o liberal-oligárquico, que regeu os governos brasileiros entre 1894 e 1930; e o paternalista-autoritário, que fez oposição a este último e buscou tomar o poder. A partir da identificação desses projetos antagônicos, analisei os periódicos *O Paiz* e *Correio da Manhã* e pude observar que o periódico *O Paiz* e seus principais personagens, como o proprietário João Lage e o redator-chefe Dunshee de Abranches, atuaram em prol do projeto liberal-oligárquico, assumindo a defesa do situacionismo pós-1894. Já o *Correio da Manhã*, de Edmundo Bittencourt, associou-se ao projeto paternalista-autoritário, colocando-se na oposição aos governos oligárquicos e atuando em conjunto com opositores destes, como o senador Lauro Sodré.

Era importante para a minha pesquisa analisar um evento histórico ocorrido na Primeira República no qual fosse possível localizar mais facilmente, na grande imprensa do Rio de Janeiro, os embates entre esses dois projetos republicanos de país. Optei, então, por utilizar a Revolta da Vacina (1904) não como tema principal do trabalho, mas sim como recorte temporal da pesquisa. Deste modo, eu poderia analisar as coberturas jornalísticas que os dois grandes periódicos analisados por mim (*O Paiz* e *Correio da Manhã*, cada um se associando a um projeto político distinto) fizeram do evento em questão.

No presente capítulo, buscarei justamente fazer a análise da cobertura jornalística que *O Paiz* e o *Correio da Manhã* fizeram da Revolta da Vacina. Tendo em vista a adesão destes periódicos a projetos políticos distintos e antagônicos, meu intuito será entender como cada jornal interpretou a revolta e como cada um representou os revoltosos e o povo carioca em geral ao longo de suas narrativas acerca do evento. Buscarei entender também a direção que cada impresso pretendia dar à sedição – considerando a força política dos grandes meios de comunicação e a influência destes sobre as massas populares. Deste modo, será possível entender como a adesão do *Correio da Manhã* e do *Paiz* a projetos políticos antagônicos moldou o entendimento destes periódicos em relação à revolta.

Evidentemente, as diferenças de posicionamento se refletiram nas narrativas criadas por ambos os jornais acerca do evento analisado. Por meio da pesquisa, pude perceber que, enquanto *O Paiz* entendia a sedição como sendo o resultado de uma instrumentalização

manipuladora das massas populares cariocas por parte das oposições ao governo, que procuravam desestabilizá-lo e possuíam ambições golpistas; o *Correio da Manhã* a encarava como um levante legítimo de uma população cansada de tantas arbitrariedades e revoltada com a obrigatoriedade da vacinação.

As diferentes narrativas criadas por ambos os periódicos acerca da Revolta da Vacina servem como base para entender como cada jornal encarava os revoltosos e o povo carioca em geral. Ao situar a revolta popular como “massa de manobra” das oposições, *O Paiz* transmitiu, nas entrelinhas, a sua interpretação de que as camadas populares não tinham capacidade para se organizarem e se revoltarem sozinhas, necessitando de uma liderança política externa a ela que teria supostos interesses escusos. Por conta disso, os revoltosos eram adjetivados pelo jornal em questão como “turbulentos”²⁶¹, “desocupados”, “mazorqueiros”²⁶², até para descredibilizar o movimento.

Já o *Correio da Manhã*, entendendo a revolta como tendo sido legitimamente uma reação popular aos desmandos do governo, deu razão aos rebeldes, algo que também se traduziu na adjetivação destes. Conforme José Murilo de Carvalho, o jornal em questão se referia às massas revoltadas utilizando termos como “o povo” e “os populares”, com o objetivo de referendar suas ações e “demonstrar a identidade social e de interesses entre a população em geral e os militares, a fim de legitimar a tomada de poder pelos últimos.”²⁶³. Em suma, a maneira como cada jornal entendia a revolta influenciava diretamente a maneira como caracterizavam os revoltosos e demonstravam suas visões sociais mais amplas a respeito do povo carioca. Nesse sentido, é possível concluir que *O Paiz* e o *Correio da Manhã* são fontes privilegiadas para analisar o que pensavam os adeptos de cada projeto político antagônico a respeito dos sujeitos sociais das camadas populares da então capital federal.

Para concluir esta primeira parte do capítulo, devo ressaltar que a realidade da época estudada influenciou a disponibilidade de fontes para a pesquisa: em meio à revolta, o *Correio da Manhã*, por seu caráter ferrenhamente oposicionista, foi fechado pelas autoridades, aproveitando-se estas da promulgação do Estado de Sítio pelo Governo Federal. Sendo assim, o jornal não circulou nos dias 16 e 17 de novembro de 1904, lançou uma edição no dia 18 e depois voltou a circular apenas do dia 15 de dezembro em diante. *O Paiz*, por ter postura

²⁶¹ *O Paiz*, 12 nov. 1904, p. 2.

²⁶² *O Paiz*, 13 nov. 1904, p. 1.

²⁶³ CARVALHO, José Murilo de. Cidadãos ativos: a Revolta da Vacina. In:_____. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 108.

situacionista, não enfrentou o mesmo problema, e por isso foi possível analisar mais edições do mesmo.

3.1. Antes da revolta, os debates acalorados: reformas urbanas e vacinação

Nos meses anteriores à aprovação da lei que tornava obrigatória a vacinação contra a varíola (outubro de 1904)²⁶⁴ e à subsequente revolta (novembro do mesmo ano), houve intensos debates nas páginas do *Correio da Manhã* e do *O Paiz* a respeito da eficácia e da segurança das vacinas e sobre as reformas urbanas pelas quais passavam a capital federal. Analisando esses debates, é possível perceber o posicionamento de cada jornal sobre esses assuntos. Obviamente, suas opiniões refletiam suas respectivas linhas políticas, muitas vezes escancaradas nas colunas e artigos.

O *Correio da Manhã* se colocava firmemente contra as reformas urbanas em andamento na capital federal – ou ao menos contra a maneira com a qual elas estavam sendo conduzidas. Em artigo publicado na primeira página da edição do dia 1 de setembro de 1904, o primeiro redator-chefe do jornal, Leão Veloso Filho – sob o pseudônimo de Gil Vidal²⁶⁵ – afirmava que “Nas demolições, não houve o menor cuidado em benefício do público”, de modo que as reformas deram ao Rio de Janeiro “o aspecto desolador de uma cidade a que acaba de abalar um terremoto”²⁶⁶. Ao mesmo tempo, atacava também as políticas sanitárias adotadas pelo governo, chamando de “Código de torturas”²⁶⁷ as medidas que, dentre outras coisas, permitiam a entrada forçada dos agentes de saúde nas residências para que possíveis focos de doenças infecciosas fossem eliminados²⁶⁸. Afirmava que os atos do governo eram autoritários e que os regulamentos sanitários eram inconstitucionais²⁶⁹.

Na argumentação de Veloso Filho, é possível encontrar a defesa dos direitos dos cidadãos pertencentes às classes populares, direitos estes que estariam sendo atacados pela suposta ação tirânica do governo baseada no sanitarismo. O *Correio da Manhã* enxergava os trabalhadores cariocas não como apenas mão de obra barata e desprezível, mas como sujeitos

²⁶⁴ CARVALHO, José Murilo de. Cidadãos ativos: a Revolta da Vacina. In: _____. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 92.

²⁶⁵ Conforme LEAL, Carlos Eduardo. *Correio da Manhã*. FGV CPDOC – ACERVO DIGITAL. Disponível em: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-manha>>. Acesso em: 31 jan. 2022.

²⁶⁶ *Correio da Manhã*, 01 set. 1904, p. 1.

²⁶⁷ *Ibidem*.

²⁶⁸ Conforme BIOGRAFIA: Trabalho e Justiça. IOC/FIOCRUZ, 2017. Disponível em: <<https://www.ioc.fiocruz.br/oswaldoinspira/trabalho.html>>. Acesso em: 31 jan. 2022.

²⁶⁹ *Correio da Manhã*, 01 set. 1904, p. 1.

que possuíam direitos, os quais não eram levados em consideração pelos governos oligárquicos.

Fica evidente no discurso de Veloso Filho a preocupação com o bem-estar da população, ao se ressaltar que os projetos de reforma urbana (resumidos na palavra “demolições”) não levaram em conta as necessidades dos cariocas²⁷⁰. O *Correio da Manhã* procurava se posicionar, mesmo que entrelinhas, enquanto um periódico que defendia as causas populares e parecia se importar com os rumos da população mais vulnerável.

Nesse sentido, o povo carioca foi retratado pelo jornal como vítima dos desmandos e arbitrariedades do governo. Exemplo disso é a coluna “Proezas da Hygiene: mais duas mortes”, publicada na mesma edição do dia 1 de setembro, a qual noticiou com ares de dramaticidade que duas pessoas haviam sido mortas por agentes de saúde pública – apelidados de “delegados do dr. Oswaldo”²⁷¹ – durante a inspeção de uma casa: um homem com suspeita de peste teria morrido após duas agulhas de uma injeção aplicada pelos funcionários terem quebrado em seu braço, e uma senhora com a suspeita da doença teria morrido devido ao pânico vivido enquanto presenciava os acontecimentos. A descrição dos fatos foi feita de maneira um tanto quanto sensacionalista e buscou destacar as supostas injustiças cometidas e o sofrimento vivido pela família. Diante da morte da senhora:

Os doutores da Hygiene, anciosos por descobrir um novo caso de peste, não hesitaram em profanar o corpo da respeitável senhora, em busca do almejado bacillo de Yersin. E o fizeram aproveitando-se da ausencia do dono da casa, fechando os ouvidos aos protestos da esposa deste, e trancando-se na sala em que se achava o cadaver, sem deixar que os acompanhasse uma só pessoa da familia!²⁷²

O retrato do drama vivido pela família em questão mostra outro ponto interessante a respeito das coberturas jornalísticas do *Correio da Manhã*: o interesse que este periódico tinha em falar de gente. Para o impresso de Edmundo Bittencourt, era interessante ressaltar que o povo não era apenas uma abstração contida em palavras como “massas”, mas sim uma categoria composta por pessoas de carne e osso, que tinham vida, trabalhavam, sentiam medo, viviam episódios dramáticos e tinham direitos. Tratava-se de uma visão diferente em relação à do *Paiz* que, como veremos adiante, referia-se à população de maneira abstrata e generalizante.

²⁷⁰ *Correio da Manhã*, 01 set. 1904, p. 1.

²⁷¹ O jornal se referiu a Oswaldo Cruz, que na ocasião era diretor do Serviço de Saúde Pública e comandava as campanhas sanitárias contra doenças infecciosas no Rio de Janeiro (conforme CARVALHO, 2019, p. 89-91).

²⁷² *Correio da Manhã*, 01 set. 1904, p. 2.

É importante notar também que o *Correio da Manhã* se colocava enquanto detentor do mesmo ponto de vista do povo, de modo a criar uma sintonia, uma identificação, entre a empresa e a população. Em outras palavras, o periódico colocava suas opiniões como sendo aquelas reinantes e consensuais entre os cariocas. Como a corrente política adotada pelo *Correio* era oposicionista, nas páginas deste jornal as classes populares também constituíam oposição à Rodrigues Alves e seus aliados. Portanto, elas, assim como o jornal, também estavam insatisfeitas com as reformas urbanas e sanitárias.

O Paiz utilizava a mesma estratégia: colocava a sua opinião como sendo aquela que era supostamente um consenso entre a população. No entanto, este jornal utilizava o recurso em questão para exaltar as reformas urbanas. Na edição do dia 3 de setembro de 1904, afirmava o jornal que:

Têm proseguido com extraordinaria actividade os trabalhos da Avenida Central. De dia para dia a população vai tomando maior interesse por esse grande empreendimento, formando grupos nas esquinas, commentando a presteza com que a obra vai sendo feita, começando a comprehender, com as demolições já concluídas, a directriz da grande artéria, tão discutida e tão calumniada.²⁷³

Aqui, o retrato construído acerca do povo carioca era outro. A população da cidade parecia estar cada vez mais interessada – no bom sentido – nas reformas em andamento, e finalmente dava sinais de estar entendendo a magnitude daquilo que estava presenciando. Havia elitismo no discurso, já que o jornal parecia querer demonstrar que os cariocas haviam demorado a compreender as obras e só começaram a se dar conta do que estavam presenciando quando elas estavam perto de serem concluídas – afinal, a inauguração do eixo da Avenida Central ocorreria quatro dias depois da notícia em questão ser publicada. Mas podemos notar, de qualquer modo, a mesma estratégia utilizada pelo *Correio da Manhã*: a opinião do jornal estava na boca do povo. Se *O Paiz* apoiava as reformas, a população retratada em suas páginas, de maneira generalizada, cultivava o mesmo pensamento. E essa população parecia ser, para os redatores do jornal situacionista, uma massa abstrata que pensava da mesma forma. Não encontramos no *Paiz* as pessoas em carne e osso que vemos no *Correio da Manhã*, mas sim um organismo amorfo e indivisível, abstrato e manipulável. Era a visão de um jornal que representava as oligarquias adeptas de uma ideologia liberal e excludente, que acreditavam ser o povo uma massa burra e alienada a qual só servia para trabalhar e deveria ser expulsa do centro da capital da República e enviada para os subúrbios.

²⁷³ *O Paiz*, 03 set. 1904, p. 1.

Como arquétipo de periódico simpático ao governo, *O Paiz* expressava, em suas páginas, as ambições e desejos pró-reformas das oligarquias cariocas e nacionais, adeptas do projeto político liberal-oligárquico e defensoras de uma modernização excludente. Deste modo, os sentimentos e projetos da burguesia eram também generalizados e transplantados para a população como um todo, de modo que a impressão passada era a de que a sociedade inteira apoiava aquilo que as classes dominantes defendiam para a cidade do Rio de Janeiro. Exemplo desta situação pode ser notado em trecho da edição do dia 6 de setembro de 1904:

Era ha muito uma das aspirações do nosso povo, a de que o Rio de Janeiro se transformasse numa cidade mais bonita, mais digna da civilização americana, e pudesse disputar às outras capitães do continente a palma da elegância, da riqueza e do conforto. (...) Do resultado das combinações dos esforços dos trabalhadores [das reformas] tera uma prova cabal a população desta cidade, que, a despeito dos prognosticos pessimistas, já vai manifestando grande entusiasmo pela abertura da Avenida Central.²⁷⁴

Neste trecho, as aspirações governistas e burguesas em prol da modernização da capital federal são apresentadas como “aspirações do nosso povo”. Não é possível, atualmente, medir rigorosamente a popularidade das reformas urbanas entre a população carioca da época. O jornal, todavia, não apresenta referências para comprovar que havia, de fato, tal desejo popular pelas transformações do Rio. Sabe-se, sim, que a modernização da cidade era desejo antigo das classes dominantes – algo perceptível no Manifesto à Nação divulgado pelo presidente Rodrigues Alves quando empossado em novembro de 1902, no qual o chefe de Estado defendeu que a reforma da capital era fundamental para que a cidade atraísse imigrantes, capitais e empreendimentos²⁷⁵. Sendo assim, conclui-se que os interesses da burguesia dominante eram colocados pelo jornal como interesses da sociedade inteira, sem diferenciação ou antagonismo entre classes.

O jornal governista também aproveitava sua cobertura acerca das obras para elogiar, sempre que podia, o governo da capital federal e o governo do país, colocando-os como líderes e condutores de uma nação que se civilizava rapidamente:

Vão surgindo, por toda a parte, como por encanto, as obras de embelezamento com que o Dr. Passos, illustre prefeito do Districto Federal, está dotando esta capital. O digno administrador da capital brasileira, com a clarividencia incontestavel e com o zelo e a pertinaz preocupação de melhorar a cidade, saneando-a, reformando-a, levantando-a até ao nível das mais formosas capitães, não se detem nos trabalhos começados, que são muitos, inicia outros, desenvolve-os, acaba-os e vai, sem que se

²⁷⁴ *O Paiz*, 06 set. 1904, p. 2.

²⁷⁵ BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 255.

sinta quasi, transfigurando isto aqui em um formoso centro de civilização e progresso.²⁷⁶

Os adjetivos direcionados à Pereira Passos (“ilustre”, “digno”) e a descrição de suas qualidades (“clarividência incontestável”) demonstram que o periódico, de fato, não tinha vergonha em se assumir abertamente enquanto uma folha que nutria enormes simpatias ao grupo que se encontrava no poder. Mas este trecho comprova, mais do que isso, o que eram as reformas urbanas para os governistas: a chave para tornar o Rio de Janeiro, capital da República, em um centro mundial do mundo civilizado – algo condizente com a ideologia liberal dominante em tempos de *Belle Époque*. Se para o *Correio da Manhã* as reformas faziam o Rio de Janeiro parecer uma cidade chacoalhada por um terremoto, para *O Paiz*, elas elevavam o nível da capital brasileira, que passava a se comparar, conforme as demolições eram realizadas e as grandes avenidas eram abertas, às “mais formosas capitais”.

Por sinal, os embates entre os dois jornais não ficavam apenas no campo das diferenças de ideias e das maneiras de se noticiar os acontecimentos: eles eram feitos, muitas vezes, de forma praticamente explícita para os leitores. Não era incomum que o *Correio* ou o *Paiz* fizessem referências um ao outro para, em seguida, tecerem pesadas críticas ao rival. No debate em torno das reformas urbanas, isso aconteceu. Na mesma edição do dia 3 de setembro, *O Paiz* trazia a seguinte informação:

Da esquina da rua do Ouvidor já se descortina em toda a sua magestade o cume gracioso do Pão de Assucar e ja se sente a viração recebida directamente da barra, o que faz crer que depois de completamente rasgada, a avenida contribuirá de modo efficaz para melhorar as condições de ventilação do centro da cidade, que tanto carecia desse banho de ar.²⁷⁷

No dia seguinte, o *Correio da Manhã* transcreveu este trecho em sua coluna “Os trabalhos da Avenida”, apenas para criticá-lo pesadamente. Referindo-se ao *Paiz* simplesmente como “uma folha”²⁷⁸, os redatores desmentiram categoricamente as afirmações, utilizando para isso dados arquitetônicos e meteorológicos:

Isto se disse hontem, quando ainda estavam de pé os dois predios contíguos á esquina da rua do Ouvidor e dos Ourives, e que obstaríam ao curso directo de uma corrente de ar na direcção do eixo da avenida; isto se disse depois de alguns dias em que os ventos locaes têm estado variaveis e durante os quaes foi completa a ausencia da brisa periódica do mar, chamada viração; isto se disse após alguns dias de média da temperatura extremamente baixa, razão do fresco relativo que se sentia na cidade; isto se disse justamente no periodo das demolições, em que se tornou mais incómoda, para os transeuntes da rua do Ouvidor, aquella zona, mergulhada em

²⁷⁶ *O Paiz*, 05 set. 1904, p. 1.

²⁷⁷ *Ibidem*.

²⁷⁸ *Correio da Manhã*, 04 set. 1904, p. 1.

um turbilhão de poeira, desde que se activaram dia e noite os trabalhos para a inauguração do dia 7.²⁷⁹

Além de refutar os elogios do *Paiz* às reformas, trazendo informações que levavam a crer que os mesmos eram falsos e forjados, o *Correio* aproveitou o espaço para atacar as obras. No caso, um dos efeitos colaterais das reformas urbanas – a espessa poeira resultante das demolições no centro da cidade – foi destacado com esse fim.

As reformas urbanas e sanitárias pelas quais passavam o Rio de Janeiro constituíram, assim, importante foco de embate na imprensa da capital. O periódico *O Paiz*, indo de acordo com o projeto político liberal-oligárquico comum entre as camadas dominantes da época, procurava destacar os benefícios arquitetônicos e ambientais das obras que estavam sendo realizadas e tentava demonstrar que a população se encontrava cada vez mais otimista com o projeto. Já a oposição, representada pelo *Correio da Manhã*, porta-voz do projeto político paternalista-autoritário na grande imprensa, procurava destacar as mazelas sociais das grandes obras que estavam sendo realizadas: argumentava que elas não trariam nada de positivo para boa parte da população e criticava os regulamentos sanitários, afirmando que estes violavam os direitos e garantias dos trabalhadores.

A vacinação obrigatória foi, certamente, o pivô das discussões mais apaixonadas entre os dois periódicos. Desde que Oswaldo Cruz assumira o comando da Diretoria Geral de Saúde Pública, em 1903, houve debates no Congresso Nacional a respeito de projetos de lei que tornariam a vacinação obrigatória²⁸⁰. A Câmara dos Deputados rejeitou as primeiras iniciativas²⁸¹, mas em junho de 1904²⁸², um grupo de senadores apresentou uma nova proposta em sua casa legislativa, que começou a tramitar²⁸³. O projeto em questão previa multas para quem recusasse a vacinação e a exigência de atestados de imunização para matrículas em escolas, acesso a empregos públicos, casamentos, viagens, dentre outras questões²⁸⁴. Foi o bastante para que a polêmica se instalasse em todos os setores da sociedade civil – e a imprensa, evidentemente, não ficou de fora das discussões.

O Paiz, como era de se esperar de um jornal governista, defendeu a obrigatoriedade da vacina, e chegou a fazer isso por meios didáticos. Na edição do dia 1 de setembro de 1904, a

²⁷⁹ Ibidem.

²⁸⁰ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *As barricadas da saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002. p. 16-18.

²⁸¹ Ibidem, p. 18.

²⁸² BENCHIMOL, Jaime. op. cit., p. 273.

²⁸³ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. op. cit., p. 18.

²⁸⁴ BENCHIMOL, Jaime. op. cit., p. 273.

coluna “Sinapismos”, escrita pelo cronista de pseudônimo Rigollot, trazia uma espécie de fábula que ensinava aos leitores os riscos de não se vacinar. A crônica em questão contava a história de um tal Bonifácio, suposto amigo do autor. Bonifácio era um sujeito que não acreditava em nada e aguentava calado a esposa e a sogra, que eram o oposto dele e acreditavam em tudo (eram, segundo a crônica, dentre outras coisas, “católicas”, “fetichistas”, “espiritistas”). Bonifácio, assim, teve de “suportar calado” missas, ladainhas, mesas girantes, orações para Iemanjá, dentre outros rituais em relação aos quais era cético.

Contudo, no dia em que sua sogra decidiu que era hora de todos se vacinarem contra a varíola, Bonifácio não se conteve: sua tolerância chegou ao fim. Diz a crônica:

Que lhe impingissem um Deus, que não era mais do que um homem de longas barbas brancas, ainda passava; mas que a D. Emerenciana lhe quizesse, á fina força, injectar pus de ferida de ubre de vacca no rico corpo, essa é que não ia!²⁸⁵

Bonifácio se recusou a tomar a vacina. Resultado: pegou varíola. Teimoso, recusou todos os tratamentos disponíveis contra a doença, e morreu. De forma irônica, o texto criticava as centenas de Bonifácios da sociedade carioca, que desacreditavam na ciência – ainda que a própria ciência, em 1904, não apoiasse de maneira unânime a vacinação como forma de combate à varíola²⁸⁶.

De qualquer maneira, Bonifácio era uma personagem criada pelo cronista para retratar uma importante parcela da população carioca. Era assim que *O Paiz*, defensor de um liberalismo abertamente excludente, retratava as camadas populares: de maneira abstrata, pouco definida, utilizando recursos narrativos que generalizavam milhares de pessoas em um arquétipo ignorante e desprovido de senso crítico. Não havia interesse, tal como existia no *Correio da Manhã*, em falar dos sofrimentos dos indivíduos, do povo enquanto conjunto composto por pessoas de carne e osso. Aqui, o cronista utilizou recursos narrativos para construir uma situação imaginária na qual as massas existiam como um organismo bruto, indivisível e sem inteligência – e assumiam a forma de Bonifácio.

Nas colunas do *O Paiz*, os autores lançavam diversos argumentos e estratégias para defender a obrigatoriedade da vacinação. Na edição do dia 2 de setembro, a coluna “O Dia”, assinada por Alcindo Guanabara sob o pseudônimo “Pangloss”²⁸⁷, relacionava a vacinação

²⁸⁵ *O Paiz*, 01 set. 1904, p. 2.

²⁸⁶ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. op. cit., p. 22-23.

²⁸⁷ Conforme MADEIRA, Fayga. Brasil e/na América Latina: o debate intelectual na construção da(s) identidade(s) brasileira e latino-americana no início do século XX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27, 2013, Natal. Anais [...]. Natal: ANPUH, 2013. p. 1-12. Disponível em:

obrigatória à educação obrigatória – sendo ambas as medidas apoiadas pelo colonista. Para o autor, não seria difícil para a população aceitar a vacinação obrigatória caso o ensino fosse obrigatório: bastaria ao poder público exigir o certificado de vacinação no ato da matrícula dos alunos nas escolas. O colonista defendia que o passo seguinte a ser dado à obrigatoriedade da vacinação seria o de decretar a obrigatoriedade do ensino, uma vez que:

O individuo analphabeto é um não valor social. O interesse da sociedade é que todos os indivíduos que a constituem, sejam aptos para o trabalho proficuo e capazes de esforço util. Para isso ella toma sobre si o encargo de lhes fornecer os meios indispensaveis a seu preparo intellectual, sem lhes pedir senão que se aproveite delles. Reconhecer-lhe o direito de o não fazer corresponde a impor aos outros a obrigação de supportar e manter verdadeiros parasitas, o que vale dizer que o analphabeto lesa a comunidade. E como aqui não ha que apellar para a persuasão, pois que não ha meio de persuadir a quem não sabe ler, a intervenção compulsoria é a unica que se pode dar.²⁸⁸

Neste trecho, nota-se a defesa da educação como forma de se almejar o progresso. Algo sem dúvida louvável e extremamente necessário, mas o tom adotado era elitista e pragmático: a pessoa só deveria ser educada para se tornar útil à sociedade e trabalhar bem, caso contrário ela seria considerada um parasita que lesaria a comunidade. Como importante parcela da sociedade brasileira era analfabeta em princípios do século XX, não seria exagero apontar aí uma condenação do jornal, por meio de seu colonista, às classes populares do país.

De qualquer modo, é importante observar neste trecho como Guanabara ligava em seu discurso, de maneira inteligente, dois debates importantes para o Brasil de 1904 – vacinação e educação – através do paradigma da obrigatoriedade. Em suma, defendia-se a obrigatoriedade da imunização como argumento para se defender também a obrigatoriedade do ensino, e se considerava a luta pela vacinação compulsória como uma campanha que poderia criar precedentes para outras lutas.

Buscando convencer a população – ou pelo menos seus leitores – acerca da importância da vacinação obrigatória, *O Paiz* lançava mão também das ferramentas estatísticas. Na edição do dia 7 de setembro, o jornal destacou que, dos 451 óbitos registrados no Rio de Janeiro durante a semana anterior, 269 haviam sido causados por doenças transmissíveis. O periódico procurou destacar o estrago feito pela varíola – doença para a qual se buscava a vacinação obrigatória – responsável por 174 mortes, mais de 38% do total de falecimentos:

<http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371317631_ARQUIVO_FaygaMadeira_AnpuhRN2013.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2022.

²⁸⁸ *O Paiz*, 02 set. 1904, p. 2.

Na semana finda, de 29 de agosto a 4 do corrente, deram-se nesta capital 451 obitos, dos quaes 269 foram produzidos por moléstias transmissíveis. Só de variola foram registrados 174 obitos, ou mais de 38% do obituario geral, e de 50% do de molestias transmissíveis. Destas, as demais estão assim representadas no boletim: peste, 4; sarampo, 2; escarlatina, 1; coqueluche, 2; diphteria e crup, 3; grippe, 9; febre typhoide, 3; dysenteria, 1; beriberi, 1; paludismo, 16 e tuberculose, 50.²⁸⁹

Na mesma edição, *O Paiz* publicou as observações do Dr. Bulhões Carvalho, médico demografista da Diretoria Geral de Saúde Pública, a respeito das estatísticas demográfico-sanitárias do Rio de Janeiro referentes ao mês de junho. As observações publicadas eram extremamente técnicas. Contudo, ao reforçar nas entrelinhas os perigos da varíola, pareciam estar em sintonia com a defesa da vacinação obrigatória feita pelo periódico:

Em junho não foi satisfatorio o estado sanitario do Rio de Janeiro. Em relação ao mez anterior, a média diaria da mortalidade elevou-se de 48,03 a 55,36. Para isso concorreu quasi exclusivamente o aumento do obituario da variola, cuja expansão epidemica é, todavia, muito inferior á observada em 1887, 1891 e 1899.²⁹⁰

De qualquer modo, a publicação das observações de um médico ligado a um órgão do governo era mais uma demonstração de proximidade entre o periódico e o Estado oligárquico. O Dr. Carvalho, por sinal, aproveitou suas observações para enaltecer, veladamente, as ações do governo: foi graças ao regulamento sanitário que se tornou possível a notificação de todos os casos de varíola, “o que não succedia outr’ora quando as autoridades sanitarias não dispunham dos recursos que hoje a lei lhes faculta.”²⁹¹ Por suas características, *O Paiz* certamente não encontrou problemas em tornar público tal enaltecimento.

O *Correio da Manhã* levou seu oposicionismo também para o campo médico-sanitário, se posicionando contra a vacinação obrigatória. Eram diversos os artigos que condenavam a medida. No dia 1 de setembro de 1904, sob o pseudônimo Gil Vidal, o jornalista Leão Veloso Filho teve seu artigo “Imprevidencia e vaccinação” publicado logo na primeira página da edição. Nele, além das críticas feitas às reformas urbanas e às medidas sanitárias – as quais já foram mencionadas neste capítulo – o autor atacou o governo por, dentre outras coisas, não cuidar do abastecimento de água da população e não garantir meios de transporte adequado aos doentes²⁹². Nesse ínterim, Oswaldo Cruz e o projeto de vacinação obrigatória também sofreram ataques:

Assim cresce a mortandade pela variola e o sr. Cruz vae logo dizer ao presidente da Republica e ao ministro do interior que não póde fazer nada no sentido de attenual-a, nem conseguirá nunca debellal-a, sem a vaccinação obrigatoria; quando a verdade é

²⁸⁹ *O Paiz*, 07 set. 1904, p. 2.

²⁹⁰ *O Paiz*, 07 set. 1904, p. 3.

²⁹¹ *Ibidem*.

²⁹² *Correio da Manhã*, 01 set. 1904, p. 1.

que, sem haver vacinação obrigatória, tem diminuído o número de casos de varíola ou se conserva estacionária a epidemia. Mas, onde o ridículo atinge o seu auge neste particular, é em declarar o sr. Cruz não poder, sem a vacinação obrigatória, responsabilizar-se pela extinção da epidemia, ou ainda evitar que ella se propague, e ao mesmo tempo protestar, com toda a razão, como mais um engodo para ser aceita a obrigatoriedade da vaccina, que esta nunca será inoculada durante as epidemias, época exclusivamente reservada ao tratamento, mas nos períodos em que as epidemias se houverem mitigado ou cessado.²⁹³

Veloso Filho não ignorava os riscos da varíola e demonstrava compreender a gravidade da situação. O que parecia ser inaceitável, para ele, era mesmo a defesa da vacinação obrigatória como única ferramenta para combater a epidemia da doença, ao passo que outras medidas que poderiam ser tomadas para atingir esse objetivo eram ignoradas. No mais, o autor acreditava que, se aprovada pelo Congresso, a lei da vacinação obrigatória existiria, na prática, apenas para os “fracos e desprotegidos”, uma vez que “os ricos e poderosos só serão vacinados si quizerem, e por quem quizerem.”²⁹⁴ Ao utilizar o fator da desigualdade entre as classes como argumento, neste contexto, o articulista deixava claro que entendia o projeto de lei como opressivo e maléfico: ele serviria apenas para intensificar a exploração sofrida pelos mais pobres.

Em meio aos artigos e manifestos contrários à vacinação obrigatória, podemos verificar também a maneira como o *Correio da Manhã* retratava a população. No mesmo dia em que *O Paiz* publicava a crônica sobre Bonifácio, um personagem criado para retratar as massas de forma abstrata e generalizante, o periódico oposicionista lançou o artigo “A directoria de Saude e a vacinação obrigatoria: o manifesto ao povo”, no qual criticava um documento escrito pela Diretoria Geral de Saúde Pública em que esta defendia a obrigatoriedade da vacinação. Se o órgão do governo dizia que o povo deveria “seguir a autoridade dos competentes na materia [de vacinação]”, o periódico de Edmundo Bittencourt discordava e acreditava que o povo era “uma unidade social com milhares de cabeças e milhares de corações” e, portanto, “cada cidadão é quem julga da competencia da autoridade pelo grao maior ou menor de fé que ella lhe inspira, exercendo assim o direito constitucional que lhe assegura a plena liberdade de consciencia”²⁹⁵. Aí estava a visão que o *Correio* tinha do povo: um conjunto de cidadãos, de indivíduos que tinham cabeça (inteligência) e coração (sentimentos), dotados de senso crítico e capazes de seguir apenas as orientações daqueles que lhes inspirassem confiança – e não de qualquer um que se dissesse autoridade. Tratava-se de

²⁹³ Ibidem.

²⁹⁴ Ibidem.

²⁹⁵ *Correio da Manhã*, 01 set. 1904, p. 3.

uma visão que conferia humanidade aos indivíduos pertencentes às massas populares e os retratava como sujeitos históricos e construtores de suas realidades.

Para além disso, o *Correio* procurava explicar a suposta repulsa dos populares pela vacinação obrigatória de acordo com a própria lógica construída pela população, e não através de generalizações que retratavam o povo como ignorante. Conforme artigo publicado na edição do dia 2 de setembro de 1904:

Si do povo têm partido resistencias á odiosa medida, não é porque facilmente o incitem phrases inflammadas na tribuna ou artigos retumbantes da imprensa (...); mas porque é principalmente contra o povo que o rigor do Santo Officio da Tortura Pública [provável referência à Diretoria Geral de Saúde Pública] se tem exercido com furia, até ao homicídio: a morte, por desinfeção, unicamente se tem dado nas casas dos menos favorecidos da sorte.²⁹⁶

No trecho em questão, o jornal explicou a oposição da população à vacinação obrigatória a partir das experiências reais vividas pelos cariocas. O motivo pelo qual muitos eram contrários à obrigatoriedade da vacinação não era a ignorância ou o ceticismo, tal como *O Paiz* queria fazer parecer através da construção de personagens como Bonifácio, mas sim a realidade: a explicação estava no autoritarismo empregado pelo governo em sua política de combate aos agentes infecciosos. A população mais pobre da então capital federal foi a principal vítima de atos autoritários protegidos sob o discurso do sanitarismo, e não queria ser submetida a mais episódios de arbitrariedade – como era entendida pelo jornal a vacinação obrigatória.

A lógica popular contra a vacinação obrigatória foi exposta pelo *Correio da Manhã* também em uma notícia publicada na mesma edição, a qual noticiava que um grupo de operários havia entregue ao deputado federal Sá Freire, do Distrito Federal, uma petição assinada por mais de 5000 operários contra o projeto da vacinação obrigatória:

São homens do trabalho, em grande parte chefes de familia, e todos convictos da utilidade e efficacia da vaccinação como meio prophylactico contra a variola. São, porem, cidadãos republicanos, que vêem [veem] nesse projecto um gravissimo indicio das tendencias do governo em menoscabar os principios republicanos e ferir em cheio as garantias individuaes sancionadas pela constituição federal.²⁹⁷

Primeiro, é importante destacar mais uma vez como o *Correio* falava de pessoas, e não de massas amorfas. O povo contrário à vacinação obrigatória era formado por pessoas de carne e osso, com rostos, empregos, famílias. Por fim, essas pessoas, dotadas de inteligência e senso crítico, eram contrárias não à vacinação, mas sim à obrigatoriedade da medida. O jornal

²⁹⁶ *Correio da Manhã*, 02 set. 1904, p. 1.

²⁹⁷ *Ibidem*.

procurava demonstrar que o sentimento contrário à vacinação obrigatória por parte do povo não derivava da ignorância deste – como procurava fazer *O Paiz* – e sim de uma lógica popular baseada na defesa dos direitos da população pobre: uma lógica na qual a obrigatoriedade da vacinação constituía uma violação às garantias constitucionais. O periódico oposicionista, ao contrário do *Paiz*, reconhecia os trabalhadores como sujeitos dotados de direitos e de subjetividades e se colocava na defesa desses direitos.

Para o *Correio da Manhã*, portanto, o povo estava longe de ser ignorante. Na visão do jornal, os sujeitos que compunham as massas populares eram capazes de interpretar a realidade em que viviam e construía suas próprias lógicas. Sendo assim, quando a Diretoria Geral de Saúde Pública argumentou, em defesa da vacinação obrigatória, que o povo não deveria se deixar levar pelos discursos de alguns poucos indivíduos contrários à vacinação (em contraste com os muitos médicos que a apoiavam), o periódico tratou logo de responder este argumento com a lógica popular:

O povo sabe perfeitamente que, em questão de numero, dez homens só valem mais que um, quando se trata apenas da força material; e que um só póde valer mais do que todos quando se trata de força intellectual ou moral.²⁹⁸

Também na edição lançada no dia 2 de setembro de 1904, foi publicado outro artigo de Leão Veloso Filho – novamente sob o pseudônimo de Gil Vidal – a respeito da vacinação obrigatória, na primeira página. O articulista buscava passar aos leitores a impressão de que as camadas populares rejeitavam a tentativa do governo em emplacar a obrigatoriedade da imunização – e que somente defendiam o projeto aqueles que não tinham consideração pelo povo:

Recrudescer a animadversão com que as classes populares, nas quaes se comprehendem as classes militares, acolheram, desde o primeiro momento, a projectada vaccinação obrigatoria. De todos os lados surgem protestos. Só não se preocupam com a vexatoria e humilhante medida os que, pelo conhecimento do modo como se executam aqui as leis, não temem que ella lhes seja applicada. Tambem, por isso que a vaccinação obrigatoria está reservada aos pobres e desprotegidos se explica que só a sustentam, na imprensa, com calor os orgãos que pela natureza da sua clientela, perdido o favor das camadas populares, despeitadamente se referem a ellas com sobrançeria e escárnio.²⁹⁹

Neste trecho, dois pontos merecem destaque. O primeiro é a tentativa do autor em colocar, em mesmo plano, as camadas populares e as classes militares – esta última sendo considerada parte da primeira. Veloso Filho fez questão de destacar, dentro dos setores

²⁹⁸ *Correio da Manhã*, 02 set. 1904, p. 2.

²⁹⁹ *Ibidem*.

populares, a presença dos membros das Forças Armadas, e estes, assim como o restante das camadas populares, estariam em estado de profundo descontentamento com o projeto de vacinação obrigatória. O artigo passa ao público a noção de que a oposição à obrigatoriedade da vacinação era geral por parte destes grupos. Não há qualquer tipo de especificação em relação a quais setores das classes populares ou a quais setores militares ele estaria se referindo. O intuito, evidentemente, era passar para os leitores a imagem de uma sociedade totalmente unida em torno de um consenso contra o projeto de vacinação obrigatória, e ressaltar que a resistência partia principalmente das camadas populares e militares. Nessa construção narrativa, o Governo Federal estaria isolado. Confirma-se aqui a hipótese de José Murilo de Carvalho, segundo o qual havia interesse, por parte do *Correio*, em “demonstrar a identidade social e de interesses entre a população em geral e os militares, a fim de legitimar a tomada de poder pelos últimos.”³⁰⁰ Sendo assim, não é surpreendente a narrativa construída por Gil Vidal.

O outro ponto que merece destaque são as críticas pesadas que o autor dirigiu aos periódicos favoráveis à vacinação obrigatória – a maioria dos quais eram também simpáticos ao governo Rodrigues Alves. Para Veloso Filho, os jornais que defendiam a lei o faziam por ódio e desprezo às camadas populares. Até porque estes periódicos tinham apenas as camadas dominantes como clientela e olhavam com escárnio para os de baixo. Crítica direta, ainda que sem mencionar nomes, ao *Paiz* e ao *Jornal do Commercio*, lidos principalmente pelas elites cariocas.

A crise em torno da vacinação obrigatória se acentuou no dia 10 de novembro de 1904, quando o jornal *A Notícia* publicou, em suas páginas, uma cópia do projeto de regulamentação da polêmica lei, o qual estava sendo discutido pelas autoridades. O projeto em questão exigia da população o atestado de vacinação para uma ampla gama de atividades, incluindo matrículas em escolas, ingresso em empregos públicos, admissão em empregos domésticos, contratação para empregos nas fábricas, hospedagem em hotéis, viagens, casamentos e voto³⁰¹. Em suma, quem recusasse a vacina estaria praticamente alijado da vida em sociedade.

O *Correio da Manhã*, como era de se esperar, utilizou o projeto de regulamento como reforço para sua artilharia de críticas à vacinação obrigatória e ao governo Rodrigues Alves.

³⁰⁰ CARVALHO, José Murilo de. Cidadãos ativos: a Revolta da Vacina. In:_____. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 108.

³⁰¹ *Ibidem*, p. 94.

No dia 11, publicou logo na primeira página uma coluna de nome “O monstruoso projecto”, assinada novamente por Leão Veloso Filho, o Gil Vidal. O artigo era categórico ao afirmar que literalmente todos os habitantes do Rio de Janeiro e também os órgãos de imprensa ficaram indignados com o material divulgado³⁰². Oswaldo Cruz, pesadamente criticado, foi acusado de desconhecer a organização política brasileira e os direitos e interesses da coletividade³⁰³. O foco do autor da coluna era destacar o caráter tirânico e autoritário do projeto, que parecia ameaçar os direitos e a dignidade da população brasileira. Assim, mesmo se tratando o documento de um simples esboço:

(...) foi uma affronta irrogada á civilização brasileira a acceitação, ainda que para estudo, do formidoloso projecto, obra da philancia de quem, pelo apoio illimitado que tem recebido dos poderes publicos, se suppõe com direito, para impôr as suas convicções scientificas, de levar a ferro e fogo quantos não as aceitam como dogmas e se insurgem contra a aviltante tyrannia, a que, brutalmente, os querem, á força, submitter.³⁰⁴

Veloso Filho também ampliou o espectro da revolta existente no Rio de Janeiro. Se antes o autor buscava destacar a insatisfação das classes populares em relação ao projeto, agora todas as camadas sociais pareciam estar indignadas diante da revelação:

(...) si o governo não perceber por parte de todas as classes sociaes, ameaçadas de novas violencias a seus direitos, a seus interêsses e até á sua propria dignidade, viril resolução de inabalavel resistencia ao espantoso regulamento, este será promulgado e implacavelmente executado pelo Santo Officio sanitario.³⁰⁵

O *Correio da Manhã* usou também o humor para criticar o projeto de regulamento. Na mesma edição do dia 11 de novembro, a sessão “Pingos e Respingos”, dedicada a piadas, foi inteiramente destinada a zombar do material publicado pelo *A Notícia*. Uma das piadas diz:

De um jornal do futuro: <<O sr. ministro do exterior dirigiu uma nota ao governo do Afghanistan declarando que o sr. Chin-chan-fó, ultimamente nomeado ministro plenipotenciario desse paiz, no Brasil, não é *persona grata*, visto não ter exhibido attestado de vaccina.>>³⁰⁶

Outra piada, chamada *Scenas da obrigatoria*, descreve o seguinte diálogo:

- Sabes quem vae casar? A Finoca.

- Quando?

- Muito brevemente; até já foi vaccinada...³⁰⁷

³⁰² *Correio da Manhã*, 11 nov. 1904, p. 1.

³⁰³ *Ibidem*.

³⁰⁴ *Ibidem*.

³⁰⁵ *Ibidem*.

³⁰⁶ *Ibidem*.

³⁰⁷ *Ibidem*.

O conteúdo do projeto de regulamentação da lei foi, de fato, tão polêmico que até *O Paiz*, jornal mais subserviente ao governo, o considerou um atentado contra a Constituição, contra o direito e contra o bom senso³⁰⁸. Nem por isso, contudo, este periódico parou de defender os donos do poder: a estratégia adotada na ocasião foi negar que o material publicado pelo *A Notícia* seria o projeto verdadeiro. O jornal se recusava a acreditar que “o governo prudente, calmo, sereno, como sempre até aqui se tem revelado, dêsse a sua responsabilidade a semelhante acto.”³⁰⁹.

Decidido a sustentar essa versão a qualquer custo, *O Paiz* publicou as palavras do ministro do interior, J.J. Seabra, que havia dito à imprensa que o polêmico conteúdo divulgado não era o projeto de regulamentação da lei, mas apenas “o compendio das idéas que sobre o assumpto tinha o Sr. director de saude publica” e que o verdadeiro regulamento ainda seria fabricado³¹⁰. Sendo assim, Oswaldo Cruz, o diretor de saúde pública, foi considerado pelo jornal o único culpado pelo escândalo, ao passo que o restante do governo foi absolvido. Para *O Paiz*, o governo:

(...) não endossa nem aceita as idéas que o Sr. director de saude publica professa sobre a materia, idéas que podem ser muito aceitaveis no paiz idéal que S.S. [Sua Senhoria, Oswaldo Cruz] julga viver, mas que chocam e contrariam brutalmente as leis em vigor, no [país] em que realmente S.S. vive.³¹¹

Para o jornal, as ideias de Oswaldo Cruz eram escandalosas porque ele era um cientista, um técnico, e seu trabalho era apenas erradicar a varíola. Sendo assim, ele não tinha noção das questões jurídicas que envolviam suas ideias e pretensões, e obviamente o governo,

(...) cuja responsabilidade é muito maior, mais intensa e mais extensa do que a do funcionario preposto á direcção do serviço sanitario, não poderia aceitar e subscrever esse conjunto de medidas, filhas do espirito theorico, compiladas sem attenção ao direito e ás leis em vigor.³¹²

É visível que o jornal buscou separar cuidadosamente as intenções de Oswaldo Cruz das intenções do governo. O cientista, isolado, foi apedrejado até mesmo por um periódico situacionista, ao passo que o governo ficou isento de críticas. Tratava-se, acima de tudo, de uma tentativa desesperada de limpar a imagem dos políticos governantes perante a população.

Ademais, *O Paiz* já se preocupava, àquela altura, com possíveis agitações resultantes da “denúncia” feita pela imprensa. Por conta disso, buscou acalmar os cariocas. Afirmando se

³⁰⁸ *O Paiz*, 11 nov. 1904, p. 1.

³⁰⁹ *Ibidem*.

³¹⁰ *Ibidem*.

³¹¹ *Ibidem*.

³¹² *Ibidem*.

dirigir “á grande massa da população, interessada em que se não perturbe a paz, condição necessária e imprescindível do trabalho e do progresso”³¹³, o periódico procurou, por meio dos malabarismos que condenavam Oswaldo Cruz, botar panos quentes sobre a história:

A agitação da opinião, que hontem justamente se accentuou, diante desse conjunto de medidas, indiscretamente reveladas, não tem, pois, mais razão de ser: esse pseudo regulamento não tem – e não terá nunca – sopro de vida.³¹⁴

Para *O Paiz*, portanto, as camadas populares desejavam a paz, uma vez que apoiavam o trabalho e o progresso feitos pelo então governo. Aqui, mais uma vez, encontrava-se presente a tática de generalizar a linha editorial do periódico como um pensamento presente em toda a população. Naquele momento, contudo, os redatores não poderiam estar mais enganados. De nada adiantou o jornal governista tentar inocentar o Governo Federal. Nos dias seguintes, graças à publicação do esboço do projeto de regulamentação da lei da vacinação obrigatória na grande imprensa, estopim final para a mobilização popular, as ruas do Rio de Janeiro seriam tomadas por muitas multidões difusas e furiosas, no evento que ficou conhecido como Revolta da Vacina.

3.2. A cobertura da Revolta da Vacina no *Correio da Manhã* e no *Paiz*

A parte final deste capítulo será destinada a analisar as coberturas jornalísticas dos eventos violentos da Revolta da Vacina feitas pelo *Correio da Manhã* e pelo *O Paiz*. Conforme já anunciado, minha intenção é entender como cada periódico interpretou a sedição e representou os revoltosos, levando sempre em consideração seus posicionamentos políticos. Afinal, a postura ideológica assumida por cada jornal fatalmente influenciou suas visões a respeito do acontecimento.

Em linhas gerais, o periódico oposicionista *Correio da Manhã* apoiou ativamente a ação dos revoltosos e buscou culpar sempre a polícia do Distrito Federal e o governo Rodrigues Alves pelas cenas de guerra que tomaram o Rio de Janeiro em novembro de 1904. Na visão do jornal, a violência partia sempre dos policiais contra os revoltosos, o que resultava em conflitos nas ruas da cidade.

Exemplo claro deste fato pode ser visto já na edição do dia 11 de novembro, que cobriu os primeiros movimentos da revolta, os quais haviam ocorrido no dia anterior, 10 de

³¹³ Ibidem.

³¹⁴ Ibidem.

novembro. Na segunda página, está estampada uma manchete composta por letras maiúsculas em negrito com o título “Arruaça policial”³¹⁵, que buscava passar para os leitores a ideia de que as agitações da véspera haviam sido obra unicamente das autoridades de segurança pública.

De acordo com o *Correio*, o desenrolar dos fatos havia se dado da seguinte forma: no dia anterior, haviam circulado panfletos pela cidade convocando a população para uma grande reunião no Largo de São Francisco de Paula, na qual seria discutida e debatida a questão da vacinação obrigatória. Nenhum orador apareceu, mas a população esperou até as 18h pelo início da reunião. No entanto, em meio à espera, um grupo de homens se desentendeu com um delegado de polícia e dois deles foram presos por desacato. A caminho da delegacia, enquanto passavam pela Praça Tiradentes, os policiais e os rapazes presos testemunharam uma manifestação contrária à vacinação obrigatória. Diante disso, um grupo de guardas civis à paisana interveio e cercou os policiais, de modo a evitar que fossem vítimas de ataques dos manifestantes. A situação se acalmou temporariamente, até que:

(...) duas praças de cavallaria vindas da rua do Theatro, a toda brida, desembainharam as espadas e atropellaram o povo, espancando-o. Outras praças de cavallaria que iam á frente do grupo acompanhavam o movimento dos seus companheiros. Então houve protestos geraes sendo o povo espaldeirado tendo o commercio fechado as suas portas.³¹⁶

Como é possível perceber, o jornal oposicionista buscou colocar os revoltosos (nomeados de maneira generalizante como “povo” de modo a tentar legitimar o movimento como um levante popular) na condição de vítimas da truculência policial. Para o periódico em questão, quem deu início às arruaças foi a polícia, e não os manifestantes. Essa narrativa dos fatos foi repetida a todo o momento pelo *Correio* durante a cobertura da revolta. Os policiais foram acusados até mesmo de investir contra os bondes da cidade:

Soldados de policia, dirigidos por um delegado tresloucado, (...) praticaram toda a sorte de disturbios, assaltando bondes, investindo contra grupos de populares, fazendo, emfim um espalhafato proprio de provocadores de arruaças.³¹⁷

Como é de se esperar, dada a diferença de posicionamento político entre os dois jornais, *O Paiz*, de tendência governista, contou uma história um pouco diferente em relação ao que teria acontecido no mesmo dia. Na coluna de título “Conflictos de hontem: vaias e arruaças”³¹⁸, o periódico narrou que, em meio ao protesto marcado para o Largo de São

³¹⁵ *Correio da Manhã*, 11 nov. 1904, p. 2.

³¹⁶ *Ibidem*.

³¹⁷ *Correio da Manhã*, 12 nov. 1904, p. 1.

³¹⁸ *O Paiz*, 11 nov. 1904, p. 1.

Francisco, um grupo de rapazes decidiu conduzir uma passeata pela Rua do Ouvidor, onde um deles passou a discursar, pregando a resistência popular contra a lei da vacinação obrigatória. O delegado Ernesto Garcez interveio, interrompeu o discurso e solicitou que a passeata continuasse a descer a rua. O discurso contra a obrigatoriedade da vacinação, entretanto, se repetiu na esquina com a Rua da Quitanda. Garcez, então, interrompeu novamente o discurso e solicitou que o rapaz o acompanhasse até a delegacia, no que foi prontamente atendido. Na altura da Praça Tiradentes, o delegado pediu a seis praças da cavalaria para que o acompanhassem, de modo a garantir que a prisão do rapaz fosse efetuada. Foi então que:

Diante da cavallaria os animos dos populares excitaram-se grandemente e de todos os cantos rompeu tremenda vaia, ouvindo-se exclamações como: *Morra a policia e abaixo a vaccina!*... e outras. As praças de cavallaria tentaram dispersar os grupos que se achavam mais proximos e isso determinou ainda maior exaltação, partindo contra a policia diversas pedras que foram ferir a praça n. 96 do 4º esquadrão Adolpho Bispo da Silva, no peito e nas costas. A esse tempo um grupo, embora pequeno, avançou contra o delegado, que então já se achava cercado de uma turma de agentes e de alguns guardas civis, e isso com o fim de arrebatá-lo moço que ia preso. Um exaltado tentou mesmo, armado com uma faca, agredir o delegado, o que não conseguiu. E desta maneira armou-se o conflicto. As praças de cavallaria desembainharam as espadas e deram algumas pranchadas mais ou menos a esmo. A confusão foi geral. A gente estranha á desordem procurou refugio nos estabelecimentos commerciaes que se fechavam rapidamente; outros procuravam fazer frente á força publica.³¹⁹

Na narrativa do *Paiz*, a multidão revoltosa não era vítima – muito pelo contrário. A confusão teria começado graças aos ataques feitos pelos sediciosos à polícia, que havia sido o alvo da situação e estava apenas se defendendo. Sendo assim, embora não negue que a força policial tenha partido para cima dos revoltosos, o jornal dá a entender que os agentes do Estado estavam respondendo às agressões sofridas e que a multidão mereceu apanhar. Como parte da imprensa liberal, *O Paiz* tratava a organização popular que estava nas ruas como uma massa abstrata, agressiva e irracional. Versão totalmente distinta daquela apresentada pelo *Correio*, que tratou os revoltosos como vítimas da truculência, vilanizou os policiais e os culpou pelas confusões ocorridas nas ruas da então capital federal.

Não só os policiais eram culpabilizados pela narrativa do jornal oposicionista: o próprio governo também o era – conforme esperado de um periódico contrário à administração vigente. Governo e polícia, na visão do *Correio da Manhã*, estariam trabalhando juntos para provocar as ditas “arruaças”:

Parece proposito firme do governo violentar a população desta capital por todos os meios e modos. Como não bastassem o Codigo de Torturas e a vaccinação obrigatoria, entendeu provocar essas arruaças que, ha dois dias já, trazem em

³¹⁹ Ibidem.

sobresalto o povo. Desde ante-hontem que a policia, numa ridicula exhibição de força, provoca os transeuntes, ora desafiando-os directamente, ora agredindo-os, desde logo, com o chanfalho e com a pata de cavallo, ora, enfim, levantando proibições sobre determinados pontos da cidade.³²⁰

A narrativa em tom dramático do *Correio* parecia ter o objetivo não apenas de chocar seus leitores, mas também o de influenciar os rumos da revolta. Ao destacar as violências da polícia e a opressão sofrida pelo povo trabalhador, é possível levantar a hipótese de que o periódico estava buscando indignar ainda mais as classes populares e atrair mais pessoas para as ruas. Um trecho que parece apontar para este caminho é o seguinte:

Operarios que voltam do trabalho honesto, onde vão buscar subsistencia para os seus, commerciantes que regressam ao lar depois de um longo dia de labor incessante, homens de todas as profissões emfim que vão em busca do socego, vêm-se maltratados em plena rua por aquelles mesmos que recebem o dinheiro do contribuinte para manter a ordem e zelar pela segurança publica.³²¹

O jornal procurava dar ênfase à rotina extenuante dos trabalhadores, aos pais de família que queriam apenas voltar para seus lares e foram atacados impiedosamente por aqueles que deveriam protegê-los. Isso fez com que a narrativa do periódico assumisse uma retórica dramática, capaz de revoltar e indignar o leitor e – como poderia querer o *Correio* – levar mais pessoas a se juntarem ao movimento revoltoso. A chave deste recurso narrativo era tratar aqueles que estavam nas ruas como pessoas de carne e osso, e não como uma simples massa indivisível e irracional. Eram trabalhadores que viviam seus dramas cotidianos e se sentiam cada vez mais encurralados pela ação autoritária do governo. Estavam nas ruas porque tinham seus motivos para fazer isso, e não porque eram irracionais e naturalmente agressivos ou brutos. Destacando as experiências sociais dos indivíduos que estavam se revoltando, o jornal de Bittencourt conferia à sua narrativa um ar de indignação.

No dia 12 de novembro, novamente os jornais lançaram edições que contavam histórias distintas a respeito do que teria ocorrido na noite anterior. Segundo *O Paiz*, circularam boatos de que ocorreria um protesto contra a vacinação obrigatória no Largo de São Francisco, fato que fez com que uma multidão se aglomerasse no local a partir das 17h. Por volta das 18h, dois indivíduos, identificados como Francisco de Oliveira e Lúcio Ribeiro, teriam subido no pedestal de uma estátua e feito gestos que provocaram gargalhadas da multidão. Temendo agitações, o delegado Ernesto Garcez teria convidado os dois homens a se retirarem do local, no que não foi obedecido. Diante da desobediência, o delegado deu voz de prisão aos rapazes. Foi aí que a confusão teria começado:

³²⁰ *Correio da Manhã*, 12 nov. 1904, p. 1.

³²¹ *Ibidem*.

Começou o tumulto. Diversos individuos tentaram retirar os presos da mão das praças á força. Ouviu-se logo o indefectível – *Não póde!* e enquanto a multidão dava vulto á assuada, o Dr. Ernesto Garcez mandou dar uma carga de cavallaria contra os resistentes. A multidão abriu claros, mas fugindo a maior parte dos individuos em correrias, o que determinou o fechamento das portas de todas as casas commerciaes do largo de S. Francisco de Paula e de algumas das ruas do Ouvidor, Andradas, Theatro e travessa de S. Francisco de Paula.³²²

Mais uma vez, *O Paiz* procurou colocar os manifestantes como culpados pelo início da confusão. Os revoltosos teriam atacado a polícia e forçado o delegado Garcez a reagir, ordenando que a cavalaria partisse para cima dos rebeldes. Desta forma, o jornal procurou construir a imagem de uma polícia que estava na defensiva e agia somente nos contra-ataques. Nesta narrativa, os revoltosos eram tratados de maneira abstrata, como uma grande massa agressiva que agia de maneira conjunta (“a multidão abriu claros”). Os participantes da revolta, na maioria das vezes, não tinham seus nomes revelados. Eram apenas seres irracionais e brutos. As autoridades, por outro lado, eram constantemente nomeadas – caso do delegado Ernesto Garcez. Elas sim eram pessoas de carne e osso, que contrastavam com a abstração enfiada que se encontrava do outro lado dos embates.

Sobre os mesmos acontecimentos, o *Correio da Manhã* contou que uma multidão de curiosos havia se reunido no Largo de São Francisco às 16h, pois uma manifestação contra a vacinação obrigatória estaria marcada para o local. Faltando 10 minutos para as 18h, um individuo teria subido em uma estátua e gritado “Senhores!”. A polícia, então, cercou o rapaz e ocorreu uma discussão entre ele e os agentes da lei, que teria terminado com a prisão do homem. As pessoas da multidão começaram a trocar comentários entre si e, neste momento, a polícia teria começado a provocar os presentes:

A cavallaria collocou-se em linha de ataque e na multidão houve então forte reboliço, sendo levantados gritos contra a vaccina obrigatoria. (...) Os animos foram se exacerbando. Os soldados de cavallaria, brutalmente, intimavam os donos dos kiosques a fecharem e bem assim os das demais casas de negocio. Transeuntes pacificos eram atropellados, não sendo respeitadas nem senhoras que demandavam os pontos dos bondes em busca dos seus lares. Em dado momento, depois destes preparativos, a cavallaria preparou-se para o ataque ao povo e, de espadas desembainhadas e a galope, começou o espaldeiramento. Neste mister foi auxiliada pelos guardas civis á paisana que, empunhando grossos bengalões, auxiliavam aquelles no espancamento do povo. Protestos geraes surgiram; o commercio fechou as suas portas e foi um salve-se quem puder. O largo ficou em poucos momentos limpo de gente, só se vendo os soldados de cavallaria a praticarem altos passes de quitação.³²³

Percebe-se, na narrativa do *Correio*, que a polícia parecia sempre dar início às provocações que levavam aos combates nas ruas do Rio de Janeiro. *O Paiz* afirmou que teria

³²² *O Paiz*, 12 nov. 1904, p. 2.

³²³ *Correio da Manhã*, 12 nov. 1904, p. 1-2.

sido a multidão a dar início à confusão, quando tentou libertar os indivíduos presos pela polícia na frente desta. Já o periódico oposicionista não mencionou este momento – teria ele acontecido de fato? – e destacou que o rebuliço só começou após a cavalaria se colocar em posição de ataque.

Além disso, o *Correio da Manhã*, buscando chocar e indignar seus leitores, procurou sempre colocar em evidência as violências praticadas pelas autoridades contra a população. Para isso, foram usados advérbios como “brutalmente”, substantivos como “espaldeiramento” e “atropelados”, expressões como “espancamento do povo”. Era preciso mostrar a todos que os cariocas estavam sendo maltratados por aqueles que deveriam protegê-los. A utilização da palavra “povo”, mais uma vez, servia para legitimar a revolta como um movimento popular. Este povo descrito pelo *Correio* era semelhante à polícia descrita pelo *Paiz*: sempre vítima, apenas se defendia e contra-atacava seus agressores.

Mais do que tudo, o *Correio da Manhã* ouvia as vozes dos revoltosos. O periódico oposicionista muitas vezes se referia à multidão como “povo”, mas também especificava quem estava nas ruas apanhando das autoridades. Trabalhadores foram espancados, indivíduos pacíficos, que nada tinham a ver com a agitação, foram atropelados pela cavalaria – incluindo aí senhoras idosas –, comerciantes foram intimados a fechar seus negócios. O que o *Correio* queria era demonstrar a materialidade dos abusos que o povo sofria, destacando as experiências pelas quais estes estavam passando. O povo não era uma abstração, mas sim um conjunto formado por indivíduos de vários tipos que estavam sendo prejudicados. Estes indivíduos tinham nomes e endereços:

A força, tendo de ceder á violencia dos atacados, retirou-se para voltar com outros reforços, sedentos de sangue. Não se póde descrever o que se passou desse momento em deante. Muitas pessoas foram feridas por bala, entre essas o sr. Firmino da Silva Lobato, residente á rua da Alfandega n. 226. Varias familias foram feridas a golpes de espada. Novas cargas foram dadas pela policia sobre as trincheiras de bondes.³²⁴

Todos os recursos narrativos possíveis eram utilizados pelo jornal de modo a destacar a materialidade do sofrimento imposto ao povo pelas autoridades. Dramas familiares eram mobilizados e relatados a todo o momento:

Phantastica e aterrorisadamente, a cavallaria de policia corria á pata de cavallo as ruas da Prainha e circumvisinhanças, espaldeirando populares, atirando a torto e a direito. Um pobre Homem teve a infelicidade de cahir nas garras daquellas féras; metteram-lhe á espada a valer. A victima, entretanto, teve occasião de evitar seus algozes e meteu-se por uma das casas da rua da Prainha. Os policiaes, estonteados, vendo fugir-lhes a presa, cujo destino não conheceram, arrombaram a porta da

³²⁴ *Correio da Manhã*, 14 nov. 1904, p. 2.

estalagem nº 66 daquela rua e ali penetraram. Á porta de uma das casinhas da referida estalagem, estava o operario José da Costa, a descansar, certamente, das fadigas do trabalho que nobilita. Um dos sicarios, dominado pela selvageria mais torpe, alça a carabina e dispara contra o indefeso operario. Foi instantanea a morte, que em filete de sangue, a correr pela porta e espalhar-se pela calçada da estalagem, levava a estupefacção aos outros moradores. Commettido o vandalismo, que terá hoje as lôas dos responsaveis pelos movimentos de hontem, os policiaes se retiraram e ao redor de um pobre leito uma mulher desgrenhada e seis creancinhas meigas e chorosas abraçavam-se ao cadaver querido. Eram a viuva e os filhinhos do infeliz José da Costa, atirados á orphandade pelo mais revoltante dos crimes, o crime sancionado por um governo arbitrario³²⁵.

Na narrativa do *Correio*, quem parecia ser um bando de selvagens irracionais era a polícia, que assassinava pessoas a sangue frio. Suas vítimas eram operários, pessoas comuns, e suas famílias. As vítimas tinham nomes e emoções. Estavam longe de compor uma massa irracional, desprovida de sentimentos. O jornal destacava seus nomes, nacionalidades, endereços e profissões:

(...) na rua de S. Jorge, cahiu morto, com o coração varado por uma bala de Comblain, um individuo de nacionalidade portugueza. A victima era conhecida pelo nome de Celso e exercia as funções de carregador; residia ella na casa n. 34 da rua de S. Jorge. Foi brutal a aggressão deste pobre homem. O seu cadaver foi removido para o Necroterio, onde deu entrada ás 10 horas da noite.³²⁶

Para dar ênfase à rotina de opressões vivida pela população durante a revolta, o *Correio da Manhã* chegou ao ponto de criar uma coluna na qual retratava a situação das enfermarias, repletas de feridos. Com isso, procurava retratar o povo revoltoso em sua materialidade, demonstrando que ali estavam pessoas comuns de carne e osso, que tinham nomes, idades e endereços variados. Era importante destacar os dramas vividos por essas pessoas:

Começamos a nossa visita pela 14ª enfermaria, onde recebiam curativos Thomaz Moraes, residente á rua da Conceição n. 37, ferido por bala, nas costellas do lado direito, na ocasião em que passava pela referida rua; Antonio Fragoso Ribeiro, menor de 12 annos, residente á rua General Bruce n. 2 A, quando passava, ás 4 horas da tarde, em um bonde da companhia S. Christovão, pela rua do Senhor dos Passos, entre Sacramento e S. Jorge, que foi attingido por balas no ventre e no thorax; José Martins de Lima, morador á rua de S. Jorge n. 34 (...) passava hontem, ás 3 ½ horas da tarde, pela travessa Leopoldina, quando foi attingido por uma bala, ferindo-lhe gravemente na coxa da perna direita e Antonio Vieira de Andrade, morador á rua do Riachuelo n. 114. Este ultimo transitava pacatamente, ás 4 ½ horas da tarde, pela rua do Sacramento, quando foi alvejado por um tiro, ferindo-o nas costas, do lado esquerdo.³²⁷

³²⁵ Ibidem.

³²⁶ Ibidem.

³²⁷ Ibidem.

O Paiz não deixou de, por vezes, nomear e falar os endereços de alguns dos revoltosos feridos, mas não deixava de ressaltar as ocasiões em que estes faziam parte do grupo de “turbulentos”, de modo a justificar porque estavam naquela situação:

Desta vez a hostilidade do grupo que estacionava mesmo defronte ao Thesouro passou da pedrada aos tiros de grossos revólvers, de que se havia munido. A cavallaria parou defronte da igreja do Sacramento e respondeu ao fogo com os revólvers. Cairam feridos, perto da porta do Thesouro, Zeferino Antunes, de côr preta, residente á rua da Alfandega n. 320, com o pé direito baleado, e, mais adiante, o menor Antonio Fragoso Ribeiro, que estava por entre os turbulentos, atingido por duas balas, sendo uma no ventre e outra no thorax.³²⁸

Na maior parte da cobertura feita pelo *Paiz*, contudo, o povo revoltoso era retratado do mesmo jeito: uma massa amorfa e abstrata, um bando de selvagens irracionais que fazia depredações sem motivo aparente. Eram simplesmente generalizados como “amotinados” que não tinham seus nomes ou endereços expostos pelo jornal:

Vendo-se impossibilitados de entrar na praça Tiradentes, os amotinados, na Avenida Passos, começaram a commetter ahi uma série de depredações, quebrando combustores da illuminação publica e os andaimes dos predios em obras. Duas praças de policia, que estavam na esquina da rua General Camara, foram obrigadas a deixar o posto precipitadamente, sob uma chuva de pedras. Uma outra praça de policia passava em um bond pela rua do Hospicio, quando, ao chegar á esquina da Avenida Passos, foi brutalmente aggreddida, recebendo diversos tiros e pancadas.³²⁹

Analisando apenas as narrativas dos dois jornais, é impossível saber quem iniciou os conflitos, quem atacou primeiro e quem apenas se defendeu. O importante neste trabalho, contudo, não é saber em detalhes o que ocorreu nas ruas cariocas. Não cabe aqui descobrir se foi a polícia ou se foram os manifestantes que deram início aos tumultos. Importa mesmo é demonstrar como as diferentes coberturas jornalísticas feitas pelo *Correio da Manhã* e pelo *Paiz* acerca da revolta expressaram, entrelinhas, seus posicionamentos políticos.

É importante entender também como esses posicionamentos políticos influenciaram a maneira como cada jornal retratou a população em geral e os revoltosos. Na cobertura do *O Paiz*, o povo era retratado quase sempre como uma ideia abstrata, na forma de multidões indivisíveis, enfurecidas e irracionais. Eram multidões tão abstratas e ignorantes quanto Bonifácio, o arquétipo de indivíduo criado por uma crônica deste jornal para retratar a população de maneira generalizada. Já o *Correio da Manhã* buscava retratar, em suas páginas, a materialidade das experiências vividas pela população. Destacava os dramas dos trabalhadores, as dores das famílias, e colocava com muito mais frequência os nomes, os endereços, as profissões e mesmo as nacionalidades daqueles que estavam nas ruas lutando

³²⁸ *O Paiz*, 14 nov. 1904, p. 1.

³²⁹ *Ibidem*.

por seus ideais. O povo, para o jornal oposicionista, não era uma ideia abstrata, mas sim um conjunto de indivíduos complexos que tinham suas experiências narradas.

3.2.1. Os significados da Revolta da Vacina para cada jornal

Nesta parte do trabalho, pretendo abordar os diferentes significados da Revolta da Vacina para o *Paiz* e para o *Correio da Manhã*. O que foi, para cada periódico, o evento que acontecia diante dos olhos perplexos dos repórteres e redatores? Mais uma vez, acredito que a resposta está ligada à posição política assumida por cada diário.

O Paiz buscava ser a voz – ou melhor, a pena – das oligarquias, que governavam o Brasil de acordo com as premissas do projeto político liberal-oligárquico. Ou seja, o jornal em questão trabalhava para segurar o governo Rodrigues Alves no poder, em um cenário no qual as instituições tremiam e ameaçavam ceder. A tese do periódico conservador, repetida do início ao fim da cobertura que fez da Revolta da Vacina, é de que toda a polêmica em torno da vacinação obrigatória e o próprio levante eram obras das oposições ao governo, e o povo estava sendo manipulado para, sem saber, agir ao serviço de interesses obscuros:

A evidente prova de que toda esta agitação em torno da vaccina é artificial e preparada com intuitos meramente perturbadores, está em que as arruaças começaram, justamente quando reiteradas declarações do Sr. Ministro do Interior, feitas a todos os jornaes, levavam á convicção de que o que indiscretamente se publicou como sendo regulamento da lei não só o não era, como o não seria nunca.³³⁰

Para o jornal, em um cenário comum, o povo seria indiferente à lei da vacinação obrigatória, mas o objetivo das oposições era fazer deste tema um pretexto para agitar a população e perturbar a paz em nome de ambições golpistas contra a administração do então presidente Rodrigues Alves. Assim, *O Paiz* acreditava que o motivo para a revolta teria sido a disseminação, por parte dos oposicionistas ao governo, de informações falsas a respeito da vacina, sobretudo a de que o imunizante supostamente causava doenças terríveis. Dizia o periódico que “(...) o que se está fazendo não é mover o povo a um protesto: é exploral-o, é abusar d'elle, é pol-o a serviço de interesses bastardos, de ambições pessoaes, de desvarios de vaidade hyperthrophica.”³³¹.

³³⁰ *O Paiz*, 12 nov. 1904, p. 1.

³³¹ *Ibidem*.

Os cariocas estavam sendo usados, na interpretação do *Paiz*, como mera massa de manobra e a revolta era nada mais do que uma “baixa exploração política”³³². “A alegação de que o povo se rebella contra a lei da vaccina é evidentemente um simples recurso para mascarar os intuitos dos que estão procurando leval-o à rebellião, em seu proveito pessoal.”³³³, dizia uma coluna publicada no dia 13 de novembro. Tudo, portanto, não passaria de uma conspiração política contra o governo que ocupava o Palácio do Catete. E, vale ressaltar, o periódico sabia exatamente quem eram os líderes de tal conspiração. Lauro Sodré, um dos líderes da oposição, foi chamado de “promotor de arruaças”³³⁴ por ter discursado na reunião contra a vacinação obrigatória realizada no Centro das Classes Operárias. Após a frustrada tentativa de golpe militar ocorrida na noite de 14 de novembro, o jornal se apressou em afirmar que sua tese estava confirmada diante de todos:

A conspiração era patente. Todos os elementos da opposição consorciavam-se para isso. O jornal do Sr. Alfredo Varela era apoiado por elementos monarchistas. A linguagem do Sr. Lauro Sodré era insolentemente incitadora da revolução. E nos centros militares, procurava-se, por todos os meios, incutir no espirito dos jovens officiaes que a Republica estava perdida, se o Sr. Lauro Sodré não fosse guindado ao poder supremo! Pretendia-se repetir o episodio de 1889 em todos os seus detalhes, desde o juramento original que se enterrou com a bandeira na pedra fundamental do Club Militar, na data historica de 9 de novembro, evocada como poderosa suggestão, até o pronunciamento marcado para 15 de novembro, que foi anunciado aqui e nos Estados.³³⁵

Ainda que, conforme foi possível constatar ao longo deste trabalho, as suspeitas do *Paiz* estivessem corretas no que tange à conspiração contra o governo de Rodrigues Alves, a alegação de que o povo estava sendo meramente manipulado não escondia um elitismo pedante. O jornal retratava os revoltosos sempre de maneira distante e bacharelista, dando a entender que a população era incapaz de se organizar por conta própria e precisava ser guiada por interesses de terceiros para ir às ruas. Nas páginas do *Paiz*, o conceito de “povo” era utilizado para se referir a uma ideia abstrata de um conjunto indivisível, inespecífico e, acima de tudo, ignorante. As multidões eram inocentes e não tinham capacidade para construir mobilizações próprias, uma vez que não eram dotadas de pensamento crítico – ao menos na visão dos redatores de João Lage. Como já foi ressaltado, a cobertura feita pelo jornal pintava os revoltosos como um bando de selvagens irracionais e violentos que estavam atacando e destruindo, a mando de políticos inescrupulosos, a cidade do Rio de Janeiro:

³³² *O Paiz*, 13 nov. 1904, p. 1.

³³³ *Ibidem*.

³³⁴ *Ibidem*.

³³⁵ *O Paiz*, 16 nov. 1904, p. 1.

(...) a multidão, incitada pela demagogia desenvolva dos heroes da tribuna, atirou-se á rua, comettendo toda a sorte de desatinos e depredações, atacando a força publica, jogando a vida audaciosamente nessa lucta sem idéal, sem razão de ser, sem escusa, e sem legitimidade. Chegam-nos de todos os lados as mais tristes noticias dos factos que occorrem. Grupos de cincoenta a sessenta homens, precedidos de grande numero de garotos, destroem os lampiões, apedrejam as casas, affrontam as autoridades, atacam as forças, lançam o panico na cidade, aggridem e repellem a tiros de revólver as forças que tentam restabelecer a ordem. Não ha para o governo outro dever senão reprimir e dominar esses excessos, custe o que custar. Contra os que se rebellam e usam da força, como lhes foi aconselhado, o dever do governo é usar da força sem hesitações. A consequencia desse choque é fatalmente o sacrificio da vida dos que o promovem; e nada ha que legitime e justifique esse sacrificio.³³⁶

Para o jornal, o povo era “ingênuo” e se matava por conta da oposição, que os estaria levando à morte ao incitá-los à revolta. Em nenhum momento o jornal pareceu considerar que o povo poderia ter senso crítico e estar fazendo a revolta com autonomia:

Os que pensavam que lhes era facil tomarem de assalto o poder, subindo sobre os cadaveres dos populares ingenuos que acreditavam nas declamações em nome da liberdade, devem a estas horas ter a mais dolorosa desillusão: - foi-lhes facil levar à morte esse povo bravo, singelo e credulo; mas não colherão disso senão o remorso do derrame de sangue irmão, feito apenas e exclusivamente porque o demonio da ambição a tanto os levou.³³⁷

Considerando que os revoltosos estavam na rua por pura ignorância e inocência, um colonista sugeriu o ensino obrigatório para evitar novas “mazorcas” como aquela no futuro:

Ignorancia, singeleza de espirito da parte do povo, exploração politica, e exploração commercial, eis as causas determinantes da mashorca que estamos vendo. Essa mashorca só terá um resultado: o sacrificio da vida do povo. É a isso que o conduzem os que o exploram. Quando hontem, eu ouvia o clamor nas ruas, o apedrejamento nos lampeões, e os tiros repetidos, firmei mais uma vez esta opinião: - é urgente, é imprescindivel decretar-se, quanto antes, a instrucção obrigatoria! Haverá talvez alguma mashorca como esta; mas é natural que venha a ser a ultima.³³⁸

Representadas pelo jornal como massas amorfas, ignorantes, desprovidas de senso crítico, inocentes e facilmente manipuláveis, as multidões cariocas da Revolta da Vacina podiam ser atacadas com mais facilidade pelos redatores do *Paiz*. Com o intuito de descredibilizar o movimento, os revoltosos foram constantemente adjetivados de termos como “arruaceiros” e “desordeiros”³³⁹ e chamados de “turbulentos”³⁴⁰, “desocupados” e “mazorqueiros”³⁴¹, dentre outros elogios nada agradáveis. Era uma forma de despejar todo o elitismo da redação sobre a população que ocupava as ruas da então capital federal.

³³⁶ *O Paiz*, 14 nov. 1904, p. 1.

³³⁷ *Ibidem*.

³³⁸ *Ibidem*.

³³⁹ *Ibidem*.

³⁴⁰ *O Paiz*, 12 nov. 1904, p. 2.

³⁴¹ *O Paiz*, 13 nov. 1904, p. 1.

Conforme as proporções do levante aumentavam, crescia também entre as camadas governistas o temor de que a situação pudesse sair totalmente do controle e por fim ao *status quo* do período. As oligarquias que controlavam a máquina estatal da Primeira República podiam desdenhar do povo, mas sabiam que as classes populares tinham a capacidade de causar estragos quando unidas em prol de uma causa. Sentindo-se ameaçado, *O Paiz*, notável representante destas oligarquias, procurou se aproveitar de sua forte influência perante a sociedade para intervir diretamente na realidade e apelar ao povo para que a revolta chegasse ao fim. Na coluna do dia 14 de novembro intitulada “Apello ao povo” o jornal, seguindo a linha teórica de que tudo se tratava de uma conspiração política que utilizava o povo como mera massa de manobra, tentou convencer a população de que não havia motivos para a sedição:

É tempo de pôr um paradeiro a isto. Attenda o povo a que não ha nada absolutamente que reclame ou justifique esse violento e extremo sacrificio da vida. Não está em jogo a sua liberdade, não ha direito algum em perigo, não ha nenhuma violencia praticada, ou a praticar: ha apenas uma ambição pessoal em delirio agudo e a razão, o bom senso, o proprio instincto de conservação devem falar e hão de falar mais alto que a banalidade rhetorica e o palavriado perturbador. Restabeça-se a calma! É claro que o governo não póde se não usar de força para reprimir e dominar os excessos da força; mas esses excessos é que exactamente por não terem razão de ser carecem de ser e devem ser quanto antes eliminados. Reflecta o povo em que os que o aconselham a resistir á mão armada não procuram senão levar-o á desesperada situação de que não ha outra saída, senão a morte - a morte inutil, estúpida, cruel do conflito sem razão e sem idéal. Esses não vêem no mar de sangue fraticida, senão o momento em que poderão fazer vogar o batel de suas ambições. Não ha, não póde haver nada de mais criminosamente repulsivo do que esse sacrificio inglorio de creaturas innocentes a uma aspiração illegitima e indefensavel. Já, infelizmente, esta elle em grande parte consummado: não queira agravar-o com outros horrores o povo do Rio de Janeiro. Restabeça-se a calma! E que o sangue derramado hontem caia sobre a cabeça dos que provocaram criminosamente essa effusão!³⁴²

Para o futuro, as oligarquias adeptas do projeto político liberal-oligárquico e seus intelectuais sabiam que podiam contar com as reformas urbanas para deter eventuais novas ameaças. Na edição do dia 13 de novembro, um colunista do *Paiz* minimizou a revolta que ocorria no Rio de Janeiro, afirmando que as velhas ruas estreitas da então capital – representadas na crônica pela Rua do Ouvidor – davam a falsa impressão de que qualquer agitação era gigantesca. A solução, obviamente, era destruí-las e abrir grandes e largas avenidas, como a Avenida Central. Era exatamente o que já estava ocorrendo na cidade:

Deixem estar que isso vai acabar. Quando a vida carioca se fizer na Avenida [Central], factos como os destes ultimos dias não merecerão dos noticiaristas mais de duas linhas: <<Hontem, ás 8 horas da noite, um insignificante grupo de pessoas deteve-se na Avenida a atirar bichas chinezas, a pretexto de protestarem contra a lei do ensino obrigatorio, que, como se sabe, é combatido pelos positivistas. Dois

³⁴² *O Paiz*, 14 nov. 1904, p. 1.

guardas civis levaram esses pandegos para a estação policial>>. E será tudo. Acabemos, acabemos com a rua do Ouvidor, que a gente está precisando de paz!...³⁴³

No campo oposto, o *Correio da Manhã*, que fazia oposição ferrenha ao governo Rodrigues Alves e assumia o papel de porta-voz do projeto político paternalista-autoritário, procurou retratar a Revolta da Vacina como um movimento popular que abarcava todas as classes sociais, as quais estariam unidas contra a vacinação obrigatória, contra o Governo Federal e em prol de seus direitos. Assim, no dia 12 de novembro, quando foi realizada a reunião da Liga Contra a Vacinação Obrigatória no Centro das Classes Populares, afirmou o jornal:

A população desta cidade demonstrou hontem com a mais suggestiva eloquencia não temer as ameaças do governo manifestadas nos arreganhos comicos da sua policia. A reunião anunciada foi uma affirmação completa da solidariedade do povo na defeza dos direitos e liberdades que lhes são asseguradas na Constituição Republicana. Perseguido, violentado, extorquido por todos os meios, não podia o povo permanecer por mais tempo silencioso e, para levantar o seu protesto, foi buscar amparo e segurança na palavra dos tres illustres cidadãos: Lauro Sodré, Barbosa Lima e Vicente de Souza.³⁴⁴

Lauro Sodré, Barbosa Lima e Vicente de Souza, mencionados pela reportagem acima, eram líderes políticos da oposição ao governo e discursaram na reunião. Ainda segundo o periódico, sobre o mesmo evento:

Representantes de todas as classes sociaes compareceram á sessão de hontem: commerciantes e operarios, moços militares e estudantes, alistados sob a mesma bandeira, disseram bem alto que não é com a violencia e com a força que o governo se imporá ao respeito do povo. É essa uma lição que o governo deve guardar, é um ensinamento que não mais deve esquecer, si é que não deseja recuar no caminho errado que vem trilhando. O povo, consciente como está do seu direito, saberá mantel-o illeso.³⁴⁵

O jornal tentou demonstrar aos seus leitores a grande diversidade da multidão que se manifestava contra a vacinação obrigatória e contra as supostas violações aos direitos individuais dos cidadãos. Não se tratava de uma multidão abstrata, indivisível, ignorante e agressiva, como fazia parecer o *Paiz*. Nas páginas do *Correio* estavam pessoas de carne e osso: indivíduos que tinham diferentes profissões e ocupações. Eram comerciantes, operários, estudantes, militares... todos se opunham às ações do governo e estavam unidos em torno de um ideal. Por mais que o periódico costumeiramente se referisse às multidões contrárias à vacinação obrigatória de maneira generalizada como “povo”, com o objetivo de legitimar o movimento enquanto revolta popular e tratá-lo de maneira elogiosa, havia interesse em

³⁴³ *O Paiz*, 13 nov. 1904, p. 2.

³⁴⁴ *Correio da Manhã*, 13 nov. 1904, p. 1.

³⁴⁵ *Ibidem*.

retratar este povo de maneira mais detalhada, como um conjunto de indivíduos com suas especificidades. Ao contrário do *Paiz*, o *Correio* procurava se posicionar de maneira próxima, e não distante, aos revoltosos.

E o *Correio da Manhã*, de fato, buscava se colocar sempre ao lado dos manifestantes e demonstrar identificação com as camadas populares. Havia interesse, por parte da direção do jornal, em passar a impressão de que a folha estava ao lado dos anseios das classes trabalhadoras. É por isso que os redatores se sentiram confortáveis em definir o que estava acontecendo nas ruas da então capital federal e narraram com naturalidade os sentimentos e desejos da população, como se estivessem na pele daqueles que estavam nas ruas se revoltando:

O que se está vendo por essas ruas da capital da Republica não é um motim de arruaceiros, como classificou o mercenarismo, é o assassinato do povo perpetrado por ordem do governo. O povo pede que lhe deem liberdade, suplica que lhe garantam os direitos e os homens da situação, os exploradores das posições, mandam assassinal-o fria e cruelmente pela soldadesca policial, que hontem, despudoradamente, se apresentava bebedia, mal podendo apontar as carabinas com que queriam suffocar os protestos dos cidadãos brasileiros.³⁴⁶

O periódico também fazia questão de propagandear em suas páginas que não se sentia ameaçado pelos populares – muito pelo contrário, pois desejava passar aos leitores a imagem de uma suposta simbiose entre as partes. De maneira sensacionalista e emotiva, o *Correio* narrou na edição do dia 13 de novembro que a polícia havia mandado, na tarde anterior, guarnições de praças para protegerem as sedes dos jornais de possíveis ataques dos revoltosos. Assim que os agentes da lei chegaram à sede da folha oposicionista para cumprirem a ordem, o *Correio da Manhã* mandou comunicar aos policiais que dispensavam a guarda, “visto como entregamos a guarda desta folha ao povo.”³⁴⁷

Não era somente o povo, entretanto, o alvo de notas elogiosas do jornal de Edmundo Bittencourt. Os militares das Forças Armadas que atuaram na revolta – ainda que teoricamente para combater os revoltosos – também foram enaltecidos em diversas ocasiões pela cobertura do *Correio*. Exemplo disto se encontra na edição do dia 14 de novembro. Ao informar que as forças da Marinha foram requisitadas para guarnecer alguns pontos da cidade, o jornal, ao invés de colocá-las no mesmo balaio que a tão criticada polícia, de maneira surpreendente exaltou a força e buscou colocá-la ao lado dos manifestantes: “Os valentes

³⁴⁶ *Correio da Manhã*, 14 nov. 1904, p. 1.

³⁴⁷ *Correio da Manhã*, 13 nov. 1904, p. 2.

representantes da Armada Brasileira, em todo o trajecto, foram vivamente saudados pelos populares.”³⁴⁸.

Não se tratava de um comportamento aleatório ou confuso por parte do jornal. A já mencionada hipótese desenvolvida por José Murilo de Carvalho, para quem interessava ao *Correio da Manhã* “demonstrar a identidade social e de interesses entre a população em geral e os militares, a fim de legitimar a tomada de poder pelos últimos”³⁴⁹, se comprova ao serem analisados os tratamentos dados por este jornal ao Exército e à Armada. E essa associação entre povo e militares era feita pelo jornal de maneira aberta e franca. Na edição do dia 15 de novembro, os redatores incluíram no noticiário o seguinte trecho:

O marechal Argollo hontem, á tarde, quebrando a calma sempre mantida pelo Exercito quando tinha de enfrentar com o povo, ordenou da janella de sua secretaria, em altas vozes, que um pelotão que caminhava na rua atirasse sobre populares amotinados. Na physionomia do official via-se bem a dor com que cumpria a ordem, mostrando elle conservar ainda no peito aquella sympathia que sempre ligou o povo ao Exercito. Essa nobre classe nunca foi dada a esses excessos, mantendo com superioridade a digna compostura que o torna tão querido de todas as classes.³⁵⁰

Na visão do *Correio*, a polícia encarava tranquilamente a tarefa de espantar os revoltosos, pois era de fato uma inimiga do povo. Já Exército e Marinha, quando tinham de cumprir as ordens superiores e combater os amotinados, realizavam o trabalho apenas por dever, mas tomados por desgosto, pois estariam ao lado da população. Fica evidente, portanto, o projeto político envolvido na cobertura da Revolta da Vacina feita pelo jornal opositor: legitimar a revolta como tendo carácter popular e, ao mesmo tempo, associar os interesses das Forças Armadas aos interesses do povo (e vice-versa). Tratava-se, assim, de aproximar ambos os grupos sociais, de modo a justificar a tomada do poder pelos militares como parte do suposto apelo popular que ecoava nas ruas da capital. A revolta era legítima por ser feita pelo povo, e o povo estava ao lado dos militares. A hipótese de Carvalho se confirma. Mais do que isso, confirma-se também a adesão do *Correio* ao projeto político paternalista-autoritário: um projeto de República baseado no estilo de governo do ex-presidente Floriano Peixoto, e que tinha como pressupostos governos militares autoritários, os quais seriam responsáveis por tutelar as camadas populares. Esta tutela se daria por meio de um Estado forte e paternalista que atenderia a algumas das reivindicações dos trabalhadores ao mesmo tempo em que os controlaria para evitar rebeliões. É por isso que interessava ao jornal de Bittencourt evidenciar

³⁴⁸ *Correio da Manhã*, 14 nov. 1904, p. 2.

³⁴⁹ CARVALHO, José Murilo de. Cidadãos ativos: a Revolta da Vacina. In:_____. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 108.

³⁵⁰ *Correio da Manhã*, 15 nov. 1904, p. 2.

as supostas boas relações e a simbiose entre as camadas populares e as Forças Armadas: estes dois elementos eram as bases do projeto de República que se queria implementar caso a revolta fosse bem sucedida.

A cobertura da Revolta da Vacina feita pelo *Correio da Manhã* evidencia como a adesão deste periódico ao projeto político paternalista-autoritário se materializava em seu jornalismo combativo e oposicionista. O papel do diário em questão era inflamar a população contra o Governo Federal, apoiar as ações das camadas populares revoltadas e destacar a todo o momento a simbiose entre estas e os militares das Forças Armadas. O intuito era legitimar o golpe militar contra a administração de Rodrigues Alves, que expulsaria as oligarquias liberais do poder e levaria o projeto de República defendido e propagandeado pelo jornal ao Palácio do Catete.

Em um cenário de instabilidades como o ambiente da revolta, nem tudo que ocorria saía totalmente como os conspiradores queriam. Mas quando os militares agiam contra a população, o jornal se limitava a soltar uma breve nota, sem fazer as mesmas condenações que fazia à polícia. Não havia interesse em queimar as Forças Armadas:

(...) em frente á Camara dos Deputados houve grande conflicto entre populares e a força de infantaria de marinha ali destacada. A força fez uma descarga de metralhadora, matando dois homens e ferindo diversos. O povo dispersou em seguida.³⁵¹

A exceção, aqui, confirma a regra.

A identificação do *Correio da Manhã* com o projeto político paternalista-autoritário pode ser encontrada também nas menções feitas pelo jornal ao aniversário de 15 anos da Proclamação da República, que ocorreu, por coincidência, em meio à Revolta da Vacina. Na edição do dia 15 de novembro de 1904, o redator-chefe Leão Veloso Filho aproveitou a efeméride para criticar os rumos que a República havia tomado com os governos das oligarquias latifundiárias. Debaxo do pseudônimo Gil Vidal, ele fez questão de destacar que o problema não estava no regime republicano, e sim nos governos oligárquicos, que haviam traído os ideais de 1889 e transformado a República em um regime tirânico e opressor:

É, pois, culpado o governo de commemorarmos lugubrememente os quinze annos da Republica, a qual, sonhada como regimen mais liberal que o Imperio, sua realidade se tem convertido em regimen de insupportavel oppressão e tyrannia, mentindo a todas suas promessas. Importa, todavia, não descreer da Republica, pois este governo ainda não vigora no Brasil, nada podendo haver de menos republicano do que aquillo que temos com este nome. É injusto responsabilizar o systema republicano

³⁵¹ Ibidem.

por todos os males que nos affligem, quando elle é a primeira victima dos seus exploradores. Cumpram todos os republicanos sinceros o dever de salvar a Republica, honrando os esforços dos que a implantaram no Brasil sem outra preocupação que a felicidade do povo e a grandeza e prosperidade da patria.³⁵²

Indo conforme os ideais do projeto paternalista-autoritário, Veloso Filho caracterizou as oligarquias que governavam o Brasil como “exploradoras” da República, responsáveis por deturpá-la e mesmo por descaracterizá-la. Ao chamar os “republicanos sinceros” para salvar o regime – convocação muito útil em um momento de revolta contra o Governo Federal na então capital do país – o redator fez questão de lembrar daqueles que o proclamaram em 1889, colocando figuras como Benjamin Constant e Floriano Peixoto como heróis da verdadeira República, do povo e da nação.

Na mesma edição, o *Correio da Manhã* apresentou a seus leitores outra coluna dedicada exclusivamente a fazer basicamente o mesmo que a crônica de Veloso Filho: aproveitar o aniversário da Proclamação da República para criticar as oligarquias paulistas que estavam no poder e defender os ideais originais do movimento republicano, os quais teriam sido traídos pelos grandes proprietários de terra que dominavam o Catete. Vale a pena reproduzir na íntegra esta coluna, de título sugestivo “15 de novembro”:

Marca o dia de hoje o 15º anniversario da proclamação da Republica no Brasil. Bem tristes decepções têm trazido esses tres lustros de um regimen idealizado e fundado para implantar entre nós a liberdade e a democracia e que, pela ambição, foi transformado no dominio do açoite e da escravização. Os ultimos governos se encarregaram de transformar em lama os alicerces que um nobre patriotismo começou a construir para sobre elles levantar o edificio do progresso e da egualdade, sob cujas abobadas se deviam abrigar filhos de todas as castas, irmanados pelo mesmo amor e pelas mesmas aspirações. O resultado é o que ahi está coroando esse trabalho de salopa: é o desvirtuamento dos principios, provocando odios de todo um povo que se vê massacrado e perseguido, é a transformação da lei despertando antipathias na alma nacional, é a affronta á Constituição da Republica, levantando a rebellião que nasce no interior do lar violado e vem recrudescer na praça publica, onde o cidadão morre quando procura defender o seu direito e a sua liberdade. Quinze annos de Republica! Quanto teriamos progredido si tivessesmo seguido o caminho apontado pelos factores de 15 de novembro, quanto teriamos crescido si as esperanças de então não se tivessem fanado ao sopro maldito desses falsos patriotas que julgaram o novo regimen a porta aberta para o assalto aos cofres publicos, pisando sobre a lei e as normas que deviam venerar. Que Deus se apiede desse povo soffredor, e faça do dia de hoje o inicio de uma nova éra, são os votos que fazemos com os olhos voltados para esses cadaveres estendidos sobre as sargetas e vendo o solo manchado de sangue brasileiro.³⁵³

Aqui, o jornal deixou claro para todos os leitores – e também para os pesquisadores que o analisam – sua filiação ao ideal paternalista-autoritário. A República verdadeira fora aquela proclamada em 15 de novembro de 1889, era o regime que se baseava no patriotismo

³⁵² *Correio da Manhã*, 15 nov. 1904, p. 1.

³⁵³ *Correio da Manhã*, 15 nov. 1904, p. 1.

para promover a liberdade, a democracia, o progresso e a igualdade. Mas, em 1894, “falsos patriotas” pertencentes às classes dominantes ligadas ao latifúndio cafeeiro tomaram o poder e expulsaram do Catete os ideais de Floriano Peixoto e Benjamin Constant. A partir de então, o regime republicano estava sendo desvirtuado, os cofres públicos estavam sendo surrupiados e o povo estava sendo açoitado e escravizado pelos governos das oligarquias. O *Correio da Manhã* pediu a Deus para que se iniciasse uma nova era, na qual os ares de 1889 pudessem voltar a reinar. E isto poderia ter acontecido, caso a tentativa de golpe de Estado organizada por Lauro Sodré tivesse sido bem sucedida.

Com a análise dos dois últimos trechos, fica comprovada a filiação do *Correio da Manhã* à causa paternalista-autoritária. Nesse sentido, o jornal, em sua cobertura da Revolta da Vacina, atuou junto da oposição para desestabilizar e derrubar o governo Rodrigues Alves, acabar com o domínio das oligarquias latifundiárias e levar ao poder um governo autoritário e paternalista, mais sensível às demandas das camadas populares que, ao mesmo tempo, deveriam ser tuteladas por ele.

3.3. As disputas políticas na grande imprensa carioca

Neste capítulo, procurei entender como as disputas políticas existentes na Primeira República se manifestaram na cobertura jornalística que dois grandes periódicos fizeram da Revolta da Vacina. Os jornais cuja cobertura investiguei se inseriam nessas disputas políticas, uma vez que assumiam o papel de porta-vozes de dois projetos políticos antagônicos. Deste modo, *O Paiz*, ligado aos grupos que estavam no poder, representava o projeto liberal-oligárquico; por outro lado, o *Correio da Manhã*, ligado a grupos oposicionistas que queriam alcançar o poder da maneira que fosse possível, representava o projeto paternalista-autoritário.

Estes dois periódicos, longe de serem apenas meros espectadores ou narradores passivos da Revolta da Vacina, foram também atores do episódio ocorrido em novembro de 1904. Isto porque, ao noticiarem os fatos de acordo com o projeto político que defendiam, procuraram transmitir aos seus respectivos públicos as visões de mundo e os interesses dos grupos que representavam e faziam parte.

Deste modo, *O Paiz*, atuando como um porta-voz do projeto político ligado às oligarquias que tomavam conta do Estado brasileiro (o projeto liberal-oligárquico), procurou a todo o momento desqualificar o movimento revoltoso e seus participantes. O povo em geral e

as massas revoltosas em particular eram tratados de maneira distante, como se fossem uma ideia abstrata de um grande mar de ignorância, agressividade e estupidez. Assim, os cariocas que estavam nas ruas eram descritos como simples massa de manobra de políticos inescrupulosos que almejavam o poder, como “vagabundos” incapazes de construir uma mobilização por conta própria. É fato que existia uma mobilização das oposições contra o governo Rodrigues Alves, mas o periódico governista não via o povo como um participante ativo nessas mobilizações, e sim como simples “bucha de canhão”. À medida que a situação da revolta se agravou e o *status quo* pareceu ameaçado, *O Paiz* procurou usar sua influência para intervir na realidade: sem sucesso, tentou apelar aos revoltosos para que o levante tivesse um ponto final. No fim das contas, teve sorte, pois a tentativa de golpe militar foi malsucedida e o objetivo das oposições ligadas ao projeto político paternalista-autoritário acabou não sendo alcançado.

O *Correio da Manhã*, por sua vez, era defensor e porta-voz do projeto político paternalista-autoritário. Procurou a todo o momento descredibilizar o governo de Rodrigues Alves, atacar a vacinação obrigatória, defender as ações dos revoltosos e chocar seus leitores com as descrições das violências policiais praticadas contra a população que estava lutando nas ruas. Essa população, por sinal, não era tratada de maneira abstrata, mas sim como um conjunto de indivíduos complexos, como uma multidão de pessoas reais, de carne e osso. Seus dramas e traumas sofridos ao longo da revolta foram destacados com primor nas páginas do periódico.

Como pesquisador, acredito que o *Correio da Manhã* tinha o intuito de atuar como representante do projeto político paternalista-autoritário na grande imprensa carioca e buscava, por meio da cobertura emocionada que fazia da Revolta da Vacina, atrair mais pessoas para lutar pela causa nas ruas. Deste modo, além de Lauro Sodré e seus aliados, de muitos alunos militares, de amplos setores das Forças Armadas, de grandes grupos de operários e de importante parcela da população carioca, insiro também o *Correio da Manhã* no rol do heterogêneo grupo político que desejava, por meio da ação coordenada entre militares e populares, por fim à República comandada pelas oligarquias. No caso, este jornal oposicionista funcionou, no período da revolta, como importante meio de comunicação e difusão do projeto político paternalista-autoritário. Não atoa, acabou sofrendo censura por parte do Estado, que na época era dominado pelas oligarquias.

Na Revolta da Vacina, *Correio da Manhã* e *O Paiz* funcionaram não como simples narradores de acontecimentos, mas como importantes atores políticos. E manifestaram, em suas páginas, os ecos das disputas políticas entre dois grandes projetos republicanos: o liberal-oligárquico, então dominante, e o paternalista-autoritário, que almejava tomar o poder.

Se for possível desenvolver uma breve hipótese ao fim deste capítulo, posso afirmar que todos os estudos realizados ao longo deste trabalho demonstram um fato interessante. As disputas políticas entre um republicanismo liberal-oligárquico e um republicanismo paternalista-autoritário não estiveram presentes na história brasileira somente a partir da década de 1920, quando a Primeira República passou a enfrentar maiores desgastes que levariam a seu colapso e à ascensão do getulismo em 1930. Na verdade, estas disputas – que, como foi possível averiguar, estiveram presentes também na grande imprensa – existiam na sociedade brasileira pelo menos desde o início do século XX. As coberturas jornalísticas que o *Correio da Manhã*, adepto do projeto paternalista-autoritário, e que *O Paiz*, adepto do projeto liberal-oligárquico, fizeram da Revolta da Vacina em 1904, demonstram isso.

No centro do embate entre estes dois modelos de República, encontravam-se as distintas visões a respeito do povo brasileiro e também o papel destinado a este no processo de modernização social. O liberalismo oligárquico assumiu postura excludente: relegou o povo ao papel de mão de obra a ser explorada e defendeu sua segregação nos subúrbios. Foi este um dos motivos para as reformas urbanas ocorridas no Rio de Janeiro durante os primeiros anos do século XX. O desprezo aos pobres tornou este projeto de República altamente impopular, e os trabalhadores se viram abandonados por um Brasil que se modernizava com base em sua força de trabalho, mas que não os acolhia enquanto sujeitos sociais com direitos e garantias.

Por outro lado, grupos políticos formados principalmente por militares também estavam insatisfeitos com a condução da República pelas oligarquias civis. Para estes grupos, o regime fundado pelo marechal Deodoro da Fonseca e consolidado pelo marechal Floriano Peixoto estava sendo destruído pela corrupção e pela tirania protagonizadas pelos grandes proprietários de terras que passaram a tomar conta da máquina pública a partir de 1894. O projeto político antiliberal destes grupos, baseado em um modelo de Estado forte, autoritário e mais próximo das camadas populares, ainda que de maneira paternalista, encontrou eco em amplos setores das classes trabalhadoras. Estava ali, finalmente, um projeto de poder que acolheria minimamente as demandas dos excluídos e os trataria com um pouco de dignidade –

ao menos em teoria. Entendo ser esta a explicação para os episódios da revolta de 1904 em que os populares trataram tão bem as Forças Armadas.

O liberalismo oligárquico era impopular e incapaz de atender as demandas de grande parte da população. O que conquistou o coração e a mente dos brasileiros foi uma visão de mundo, acima de tudo, antiliberal. Esta minha hipótese pode ajudar a explicar porque Getúlio Vargas foi uma figura tão popular e carismática: ao solapar a República “velha” das oligarquias a partir de 1930, ele impôs sim um regime ditatorial e paternalista, mas soube enxergar os trabalhadores como sujeitos sociais e legitimar os valores destes. Político habilidoso, o presidente em questão atendeu a demandas presentes nas classes populares desde o princípio do século XX – demandas estas que não podiam ser atendidas sem o fim do domínio das oligarquias sobre a máquina pública brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar este trabalho, retorno ao ponto de interesse inicial que moveu toda esta pesquisa: investigar as concepções de povo presentes na grande imprensa carioca, utilizando para isso a cobertura que os jornais fizeram da Revolta da Vacina. A princípio, a ideia se resumia a analisar as diferenças entre os retratos do evento feitos por um jornal governista e um jornal oposicionista.

O que me moveu inicialmente foi investigar o vocabulário usado pelos periódicos para se referir à população. Conforme José Murilo de Carvalho, o oposicionista *Correio da Manhã* se referia às massas revoltosas como “povo” e “populares” de maneira a legitimar o movimento sedicioso, ao passo que os jornais situacionistas como *O Paiz*, buscando condenar a revolta e atacar seus participantes, utilizavam adjetivos nada agradáveis para se referir a eles: “anarquistas”, “desclassificados”, “facínoras”, dentre outros³⁵⁴.

No entanto, na medida em que a pesquisa se desenvolveu ao longo destes dois anos de trabalho, pude constatar padrões nas atuações do *Correio da Manhã* e do *O Paiz* que se encaixavam com a existência de diferentes projetos de país debatidos na sociedade brasileira entre o final do século XIX e o início do século XX. Foi possível relacionar os diferentes modelos de República muito bem apontados por José Murilo de Carvalho em *A formação das almas*³⁵⁵ com, de um lado, a República comandada pelas oligarquias agrárias que de fato existiu no Brasil entre 1894 e 1930 e, de outro, a República sonhada por um grupo político heterogêneo formado principalmente por militares como Lauro Sodré, sobre a qual se debruçaram Celso Castro, Juliana Gagliardi³⁵⁶ e Jeffrey D. Needell³⁵⁷.

A premissa básica para a construção deste trabalho é o entendimento de que a Primeira República esteve longe de ser um período de “cartas marcadas” associado a uma pretensa estabilidade política, e foi na verdade uma época de constantes tensões e embates. Entre as disputas que ocorriam cotidianamente e se acirravam durante os períodos eleitorais, estavam aquelas relacionadas à qual modelo de República deveria comandar o Brasil. Identifiquei dois

³⁵⁴ CARVALHO, José Murilo de. Cidadãos ativos: a Revolta da Vacina. In: _____. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 104-108.

³⁵⁵ CARVALHO, José Murilo de. Utopias republicanas. In: _____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

³⁵⁶ CASTRO, Celso; GAGLIARDI, Juliana. A revolta da Escola Militar da Praia Vermelha (1904). *Militares e política*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 47-64, 2009.

³⁵⁷ NEEDELL, Jeffrey D. The Revolta Contra Vacina of 1904: The Revolt against “Modernization” in Belle Époque Rio de Janeiro. *The Hispanic American Historical Review*, v. 67, n. 2, p. 233-269, mai. 1987. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2515023>>. Acesso em: 05 out. 2021.

destes modelos principais: o projeto político liberal-oligárquico, associado às oligarquias civis que dominaram a máquina pública a partir de 1894; e o projeto político paternalista-autoritário, associado principalmente aos militares e tendo em Lauro Sodré uma de suas principais lideranças.

A partir da identificação destas duas tendências, pude associar cada uma delas a um dos dois jornais analisados neste trabalho. Por meio da consulta à historiografia e da análise de fontes, acredito que *O Paiz*, porta-voz das oligarquias, era o representante máximo do projeto liberal-oligárquico na grande imprensa carioca. Seus principais dirigentes, como João Lage e Dunshee de Abranches, tinham conexões diretas com a máquina pública e recebiam verbas governamentais em troca do situacionismo do jornal.

O *Correio da Manhã*, por sua vez, se associou à causa paternalista-autoritária. Pude constatar isso não apenas pela forma como este jornal buscava se colocar como defensor das causas populares, mas também pelas conexões existentes entre seu proprietário, Edmundo Bittencourt, e Lauro Sodré. Os dois eram amigos e o periódico em questão sempre dava destaques positivos à atuação política do militar, que também era senador e fazia parte da oposição aos governos oligárquicos. Nas páginas do *Correio*, não havia economia no uso de elogios para se referir à Sodré.

A constatação de que cada jornal se associava a projetos distintos e antagônicos de República enriqueceu o propósito do trabalho e me permitiu ir além na análise da cobertura feita por eles acerca da Revolta da Vacina. Olhando nas entrelinhas as narrativas construídas pelos jornais, pude constatar que as diferenças entre os projetos políticos defendidos por cada periódico influenciavam não somente a maneira como eles retratavam a revolta, mas também a maneira como cada jornal enxergava as camadas populares da sociedade carioca – e, por extensão, da sociedade brasileira.

O historiador Jayme Fernandes Ribeiro entende que “à exceção do *Correio da Manhã*, os jornais procuraram construir um sentido para a cidade, na qual a população deveria se submeter, docilmente, à urbanização e à higienização”³⁵⁸. *O Paiz* se encaixava nesta seara, pois via com bons olhos as reformas urbanas realizadas no Rio de Janeiro em princípios do século XX. Na visão de um periódico que se comportava como porta-voz das oligarquias dominantes, as massas populares funcionavam apenas como mão de obra barata e não tinham lugar nos processos de “embelezamento” que tomavam conta do Rio de Janeiro – a não ser,

³⁵⁸ RIBEIRO, Jayme Fernandes. op. cit., p. 103.

claro, trabalhando nas demolições e nas construções. Por isso, o lugar delas era nos subúrbios, longe das largas avenidas que estavam se abrindo em cima dos antigos cortiços existentes na capital.

Quando as mesmas massas populares se revoltaram em novembro de 1904, *O Paiz* se referiu a elas não apenas com adjetivos pejorativos, como também tratou de retratar o povo carioca como uma massa abstrata, amorfa, bruta, violenta e burra que estava destruindo a cidade e que, sem capacidade de se organizar politicamente, estava apenas sendo usada como massa de manobra pelos verdadeiros arquitetos da revolta – que seriam as oposições ilustradas ao governo. Na visão liberal-oligárquica deste periódico, o povo que estava nas ruas era uma gigantesca “bucha de canhão” que não sabia o que estava fazendo. As massas eram uma abstração reduzida à figura de Bonifácio, sujeito ignorante que não acreditava em nada e morreu de varíola por se recusar a tomar a vacina, e que apareceu em uma crônica do periódico de João Lage³⁵⁹.

Enquanto *O Paiz* tratava o povo como abstração, o *Correio da Manhã* tratava o povo de maneira concreta. Eis aí a grande diferença entre as narrativas dos dois jornais sobre a Revolta da Vacina e sobre o povo brasileiro. Para o jornal de Edmundo Bittencourt, a revolta era legítima e construída pelos populares, que não aguentavam mais os ataques a seus direitos. O povo que existia nas páginas do *Correio* era um povo formado por pessoas de carne e osso, que possuíam nomes, nacionalidades, idades, famílias, profissões, e que viviam dramas cotidianos. Eram sujeitos sociais que possuíam direitos, os quais estavam sendo atacados pelo governo. É também por isso que o jornal buscou, a todo o momento, destacar a violência com que as forças policiais enfrentaram os revoltosos. O intuito era chocar os leitores, passar a mensagem de que o jornal estava ao lado dos populares e transmitir a noção de que estes eram milhares de corações e mentes que estavam sendo atacados.

O *Correio* não hesitou também em destacar a narrativa de que o povo carioca que se revoltava estava ao lado das Forças Armadas. A polícia era combatida pela população e demonizada nas páginas deste jornal, ao passo que as forças do Exército e da Marinha eram aplaudidas pelos revoltosos e elogiadas pelo periódico. A narrativa, proposital, buscava criar a ideia de que as camadas populares e as forças militares estavam unidas em torno de um outro ideal de República, uma República distinta daquela que passou a existir no Brasil após 1894. Uma República antiliberal, sonhada por Lauro Sodré e por Edmundo Bittencourt, que

³⁵⁹ *O Paiz*, 01 set. 1904, p. 2.

envolvia a construção de um Estado autoritário o qual assumiria uma postura paternalista em relação às classes populares.

Finalizo esta dissertação ressaltando que os ideais de Lauro Sodré, de muitos outros militares e de civis como Edmundo Bittencourt, que sonhavam em implementar no Brasil esta nova República, com base principalmente no legado do presidente Floriano Peixoto, ainda não foram suficientemente estudados. O que pude reunir neste trabalho diz respeito à construção de um governo autoritário, com forte participação na economia, e de caráter paternalista. Contudo, não foi possível averiguar exatamente como se daria esta postura paternalista e qual seria exatamente o papel das classes trabalhadoras na construção deste modelo de República. Entendo que seria um modelo de governo ao mesmo tempo autoritário e mais aberto às demandas da população, mas não foi possível avançar muito além dessa constatação.

O objetivo desta dissertação, que era investigar como as disputas políticas da Primeira República se materializaram na grande imprensa carioca, foi cumprido. Certamente estudos futuros serão capazes de avançar na compreensão do projeto de República paternalista-autoritário e também de estudar mais a fundo as ideias políticas de Edmundo Bittencourt e Lauro Sodré, dois personagens que, a meu ver, são importantíssimos para se compreender este período tão instável e cheio de tensionamentos que foi a Primeira República brasileira.

FONTES PRIMÁRIAS

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 01 set. 1904. Imprevidencia e Vacinação, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/6751>. Acesso em: 31 jan. 2022.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 01 set. 1904. Proezas da Hygiene: mais duas mortes, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/6752>. Acesso em: 31 jan. 2022.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 01 set. 1904. Contra a obrigatoriedade da vacinação: representação operaria, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/6752>. Acesso em: 14 mar. 2022.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 01 set. 1904. A directoria de Saude e a vacinação obrigatoria: o manifesto ao povo, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/6753>. Acesso em: 26 set. 2022.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 02 set. 1904. A directoria de Saude e a vacinação obrigatoria: o manifesto ao povo II, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/6760>. Acesso em: 26 set. 2022.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 02 set. 1904. A lucta contra a obrigatoriedade da vacinação, p. 1-2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/6759>. Acesso em: 26 set. 2022.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 02 set. 1904. Apologia e opposição, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/6759>. Acesso em: 21 mar. 2022.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 04 set. 1904. Os trabalhos da Avenida, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/6771>. Acesso em: 14 fev. 2022.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 08 set. 1904. Poeira homicida, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/6797>. Acesso em: 29 nov. 2021.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 08 set. 1904. O eixo, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/6797>. Acesso em: 29 nov. 2021.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 11 nov. 1904. O monstruoso projecto, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/7173>. Acesso em: 21 mar. 2022.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 11 nov. 1904. Pingos e Respingos, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/7173>. Acesso em: 22 mar. 2022.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 11 nov. 1904. Arruaça policial, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/7174>. Acesso em: 23 mai. 2022.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 12 nov. 1904. Arruaça policial: novas violências, p. 1-2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/7181>. Acesso em: 30 mai. 2022.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 12 nov. 1904. Liga contra a vacinação obrigatória, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/7181>. Acesso em: 06 set. 2022.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 13 nov. 1904. A reunião, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/7187>. Acesso em: 11 out. 2021.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 13 nov. 1904. Notas avulsas, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/7188>. Acesso em: 11 out. 2021.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 13 nov. 1904. Vacinação obrigatória: reacção do povo, p. 1-2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/7187>. Acesso em: 06 jun. 2022.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 14 nov. 1904. Vacinação obrigatória: reacção do povo, p. 1-2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/7195>. Acesso em: 06 jun. 2022.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 15 nov. 1904. 15 de novembro, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/7199>. Acesso em: 07 jun. 2022.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 15 nov. 1904. O culpado, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/7199>. Acesso em: 07 jun. 2022.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 15 nov. 1904. Vacinação obrigatória: reacção do povo, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/7200>. Acesso em: 07 jun. 2022.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 20 jan. 1905. Tresloucada violencia, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/7427>. Acesso em: 06 set. 2022.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 24 jan. 1905. Os acontecimentos de 14 de novembro, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_01/7449>. Acesso em: 06 set. 2022.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 05 set. 1905. A amnistia: apotheose ao dr. Lauro Sodré, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_01/8843>. Acesso em: 07 set. 2022.

GAZETA DE NOTICIAS. Rio de Janeiro, 08 set. 1904. Avenida Central – Inauguração do Eixo, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/103730_04/8323>. Acesso em: 13 dez. 2021.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, 08 set. 1904. A Avenida Central, A festa de hontem, A inauguração do eixo, O entusiasmo popular, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_02/14676>. Acesso em: 29 nov. 2021.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 01 set. 1904. Sinapismos, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/8250>. Acesso em: 21 fev. 2022.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 02 set. 1904. O Dia, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/8256>. Acesso em: 21 fev. 2022.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 03 set. 1904. Notícias avulsas, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/8261>. Acesso em: 07 fev. 2022.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 05 set. 1904. Notícias avulsas, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/8275>. Acesso em: 21 fev. 2022.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 06 set. 1904. A Avenida Central, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/8284>. Acesso em: 07 mar. 2022.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 07 set. 1904. Notícias avulsas, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/8290>. Acesso em: 08 mar. 2022.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 07 set. 1904. Estatística demographo-sanitaria, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/8291>. Acesso em: 08 mar. 2022.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 08 set. 1904. Avenida Central, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/8295>. Acesso em: 23 nov. 2021.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 11 nov. 1904. Conflictos de ontem: vaias e arruaças, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/8637>. Acesso em: 23 mai. 2022.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 11 nov. 1904. O regulamento da vaccina, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/8637>. Acesso em: 21 mar. 2022.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 12 nov. 1904. A manobra da vacinação, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/8643>. Acesso em: 14 jun. 2022.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 12 nov. 1904. O dia de ontem: assuadas e correrias, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/8643>. Acesso em: 16 dez. 2021.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 13 nov. 1904. Depois da reunião, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/8649>. Acesso em: 11 out. 2021.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 13 nov. 1904. O dia, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/8650>. Acesso em: 14 jun. 2022.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 13 nov. 1904. Os alumnos militares, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/8650>. Acesso em: 11 out. 2021.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 13 nov. 1904. Providencias da policia, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/8649>. Acesso em: 16 dez. 2021.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 13 nov. 1904. Provocações e vaias, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/8649>. Acesso em: 05 out. 2021.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 13 nov. 1904. Triste decepção!, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/8649>. Acesso em: 14 jun. 2022.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 14 nov. 1904. Appello ao povo!, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/8655>. Acesso em: 14 jun. 2022.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 14 nov. 1904. A vacinação obrigatória, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/8655>. Acesso em: 14 jun. 2022.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 14 nov. 1904. O dia, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/8655>. Acesso em: 14 jun. 2022.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 14 nov. 1904. Tiroteios e barricadas, p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/8656>. Acesso em: 11 out. 2021.

O PAIZ. Rio de Janeiro, 16 nov. 1904. A conspiração, p. 1. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/8663>. Acesso em: 14 jun. 2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Marialva. Imprensa, poder e público: os diários do Rio de Janeiro, 1880-1920. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1996.

BARBOSA, Marialva. Tecnologias do novo século (1900-1910). In:_____. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BIOGRAFIA: Trabalho e Justiça. IOC/FIOCRUZ, 2017. Disponível em: <<https://www.ioc.fiocruz.br/oswaldoinspira/trabalho.html>>. Acesso em: 31 jan. 2022.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadãos ativos: a Revolta da Vacina. In:_____. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. Utopias republicanas. In:_____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTILHO, Marcio de Souza. “O amigo incondicional de todos os governos”: a trajetória de João Lage em *O Paiz* nos primeiros anos da República. In: Encontro Nacional de História da Mídia, 9, 2013, Ouro Preto. Anais [...]. Ouro Preto: Universidade Federal de Ouro Preto, 2013.

CASTRO, Celso; GAGLIARDI, Juliana. A revolta da Escola Militar da Praia Vermelha (1904). *Militares e política*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 47-64, 2009.

CERQUEIRA, Daniel Lemos. Dunshee de Abranches. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (APEM) – ACERVO DIGITAL. Disponível em: <<http://apem.cultura.ma.gov.br/acervo/items/show/154>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

CHALHOUB, Sidney. Variola, vacina e “vacínophobias”. In:_____. *Cidade Febril: Cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2020.

DUARTE, Luiz Antônio Farias. Imprensa e poder no Brasil – 1901/1915: estudo da construção da personagem Pinheiro Machado pelos jornais Correio da Manhã (RJ) e A Federação (RS). Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2020.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. *A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

LEAL, Carlos Eduardo. Correio da Manhã. FGV CPDOC – ACERVO DIGITAL. Disponível em: <<http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-manha>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LESSA, Renato. A invenção republicana. *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, v. 5, n. 10, p. 9-38, jan/jul. 2000. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/1077/3/001077.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2021.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2020.

MACIEL, Laura. Sobre ódios e ressentimentos: imprensa, violência e criminalização da opinião. In: FRANCO, Renato J.; LIMA, Alexandre C.C.; FREITAS, Edmar C. (Orgs.). *As paixões e os afetos: percepção e figuração da realidade em múltiplas temporalidades*. São Paulo: Hucitec Editora, 2020.

MADEIRA, Fayga. Brasil e/na América Latina: o debate intelectual na construção da(s) identidade(s) brasileira e latino-americana no início do século XX. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27, 2013, Natal. Anais [...]. Natal: ANPUH, 2013. p. 1-12.

Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371317631_ARQUIVO_FaygaMadeira_AnpuhRN2013.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2022.

Medeiros e Albuquerque: Biografia. Site da Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/medeiros-e-albuquerque/biografia>>. Acesso em: 30 ago. 2022.

NEEDELL, Jeffrey D. The Revolta Contra Vacina of 1904: The Revolt against “Modernization” in Belle Époque Rio de Janeiro. *The Hispanic American Historical Review*, v. 67, n. 2, p. 233-269, mai. 1987. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2515023>>. Acesso em: 05 out. 2021.

PECHMAN, Robert. Pedro Leão Veloso Neto. FGV CPDOC – ACERVO DIGITAL. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/pedro-leao-veloso-neto>>. Acesso em: 31 ago. 2022.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *As barricadas da saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da Primeira República*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

RESENDE, M. E. L. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. “Morra a polícia! Abaixo a vacina”: a imprensa carioca e a revolta contra a vacinação obrigatória. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O Rio de Janeiro nos jornais: ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1889-1930)*. Rio de Janeiro: 7 letras: FAPERJ, 2017.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. Cultura política na passagem brasileira do século XIX ao século XX. In: LESSA, Mônica Leite; FONSECA, Silvia Carla Pereira de Brito (Orgs.). *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

SETEMY, Adrianna. SODRÉ, Lauro. FGV CPDOC – ACERVO DIGITAL. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SODR%C3%89,%20Lauro.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2022.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. 1ª edição eletrônica. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. A grande imprensa. In:_____. *História da imprensa no Brasil*. 4. ed. (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VISCARDI, Cláudia. Um novo roteiro para a mesma peça. In:_____. *O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.